

A Construção de Políticas Patrimoniais em

Cidades Novas

Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina,
Região Norte do Paraná e Sul do País

Organizadores

Leandro Henrique Magalhães
Vanda de Moraes



A Construção de Políticas Patrimoniais em Cidades Novas

Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina,
Região Norte do Paraná e Sul do País

Organizadores

Leandro Henrique Magalhães

Vanda de Moraes

1ª edição

Londrina | Dezembro - 2011

Patrocínio



**PREFEITURA DE
LONDRINA**

Realização



Apoio



Organizadores

Leandro Henrique Magalhães
Vanda de Moraes

Projeto Gráfico, Diagramação

Rei Santos

Impressão

Gráfica e Editora Midiograf

160 páginas | Dezembro 2011

Londrina - Paraná

C775 A construção de políticas patrimoniais em cidades novas / organizador
Leandro Henrique Magalhães, Vanda de Moraes. - Londrina:
EdUniFil, 2011.
150 p.

ISBN 978-85-61986-16-2

1. Palavra-chave. 2. Palavra-chave. 3. Palavra-chave. I. Magalhães,
Leandro Henrique. II. Moraes, Vanda de.

Thais Fauro Scalco | Bibliotecária Responsável - CRB 9/116

Conselho Editorial

Prof. Ms. Luís Marcelo Martins
Prof.^a Ph.D. Luciana Grange
Prof. Ms. Ivan Prado Junior
Prof. Dr. João Antônio Cyrino Zequi
Prof. Ms. Henrique Afonso Pipolo
Prof.^a Dr.^a. Suhaila Mahmoud Smaili Santos
Prof.^a Esp. Ilvili Werner
Prof.^a Ms. Máira Salomão Fortes
Prof.^a Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira
Prof.^a Dr.^a. Denise Hernandez Tinoco
Prof. Ms. Sérgio Akio Tanaka
Prof. Ms. José Martins Trigueiro Neto
Prof.^a Dr.^a. Damares Tomasin Biazin - Presidente

Coordenador - Conselho Editorial

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Organizadores do Evento

Ana Cláudia C. Trevisan
Elisa Roberta Zanon
Leandro Henrique Magalhães
Patrícia Martins Castelo Branco

O Coletivo do Patrimônio Histórico-Cultural

O III Encontro Cidades Novas – A Construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País, realizado em

Londrina entre os dias 03 e 05 de novembro de 2011 nos trouxe novamente a possibilidade não só de conhecer os mais variados projetos que se desenvolvem a partir de iniciativas de políticas públicas e também de iniciativas privadas, mas também e principalmente a possibilidade de nos aprofundarmos nas questões patrimoniais que permeiam o conceito das “cidades novas”.

Se há alguns anos considerávamos como eterna a nossa batalha contra aqueles que concluíam que nossas jovens cidades não precisavam se preocupar com seus patrimônios em virtude de não possuírem “ainda” uma história que fizesse jus a esta ação; hoje já temos a certeza que o assunto ganhou destaque, eventos são realizados sob novas perspectivas, projetos são lançados visando o reconhecimento e a divulgação de nosso patrimônio cultural, tornando assim bem mais palatável esta matéria.

Ao nos depararmos com projetos como o IPAC Ld, da Universidade Estadual de Londrina, comemorando seu vigésimo quinto ano de existência, cuja atuação abriu as portas para tantos outros, em contraposição ao projeto de Educação Patrimonial para a Educação Infantil desenvolvido nos últimos dois anos pelo Colégio Londrinense/Centro Universitário Filadélfia, percebemos o quanto este terreno é fértil e o quanto os alunos de cursos universitários e de pós-graduação que aqui apresentam seus trabalhos, podem vislumbrar no exercício futuro de suas profissões.

Fica um convite para que todas as propostas aqui apresentadas se concluam, outras tantas novas se iniciem, eventos como esse continuem sendo realizados e principalmente que as entidades e órgãos envolvidos estreitem cada vez mais os seus laços, buscando nesse esforço conjunto, a preservação de nosso “jovem” Patrimônio Histórico-Cultural.

Vanda de Moraes

Dir. de Patrim. Artístico e Histórico-Cultural
Secretaria de Cultura de Londrina

Pronunciamento de Abertura do III ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País, proferido pela Profa. Dra. Ana Cleide Chiarotti Cesário.

Não vou fazer um balanço dos trabalhos desenvolvidos pelo IPAC nesses 25 anos de existência, porque amanhã haverá uma “mesa redonda” reservada aos grupos e instituições londrinenses que trabalham com o patrimônio e a memória, da qual participarei com essa tarefa.

Neste momento de abertura do III Cidades Novas, quero apenas ler um texto livre que fiz, inspirada no próprio fazer do IPAC, com a esperança de que os integrantes do projeto e nossos parceiros aqui presentes – assessores, colaboradores, intelectuais de outras universidades e de instituições responsáveis por políticas de preservação do Patrimônio Cultural – possam reconhecer e se identificar com as lembranças do nosso trabalho.

Em que condições me refiro à memória do IPAC? Evidentemente marcada pela emoção do momento, pois como diz Willi Bolle.

“[...] a memória não aparece apenas como uma estância do passado. Devemos imaginá-la como uma relação dinâmica entre o passado e o presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente”. BOLLE, Willi, 1984

Em que condições me lembro das nossas múltiplas e diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, gestão, representação nos Conselhos Estadual e Municipal voltados para as políticas públicas de preservação?

Lembrar, segundo Halbwachs (1990), é um ato que está relacionado aos “quadros sociais reais” que servem de referência às lembranças individuais, como: lugares, datas, grupos, instituições, acontecimentos públicos. Portanto, lembrar relaciona a memória individual à coletividade a que pertencemos, enfatizando os laços afetivos que as lembranças em comum estabelecem entre os indivíduos.

Por mais racional que possa parecer, a tarefa de lembrar, nesta circunstância – a comemoração dos 25 anos do IPAC –, ela traz consigo as emoções de um trabalho compartilhado, de descobertas divididas, de ações

em concerto que muitas vezes instauraram verdadeiras “ágoras”. Lugares em que as liberdades individuais se expressaram na construção de espaços públicos, onde a pluralidade se manifestou, as palavras circularam, os feitos foram relatados, o dissenso instalado e o consenso construído (ARENDR).

Lembrar.

Lugares urbanos, rurais, privados, públicos ...
Arquitetura de época, suntuosa, casa simples, de madeira ...
Sítios urbanos, naturais, modos de vida, sociabilidades ...
Personagens, protagonistas, coadjuvantes ...
Patrimônio, cultura, memória, história ...

O entremeio da pesquisa, do conhecimento e da intervenção ...
O discurso antropológico, o sociológico, o histórico e o político ...
A gramática do espaço e a linguagem da arquitetura ...
A lingüística, os sentidos das artes e da comunicação...

A narrativa do tempo, a poética do espaço, a linguagem do edificado...
Os sons da natureza, a música e a dança ...
A arte da comida e da bebida ...
Seus odores, sabores, texturas, temperaturas...

Memória, cotidiano, identidades...
O homem produzindo cultura, significância, linguagens ...
Monumentos, suportes de memória, patrimônio...

Estes são os liames da memória que me levam ao passado do trabalho acadêmico que desenvolvemos no IPAC. De um período de nossas vidas cujo começo já não é tão recente, que se iniciou em 1986 e ainda perdura.

Hoje, o que me cabe aqui é celebrar essas lembranças e também agradecer. Não me reportarei a pessoas para não ser flagrada pelo esquecimento, porque nesses 25 anos, o IPAC contou com mais de vinte pesquisadores dos Departamentos de Ciências Sociais, História, Arquitetura, Engenharia, Letras, Serviço Social e Comunicação Social da UEL. Calculamos que mais de 200 estudantes fizeram estágio e pesquisa (Iniciação Científica) e extensão no IPAC.

Muitos foram os intelectuais de outras Universidades e de Órgãos Públicos que nos assessoraram e colaboraram conosco.

Desse modo, agradeço às Instituições e Unidades Acadêmicas da UEL: à PROEX e também à PROPPG, aos Departamentos de Ciências Sociais, História, Arquitetura, Letras, Engenharia, Comunicação Social e Serviço Social, também aos respectivos Centros de Estudo.

Nossos agradecimentos:

Aos Deptos de Antropologia, Sociologia, História e Arquitetura da USP.

Ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná.

Ao Museu Histórico de Londrina.

Às Secretarias Municipais de Cultura e de Educação de Londrina.

À Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Ao IPHAN, superintendência regional do Paraná.

À UNIFIL (Centro Universitário Filadélfia) nossa mais nova parceira.

Sem o convite formulado pelo Professor Leandro Magalhães, talvez esta data tivesse passado em branco. Obrigada pela oportunidade de participarmos do III Cidades Novas. Aos Municípios paranaenses de Rolândia, Cambé, Jacarezinho e Ribeirão Claro.

Agora sim, um agradecimento especial a pessoas muito queridas por terem vindo a esse Encontro Científico comemorativo, todos “fundadores” do IPAC. Obrigada José Guilherme, Rosina, Maria Luiza e La Pastina.

Por último, a lembrança de um intelectual da Arquitetura que com toda sua sensibilidade e criatividade me acompanhou no trabalho de Ribeirão Claro. Refiro-me a Marcos Barnabé que certamente, neste momento, se aqui estivesse, gostaria de ouvir como poeta do espaço que era as palavras de Gastón Bachelard.

“Não apenas as nossas lembranças, mas também os nossos esquecimentos estão aí ‘alojados’. [...] E quando nos lembramos das ‘casas’, dos ‘apentos’, aprendemos a morar em nós mesmos”. BACHELARD, Gastón, 1978.

“[...] é por sua ‘imensidão’ que os dois espaços: o espaço da intimidade e o espaço do mundo se tornam consoante. Quando se aprofunda a grande solidão do homem, as duas dimensões se tocam, se confundem.”. BACHELARD, Gastón, 1978

Mais uma vez, muito obrigada.

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM BREVE HISTÓRICO

Leandro Henrique Magalhães

Este texto tem por finalidade apresentar um breve histórico do projeto “Educação Patrimonial”, desenvolvido desde o ano de 2005 na cidade de Londrina-PR, sendo financiado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura do Município de Londrina – PROMIC e tendo como parceiros instituições importantes da cidade, como: Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural do Município de Londrina, Secretaria Municipal de Educação de Londrina, Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Instituto de Desenvolvimento Social, Pesquisa e Ensino - INDESPE, Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Museu de Arte de Londrina - MAL, IPAC/LDA – Inventário e Proteção ao Acervo Cultural de Londrina, Londrina Convention and Visitor Bureau, Grupo de Trabalho em Patrimônio Histórico e Cultural da Associação Nacional de História – Seção Paraná, dentre outros.

A equipe do projeto vem ampliando-se com o passar dos anos. No ano de 2005, o projeto foi coordenado por Aline Pitzchke, em 2006, por Denise Lezo, contando com a participação dos Arquitetos e Professores Dr. Humberto Yamaki e Elisa Roberta Zanon. A partir de 2007, o projeto passou a ser desenvolvido pelos Historiadores e Professores Dr. Leandro Henrique Magalhães e Ms. Patrícia Martins Castelo Branco, além da Arquiteta e Especialista Elisa Roberta Zanon. No ano de 2010, participaram do projeto: o Historiador e Professor Ms. José Augusto Alves Neto, as Turismólogas, Geógrafas e Professoras Esp. Tatiana Colasante e Ms. Alini Nunes, Pedagoga e Professora Ms. Ana Cláudia Trevisan, que se mantém vinculada ao projeto. Ainda em 2010, houve a colaboração de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e Arquitetura e alunos de Arquitetura e Urbanismo e Pedagogia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

O objetivo principal do projeto Educação Patrimonial é desenvolver uma metodologia que possibilite o entendimento conceitual em torno do significado do Patrimônio Cultural e que leve ao reconhecimento da identidade local, possibilitando assim sua apropriação, salvaguarda e preservação;

E, como Objetivos Específicos, tem-se:

- Garantir a valorização das identidades e memórias que compõem o Patrimônio Cultural londrinense, a partir atividades e produtos vinculados tanto a educação formal como a informal, através do desenvolvimento de atividades formativas e de pesquisa como;

- Realizar eventos e cursos de capacitação, voltado para professores, agentes culturais e população em geral;

- Desenvolver roteiros, passeios e trilhas interpretativas que possibilite um olhar diferenciado para a cidade de Londrina, valorizando a diversidade de possibilidades, identidades e memórias que marca a paisagem e arquitetura do município;

- Realizar oficinas para alunos de escolas públicas da cidade de Londrina;

- Elaborar trilhas interpretativas comunitárias, vinculadas a bairros da cidade e desenvolvidas por alunos de escolas públicas da cidade de Londrina;

- Confeccionar material gráfico acerca das atividades desenvolvidas nas oficinas ofertadas para alunos de escolas públicas da cidade de Londrina, visando disseminar o trabalho realizado e estimular a realização de atividades com educação patrimonial na escola;

- Montar exposições itinerantes, em parceria com o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, valorizando as experiências e vivências comunitárias;

- Publicação de material impresso, visando disseminar a metodologia de trabalho desenvolvida pelos participantes do projeto, além de apresentar conceitos vinculados ao Patrimônio Cultural e debates sobre o tema.

Um breve histórico

O Projeto Educação Patrimonial despertou o interesse da população londrinense, especialmente no que se refere ao conhecimento de sua história e ao reconhecimento de seu patrimônio histórico-cultural. É desenvolvido ininterruptamente nos últimos sete anos, envolvendo diversos atores, tendo como núcleo ordenador a Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina - PR.

No ano de 2005, a primeira atividade de caráter formativo foi a realização do curso de capacitação em educação patrimonial, atendendo aproximadamente quarenta pessoas, desde servidores públicos municipais de órgãos como IPPUL, Secretaria da Educação e Secretaria da Mulher, até estudantes, professores e profissionais de Turismo, História e Arquitetura e Urbanismo, além de funcionários do Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Durante o curso houve a elaboração de roteiros experimentais com orientação do professor ministrante Dr. Humberto Yamaki.

No início do ano de 2006, entre os meses de janeiro a maio, foram realizadas visitas monitoradas ao centro histórico e ao Patrimônio do Heimtal, atendendo escolas, grupos organizados, entidades e a população em geral, abrangendo aproximadamente quinhentos participantes. Ainda neste ano o projeto buscou ampliar as discussões relacionadas ao Patrimônio Cultural de Londrina, o que se deu por meio de capacitação de professores da rede pública municipal e estadual. Garantiu-se, com esta atividade, uma ampliação da discussão sobre o tema, além de fornecer subsídios para o trabalho nas escolas do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, tendo em vista que o tema Educação Patrimonial passou a ser considerado como eixo transversal pela Secretaria Municipal de Educação.

Foram realizados quatro cursos de capacitação, sendo dois para professores que trabalhavam nas bibliotecas da rede municipal de ensino, um para professores das redes municipal e estadual de ensino e um para o público em geral, atendendo aproximadamente cento e cinquenta participantes. Como material de apoio foi produzida uma cartilha, publicada e lançada na Conferência Municipal de Cultura de Londrina, ocorrida no ano de 2007, intitulada "Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina". O conteúdo da publicação teve por objetivo apresentar conceitos sobre Patrimônio Cultural e suas categorias, envolvendo aspectos materiais (arquitetônico, urbanístico, documental, artístico, arqueológico, etc.) e imateriais (saberes, expressões, costumes, técnicas, entre outros) do patrimônio.

Em 2007, o projeto Educação Patrimonial III teve o mérito de resgatar as atividades desenvolvidas nos anos anteriores e ampliá-las. Neste sentido, a pesquisa que resultou em passeios monitorados e no material gráfico referente ao "Roteiro da Diversidade Religiosa". Foi realizado ainda neste ano, um curso voltado para a comunidade, contando com mais de cento e quarenta inscrições, superando as expectativas, já que a proposta inicial era atender

quarenta pessoas. Entre o público, participaram professores de escolas públicas e privadas, profissionais da área de museologia, arquivística e afins, agentes culturais, estudantes de história, pedagogia, arquitetura, turismo, sociologia, dentre outros.

A partir das reflexões do curso, iniciou-se a montagem de oficinas, que foram ofertadas a três escolas da rede pública da cidade de Londrina, em três regiões distintas e periféricas, visando ampliar a abrangência das reflexões sobre o Patrimônio Histórico e Cultural. As escolas atendidas foram: localizada na Zona Norte, o Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta, na Zona Oeste, a Escola Municipal Ruth Ferreira Souza e no Distrito Espírito Santo, a Escola Municipal Luiz Marques Castelo. Desta etapa do projeto, chegou-se a algumas conclusões, especialmente sobre a importância deste tipo de atividade na valorização da localidade, destacando seus personagens, sua dinâmica cultural, seus valores e, em especial, seu Patrimônio Cultural. Percebeu-se ainda a elevação da estima dos envolvidos, problema identificado no início das atividades do projeto.

Em 2008, o Projeto Educação Patrimonial IV: Histórias do Nosso Pedaco deu continuidade às atividades, ampliando o curso de capacitação e consolidando a proposta metodológica desenvolvida nas oficinas do ano anterior. Desta vez foram atendidas duas escolas municipais de Londrina. Houve ainda uma aproximação com o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss e o desenvolvimento de material didático para distribuição nas escolas e para os agentes culturais da cidade, em uma proposta de arte-educação: o curso de capacitação foi desenvolvido durante o primeiro semestre, na Cidade da Criança, com cento e cinquenta inscrições.

O mesmo foi complementado com visitas monitoradas referentes a “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico” e o “Roteiro da Diversidade Religiosa”; no segundo semestre, foram realizadas oficinas, ofertadas gratuitamente para alunos da 4ª. Série do Ensino Fundamental de duas escolas públicas do município, sendo elas: Escola Municipal Padre Anchieta (Patrimônio Heimtal) e Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti (Região Oeste); como complemento, foi elaborado o chamado “Museu Itinerante”, uma mostra de fotografias disponibilizadas pelo Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, que trata especificamente das regiões onde as escolas estão situadas. O “Museu Itinerante” já foi exposto em diversos espaços de Londrina, além de cidades como Curitiba-PR, Cascavel-PR e Rio Grande-RS.

desta ação com as escolas foram produzidos também folder e seis banners com o título “Qual é o seu Centro?”, além de mais dois banners educativos referentes as atividades do projeto. Este material foi destinado à Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.

No projeto do ano de 2008 houve também a pesquisa e a confecção de material gráfico do passeio monitorado intitulado “Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina”, ofertado gratuitamente para a população londrinense. Em uma ação do município, que veio em encontro ao trabalho até então desenvolvido, ocorreu em 2008, entre os dias 24 a 26 de novembro, o “Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná”, evento que visou ampliar o debate sobre o tema e que contou com palestrantes de todo o estado, tendo como resultado a publicação de uma coletânea dos textos apresentados (SILVA; MORAES, 2009).

Já em 2009 veio a público o livro “Educação Patrimonial: da Teoria à Prática”, que apresentou o resultado das atividades desenvolvidas nas escolas, assim como uma proposta de metodologia de trabalho no âmbito da educação patrimonial. Em 2009 foi dada continuidade ao projeto, voltado agora para a disseminação de idéias e a reflexão sobre o tema Patrimônio Histórico e Cultural e, conseqüentemente, Educação Patrimonial. Neste sentido, foi realizado dois cursos de capacitação em educação patrimonial, com cinquenta inscrites. A partir destes cursos, foi selecionada a escola em que as atividades relacionadas seriam desenvolvidas, a Escola Municipal David Dequech. Em outubro de 2009, ocorre o evento “II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País”, que contou com palestrantes e participantes de diversas localidades do país. Para divulgação do evento foi montada uma página na internet (<http://www.evsn.net.br/cidadesnovas/>), que recebeu mais de duzentos e cinquenta inscrições e, como resultado, foi publicado um livro com os textos apresentados (MAGALHÃES; BRANCO; ZANON, 2009).

A experiência adquirida nestes anos motivou a equipe envolvida em desenvolver dois outros projetos no ano de 2010: o “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, e as “Oficinas de Educação Patrimonial”, que atendeu duas escolas municipais da cidade de Londrina-PR.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL VI E VII: EDUCANDO PARA O PATRIMÔNIO

Em 2010 foi dado início ao projeto “Educação Patrimonial VI: Memórias da Rua”, tendo por objetivo dar continuidade a valorização e divulgação do patrimônio histórico-cultural da cidade de Londrina, a partir de ações que venham a contribuir para a construção de uma consciência voltada para sua preservação. Partindo das reflexões possibilitadas nos projetos anteriores, optou-se pela continuidade de algumas ações e a reavaliação e redirecionamento de outras. Os eventos do Encontro Cidades Novas, proporcionaram debate teórico em torno da temática e, aliados as oficinas de Educação Patrimonial realizadas em escolas do Ensino Fundamental e aos Cursos de Capacitação ofertados a comunidade, trazendo um amadurecimento da equipe envolvida no projeto.

As oficinas nas escolas resultaram na formulação de uma metodologia de trabalho materializada no livro “Educação Patrimonial: da Teoria à Prática”, e os eventos garantiram espaços de discussão e levaram a publicação de coletâneas de textos, possibilitando uma reflexão efetiva em torno do Patrimônio Histórico e Cultural, permitindo que se vá além (mas sem excluir) aquele considerado oficial ou localizado na área central da cidade, avançando sobre o significado do patrimônio histórico e cultural.

Neste sentido, foi desenvolvido um trabalho em que se procurou fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva, garantindo a apropriação e o uso do patrimônio, trazendo à tona histórias de vidas, realizando debates sobre o caráter público dos espaços e aliando a noção de modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais. Um dos resultados foi a exposição intitulada “Museu Itinerante”, que buscou valorizar o bairro como elemento central da constituição identitária e comunitária.

Em um movimento inverso, o projeto voltou-se, em 2010, para a área central, entendendo que esta também faz parte da formação das identidades londrinenses, contribuindo para o entendimento de pertencimento à cidade. Escolheu-se, para tanto, a Rua Sergipe, pelo fato de ser uma das mais antigas ruas de comércio da cidade, possuindo até hoje tipos de estabelecimentos comerciais e ofícios que não existem mais em outros lugares da cidade. A rua possui ainda importantes exemplares da filiação do estilo arquitetônico *art déco*, além de contar com dois espaços significativos que marcaram as transformações recentes por qual a cidade passou: o cadeião e a antiga rodoviária de Londrina, hoje Museu de Arte de Londrina - MAL.

Seguindo este caminho, foi realizado um inventário da Rua Sergipe, trabalho coordenado pela arquiteta e pesquisadora Elisa Roberta Zanon, trabalho que este que deverá se integrar ao inventário de bens culturais da Secretaria Municipal de Cultura/Diretoria de Patrimônio Histórico. Como produto deste trabalho, foi desenvolvido um CD-ROOM com as informações coletadas, que será entregue aos comerciantes da rua, servindo assim como subsídio para futuras intervenções nas fachadas dos prédios. Outro produto foi o “Roteiro Histórico da Rua Sergipe”, vinculado ao projeto de 2011. O roteiro configura-se como um convite a um passeio pela rua, desafiando o olhar do londrinense para aspectos que, no dia a dia da cidade, acabam por ser ignorados. Para dar suporte a este trabalho foi realizado, em meados de 2010, Oficina Intitulada Panorama sobre Inventários de Patrimônio Cultural, ministrada pela arquiteta especialista Dafne Marques de Mendonça, contando com a participação de 15 interessados.

Dando continuidade as ações de disseminação, foi realizado em 2010 mais uma oferta do Curso de Educação Patrimonial e, voltado para os lojistas da Rua Sergipe, um curso de Vitrinismo “Gestão do Visual da Loja”, ministrado pelas instrutoras Tatiana Medina e Cristiani Rosseto Basso, na Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL. Ofertado em parceria com o SEBRAE, contou com a participação de 14 lojistas da Rua Sergipe. Ainda voltado para a disseminação foi realizado, em novembro de 2011, o “III ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País”. Este evento foi desenvolvido em parceria com o IPAC/UEL, visando a comemoração de seus 25 anos de existência. Contou com palestrantes e participantes dos três estados da Região Sul do país, e do Estado de São Paulo, chegando a mais de 160 participantes. Como resultado, foi publicado os anais do evento, onde este texto está sendo publicado.

Uma das preocupações identificadas nos projetos anteriores foi a necessidade de material para auxiliar os professores, especialmente do Ensino Fundamental de 1ª a 5ª. anos, a trabalhar com a temática Patrimônio Cultural. Neste sentido, os projetos de 2010 e 2011 voltaram-se, em parte, para a produção de material didático. Neste sentido, foram realizadas, no Museu de Arte de Londrina, oficinas intituladas “Mosaicos de Rua: Tecendo as Memórias da Rua Sergipe”. Trabalho coordenado pela Profa. Ms. Ana Cláudia Trevisan, foram atendidas sete turmas do Ensino Fundamental, sendo elas:

03 turmas de 3ª série da Escola Estadual Carlos Dietz; 02 turmas de 5ª ano do Colégio Interativa; e 02 turmas de 3ª série do Colégio Londrinense. As oficinas tinham por objetivo valorizar a Rua Sergipe, reconhecendo-a como Patrimônio Cultural e se identificando como sujeito de ação e transformação desta e de outras ruas. O resultado do trabalho desenvolvido foi exposto no Museu de Arte de Londrina e na Biblioteca Pública Municipal de Londrina. Um dos resultados foi a publicação do livro infantil, intitulado “As Aventuras do Gato Caixeiro em Londrina”, que conta parte da história da cidade de forma lúdica apresentando, ao final, sugestões para os professores, com dicas de como usar o material em sala de aula.

Ainda no que se refere a produção de material didático, está previsto a confecção de um Jogo de Tabuleiro referente ao Roteiro da Diversidade Religiosa e dois quebra-cabeças, uma cartilha com orientações aos professores de como atuar com educação patrimonial no Ensino Fundamental de 1º. ao 5º. anos, e um Livro Infantil intitulado, provisoriamente, de “O Gato Caixeiro na Rota do Café”, trabalho este realizado em parceria com o SEBRAE, e que se encontra em fase de pesquisa.

Outra atividade, desenvolvida em 2010, foi a confecção de nova exposição intitulada Museu Itinerante, agora tendo como foco principal a Rua Sergipe. A partir de pesquisa realizada junto ao museu histórico, das informações obtidas no curso de educação patrimonial e nas pesquisas para a construção do Inventário da Rua Sergipe, foi montada a exposição, composta por três seções independentes que, em conjunto, formam uma mais ampla sobre a rua. As seções tem como tema: o cadeião; a antiga rodoviária, atual Museu de Arte de Londrina; a própria história da Rua Sergipe. Foi exposta, em 2010 no Museu de Arte de Londrina – MAL, na Biblioteca Pública Municipal de Londrina e no Cadeião e, em 2011, durante a Festa Nordestina, no Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDPH da Universidade Estadual de Londrina - UEL e durante o III Encontro Cidades Novas, realizado no Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

No que se refere a Rua Sergipe está previsto, ainda para 2011, a confecção de um livro sobre a mesma. Contando com o apoio de pesquisadores do IPAC/UEL, o material abordará aspectos sociológicos e antropológicos, além de capítulos sobre a história e arquitetura da rua. Paralelamente, em 2010, coordenado pela Professora Ms. Patrícia Martins Castelo Branco, foram atendidas mais duas escolas, com as oficinas

de Educação Patrimonial, sendo elas: CAIC Dolly Jess Torresim e Escola Municipal José Gasparini. Além destas atividades, pelo menos dois projetos foram desenvolvidos, inspirados no Educação Patrimonial: um voltado para a Educação Infantil do Colégio Londrinense, no ano de 2010, e outro, vinculado ao curso de Gastronomia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil, que teve início em 2011.

Este conjunto de atividades resultou no recebimento, em 2010, do Prêmio Rodrigo Melo Franco Andrade, na 23ª edição, na categoria Educação Patrimonial. Foram realizadas três solenidades, uma em Brasília, promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional - IPHAN, para entrega do prêmio, e outras duas comemorativas, em Curitiba, em evento promovido pelo IPHAN-PR, e em Londrina, no Gabinete da Prefeitura.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.

LEZO, Denise; DORNELAS, Eline; ZANON, Elisa. Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina. Londrina-PR: Midiograf/PROMIC, 2007.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa Roberta. Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática. Londrina-PR: UniFil. 2009.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins; ZANON, Elisa (Orgs.). Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Londrina: UniFil. 2009.

SILVA; MORAES (Orgs.). Encontro Cidades Novas: A Construção de Políticas Patrimoniais – Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina e Região Norte do Paraná. Londrina: Humanitas, 2008.

RESUMO DAS AÇÕES

Foram ofertados os seguintes cursos e oficinas:

- Cursos de Capacitação em Educação Patrimonial;
- Curso de Vitrinismo, intitulado “Gestão do Visual da Loja”, em parceria com o SEBRAE;
- Oficina Intitulada Panorama sobre Inventários de Patrimônio Cultural;
- Oficina intitulada “Mosaicos de Rua: Tecendo as Memórias da Rua Sergipe”, realizada no Museu de Arte de Londrina e atendendo alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual Carlos Dietz, do Colégio Interativa e do Colégio Londrinense;
- Realização de oficinas nas seguintes escolas: Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta, Escola Municipal Ruth Ferreira Souza, Escola Municipal Luiz Marques Castelo, Escola Municipal Padre Anchieta, Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti, Escola Municipal David Dequech, CAIC Dolly Jess Torresim e Escola Municipal José Gasparini.

Desenvolvimento de quatro roteiros, com impressão de material gráfico, sendo eles:

- “Trilha Interpretativa ‘Aventura Urbana’: Centro Histórico”;
- “Roteiro da Diversidade Religiosa”;
- “Trilha Interpretativa das Escolas de Londrina”;
- “Roteiro Histórico da Rua Sergipe”;

Impressão dos seguintes Livros e Cartilhas:

- “Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina”;
- Anais do “II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País”;
- “Educação Patrimonial: da Teoria à Prática”;
- Anais do “III ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País”;
- “As Aventuras do Gato Caixeiro em Londrina”;
- CD ROOM contendo um inventário arquitetônico da Rua Sergipe.

Organização das seguintes exposições

- Museu Itinerante, contendo 10 banners referente aos bairros onde as oficinas com as escolas foram ofertadas;
- Confecção e Exposição da Mostra intitulada “Qual é o seu Centro”, com cinco banners referente as atividades desenvolvidas nas cinco escolas onde foram ofertadas as oficinas, mais dois banners explicativo.
- Exposição dos “Mosaicos de Rua” no Museu de Arte de Londrina e na Biblioteca Pública Municipal de Londrina;
- Confecção e Exposição do Museu Itinerante, referente a Rua Sergipe, contendo 15 banners;

Publicação de diversos folders referente ao projeto.

Londrina, Novembro de 2011.

OS VINTE E CINCO ANOS DO IPAC-LDA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO.¹

Ana Maria Chiarotti de Almeida - UEL.

Ana Cleide Chiarotti Cesário - UEL

INTRODUÇÃO

Os trabalhos do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina – IPAC/Lda no Norte do Paraná – que neste ano (2011) completam vinte e cinco anos de existência merecem registro e reflexão. Trata-se de uma experiência nascida de ações vinculadas a uma política pública e que desenvolveu uma “doxa”, ou seja, uma opinião entre um grupo de docentes pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina traduzida por uma abordagem teórico-metodológica em que o patrimônio é abordado pela perspectiva antropológica de cultura e a memória nas suas implicações sociológicas, uma vez que é percebida como coletiva e um campo de luta pelo poder simbólico.

O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA COMO OBJETO DE INVENTÁRIO E REGISTRO

O IPAC/Lda iniciou-se em 1986, decorrente de convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, por meio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural - CPC, a Secretaria de Cultura do Município de Londrina e a UEL. Uma experiência de pesquisa e intervenção sobre o patrimônio cultural e a memória coletiva que envolveu as áreas de Ciências Sociais, História e Arquitetura. Em 1985, recebemos, na UEL, a visita do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, professor da Universidade de São Paulo e naquele momento ocupando o cargo de Coordenador do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, durante o Governo de José Richa.

Magnani iniciara, do mesmo modo que Antônio Augusto Arantes, professor da Unicamp, uma revisão do conceito de patrimônio, num momento em que os debates em torno da Constituinte propiciavam a retomada de algumas antigas idéias de Mário de Andrade. Dentre elas, propunha o registro não apenas dos bens materiais que compunham o Patrimônio Histórico do Paraná, mas também dos bens imateriais, como

¹Este trabalho é uma versão resumida de Comunicação apresentada no XV Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS, realizado na UFPR, Curitiba, PR, julho - 2011.

as tradições, os costumes, as sociabilidades e os modos de vida. Debate incorporado no texto Constitucional de 1988, ou seja, o conceito de patrimônio cultural englobando as dimensões histórica, artística, arquitetônica e natural.

Ao sugerir Londrina para iniciar um trabalho de política pública voltada para o patrimônio, Magnani fazia uma escolha instigante, pois a cidade considerada nova fazia parte de uma região colonizada pela empresa de capitais ingleses e paulistas Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, responsável pelo processo de ocupação, a partir de 1929, de 515 mil alqueires do Estado que resultou no chamado norte novo do Paraná.

Sabíamos de antemão que o IPAC de Londrina, por conta da realidade na qual atuaria, teria que se ocupar do registro de uma memória viva e recente. Seguindo o exemplo de projeto desenvolvido pela Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura (CPC) no sul do estado, intitulado *Os Caminhos das Tropas no Paraná*, O IPAC de Londrina iniciou seus trabalhos com o Projeto *Os Caminhos do Café no Paraná*.

Iniciamos com um Projeto Piloto na Vila Casoni, um dos bairros mais antigos de Londrina, ainda com um casario de madeira remanescente do início da cidade. Foi assim que desencadeamos um processo que hoje denominamos de política cultural associada a uma política do conhecimento.

A primeira, a política cultural, consistiu em estabelecer uma estreita relação dos componentes do IPAC com a sociedade londrinense e do norte do Paraná que combinou pesquisa de campo, extensão e ensino, envolvendo os grupos e populações no reconhecimento e preservação do seu patrimônio cultural e de sua memória coletiva. A segunda, a política de conhecimento, consistiu em atrair pesquisadores dos Departamentos de Arquitetura e de História da UEL para uma proposta iniciada pelo Departamento de Ciências Sociais que privilegiou a noção de cultura em suas abordagens. Instituiu-se, assim, um “entremeio” teórico envolvendo a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a História e a Arquitetura, que consistia em rediscutir os conceitos de patrimônio e memória à luz da concepção antropológica de cultura de Geertz (1978) e dos princípios sociológicos de memória coletiva de Halbwachs (1990).

Ao mesmo tempo em que deveríamos identificar e (re) conhecer o patrimônio como parte dos sistemas classificatórios e simbólicos criados pelo homem, procurávamos não perder de vista que é por meio de bens simbólicos que o homem organiza sua vida em sociedade e internaliza os códigos

presentes na produção material e não-material dos grupos sociais em que vive. Assim, repetíamos para nossos parceiros: _ *“Todo homem produz cultura”*. (GEERTZ apud ALMEIDA et. al., 2003, p.37).

A “Casoni”, um bairro bem próximo ao xadrez do centro de Londrina, planejado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), mantinha, à época, fortes características do modo de vida rural e muitas casas construídas no alinhamento das calçadas, um conjunto de edificações de madeira tanto com função de residência como de comércio. O que demandava abordagem teórico-metodológica múltipla com integração das diferentes áreas num processo de compartilhamento dos subprojetos e ações específicas.

Nos anos de 1990, além do Projeto da Vila Casoni, iniciamos subprojetos no Heimtal (espaço rural de Londrina), nas cidades de Rolândia, Cambé e em Ribeirão Claro. Desenvolvemos ainda importantes ações: O IPAC vai à Escola; Memória & Cotidiano (coluna semanal no jornal Folha de Londrina); Programa comemorativo aos 10 anos do IPAC na Rádio Universidade; transposição de uma casa de madeira do centro da cidade para o campus da UEL: “A Casa do Pioneiro”; construção de uma réplica da primeira igreja de Londrina, em peroba rosa, também no campus; transposição de uma casa de madeira do centro de Cambé para o Parque Histórico Dantsigerhof; restauro da Capela de São Miguel Arcanjo no Heimtal; restauro da Igreja Luterana de Rolândia; restauro da Capela São João Batista da Bratislava; editoração e publicação dos Cadernos do Patrimônio Cultural.

Por solicitação do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, realizamos várias instruções em processos de tombamento, perícias em arquivos e documentações. Integrantes do IPAC participaram como conselheiros no CEPHA, até o momento, por seis períodos administrativos. Durante essas representações, seus membros foram relatores dos seguintes tombamentos situados no norte do Paraná: as pinturas murais de Eugênio Sigaud da Catedral de Jacarezinho; do Cine Ouro Verde de Londrina, obra do arquiteto Vilanova Artigas; da Ponte Pênsil Alves de Lima no município de Ribeirão Claro.

Em decorrência desse trabalho, pudemos refletir sobre o tipo de conhecimento que produzíamos em Londrina e região tendo como alteridade o conhecimento produzido em regiões mais tradicionais do Paraná. Enquanto a política de preservação em áreas mais antigas do estado privilegiava o tombamento, no norte, optávamos por envolver as populações no registro

e preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva, através dos Cadernos do Patrimônio, sem que o instituto do tombamento assumisse centralidade nas nossas intervenções.

O que distinguia as áreas mais antigas do Paraná de Londrina e região era o fato de haver nesta última uma memória em construção em torno de um tempo muito presente, por meio da qual se atribuía um papel civilizador à CTNP e um sentido heróico ao pioneiro. Sendo assim, os trabalhos sobre o patrimônio e a memória do IPAC se voltaram àqueles que, como os moradores da Vila Casoni e do Heimtal, não eram notabilizados nos registros da história sobre a região.

Muito cedo, a arquitetura de madeira nos interessou de modo particular. Descobrimos, especialmente nas fazendas da região, notáveis equipamentos e edificações remanescentes da cafeicultura. Percebíamos a importância dos conjuntos arquitetônicos de madeira executados pelos carpinteiros e marceneiros alemães associados à mão de obra brasileira e utilizando a matéria prima nativa. A especialidade do estilo arquitetônico das construções das sedes das casas de madeira das fazendas de famílias alemãs de Rolândia foi decisiva para a nossa incursão na zona rural e determinante para minucioso inventário arquitetônico e histórico de seis antigas fazendas de café naquele município.

É importante registrar que a cidade de Ribeirão Claro foi alvo de nossa atuação quando, ao final dos anos de 1980, realizamos o levantamento e registro do casario da cidade, um conjunto em alvenaria remanescente do início do século XX.

Durante os anos iniciais do IPAC, definimos coletivamente o que pesquisar, como intervir e o modo como iríamos envolver os grupos e populações no processo de reconhecimento do seu patrimônio. Ação que considerávamos um “direito à memória”. Não a memória das chamadas “cidades e regiões históricas” onde se dá a fruição do bem preservado e do patrimônio já instituído oficialmente, mas o direito de instituir um processo de registro de uma memória viva e coletiva em localidades marcadas pela modernidade. Londrina, por exemplo, traz as marcas da arquitetura de Vilanova Artigas, do urbanismo de Prestes Maia, dos projetos paisagísticos de Burlle Max e da obra de Niemeyer. Apostávamos no “direito à memória” e no reconhecimento do patrimônio como referência do processo de construção de identidades. Durante esse processo contamos com o assessoramento de intelectuais e profissionais da USP, IPHAN e CPC.

Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos iniciamos uma política de publicação de Cadernos do Patrimônio que consistia em envolver os grupos e populações estudadas na sua elaboração com posterior distribuição gratuita às comunidades e regiões de atuação. Foram sete Cadernos, num total de seis mil exemplares distribuídos.

Durante o desenvolvimento do subprojeto Bairro Casoni (1985-1990), o trabalho de pesquisa e extensão desenvolveu-se com grande envolvimento dos seus moradores. Essa mobilização possibilitou ao IPAC realizar duas Mostras Fotográficas, uma delas transformada no primeiro Álbum de Retratos (MAIA, et. al., 1988), publicado pelo projeto. Houve também a produção e edição de um vídeo que acompanhou a publicação do Caderno *Onde o Bairro é a Casa* (MAIA, et. al., 1989). Tivemos como principal objetivo a visibilidade do bairro e sua inserção na dinâmica das relações sociais do centro da cidade.

Com base na metodologia desenvolvida na Vila Casoni, iniciamos em 1989 o inventário e registro da memória e do patrimônio cultural do bairro rural do Heimtal. A pesquisa permitiu compreender não apenas as condições materiais de existência dos moradores, mas, também, como vivenciavam uma cotidianidade marcada por laços de interação fundamentados na família, no parentesco, na vizinhança e no entrelaçamento de valores étnicos.

Instalou-se um debate em torno da Igreja de São Miguel Arcanjo que resultou na sua restauração, tornando possível a recuperação e preservação da pequena Capela, hoje considerado Patrimônio Cultural da cidade. No dia 25 de setembro de 1994 – data comemorativa do Santo Padroeiro São Miguel Arcanjo, após restauro, a Igreja foi entregue à população com o lançamento do Caderno *Heimtal: o passado e o presente no vale dos alemães*. (ALMEIDA, et. al., 1993).

Ainda, desenvolvemos na Escola oficinas de registro da memória dos brinquedos e brincadeiras com os alunos, da história do bairro e da própria escola. Foi assim que surgiu *O IPAC vai à Escola*, ações de educação patrimonial. Em 1997 foi publicado livro intitulado *“A morada do vale: sociabilidade e representações - um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal”*, originalmente apresentado como tese de doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. (ALMEIDA, 1997).

Em 1989 iniciamos, no município de Rolândia, o subprojeto *Espaços e Marcas da arquitetura de madeira das casas de fazenda*, concluído em 1985. Consistiu em registrar detalhes da arquitetura das casas de fazendas, revelando

detalhes construtivos do “saber fazer” dos mestres alemães adaptado à matéria-prima local - a peroba rosa - e à mão de obra nacional. O registro da memória desse grupo permitiu apreender o momento de sua chegada ao novo lugar de moradia onde, por conta do convívio com outros grupos de colonos – estrangeiros e nacionais –, se deu a (re) elaboração do modo de vida trazido do país de origem. (FRINGS, ZANI, 1995).

Além de prestarmos assessoria técnica no processo de restauração da Igreja Luterana de Rolândia, estabelecemos um convênio de apoio à criação e organização da Associação Pró-Cultura.

A intervenção em Rolândia resultou em duas publicações, a primeira o Caderno do Patrimônio *Rolândia: a casa dos alemães* (FRINGS, ZANI, 1995) e a segunda o livro *Arquitetura em madeira* (ZANI, 2003), trabalho apresentado originalmente como tese de doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Durante quase cinco anos (1988-1993), mantivemos a coluna semanal *Memória & Cotidiano* no jornal Folha de Londrina sobre a memória coletiva do município e região, dando relevo aos usos e apropriações dos espaços rurais e urbanos, especialmente aos já reconhecidos como “lugares de memória”, resultando, em 1995, na edição do Caderno de Patrimônio *Memória e Cotidiano: Cenas do Norte do Paraná - escritos que se recompõem* (CERNEV, 1995).

O subprojeto *O Rádio Como Instrumento de Divulgação das Ações do IPAC* consistiu em programação comemorativa dos dez anos do programa, veiculada pela Rádio da Universidade. Os programas foram agrupados em temáticas sobre a memória da cidade, com entrevistas com antigos moradores e integrantes do IPAC.

O subprojeto *Ribeirão Claro: Espacialização e Memória Ativa* (1989-1999) desenvolveu suas ações na cidade de Ribeirão Claro, situada a aproximadamente 200 km de Londrina, na fronteira do Paraná com o Estado de São Paulo, na região considerada porta de entrada para a cafeicultura, ocupada por paulistas e mineiros. A coleta de fotos e depoimentos, as oficinas com idosos com o registro de suas lembranças resultaram em publicação do Caderno do Patrimônio sobre o município *Ribeirão Claro 1908 - (...): patrimônio e memória coletiva*. (CESÁRIO, et. al., 1999).

Em Ribeirão Claro, houve o tombamento da Ponte Pênsil Alves Lima pelo CEPHA, bem patrimonial que já era tombada pelo CONDEPHAT do Estado de São Paulo. Houve ainda a compra da casa de Luís Carlos Paraná (compositor de renome nacional) pela Prefeitura para a instalação da Secretaria Municipal de Cultura. O município criou medidas de incentivo com vistas à preservação do patrimônio material urbano.

O subprojeto *Os Signos de Nova Dantzig e a Memória Coletiva em Cambé* (1992-1999) inventariou os exemplares de madeira da cidade com apoio do Museu Histórico do Município. O projeto atuou também no bairro rural da Bratislava, no processo de restauração da Igreja de São João Batista. Fez a transposição de uma casa de madeira do centro urbano para o Parque Histórico Dantsigerhof, manteve publicação no jornal da cidade sobre Memória e Patrimônio, bem como atuou nas escolas públicas do município.

O subprojeto *A Escola vai ao IPAC* começou em 1999 e consistiu em duas fases. Na primeira, com o registro da memória da Casa do Pioneiro, edificação de madeira de 1945 que foi doada para o IPAC pela família Gomes e transferida para o Campus da UEL. Utilizando o álbum de fotos da família e lembranças de seus antigos moradores foi reconstituído e registrado, por meio de quadros e banners, o modo de como viviam os espaços da casa.

Na segunda fase, elaboramos um projeto, em parceria com a Secretaria de Educação do Município, intitulado *Conhecer Londrina*, um roteiro histórico com visita guiada que engloba também a Capela do Campus, uma réplica da primeira igreja de Londrina que foi projetada por arquitetos do IPAC e construída em frente à Casa do Pioneiro.

O subprojeto *Apropriação e usos do espaço urbano* (1999-2007) focalizou o Bosque Marechal Cândido Rondon, um logradouro dotado de área de lazer e com densa vegetação, com algumas espécies nativas da época da colonização. O estudo possibilitou perceber como, no passado, os londrinenses vivenciavam aquele espaço público e como, no presente, a população dele se apropria como espaço e lugar de memória, atribuindo-lhe novos sentidos. (ADUM, ALMEIDA, 2007).

O subprojeto *Monumentos Históricos em Londrina: Recrutamento, Identificação e Avaliação*, recentemente concluído, inventariou os monumentos da cidade, atualizando levantamento já realizado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

À medida que os trabalhos do IPAC se concentraram no centro da cidade de Londrina e, sobretudo, após minucioso levantamento dos monumentos existentes no quadrilátero central planejado pela CTNP, vivemos uma *viragem* teórico-metodológica em nossos trabalhos. A fase de inventário e registro da memória e dos bens patrimoniais foi dando lugar a um novo período em que o grupo passou a refletir de modo ainda mais crítico a relação com o objeto sobre o qual vinha tradicionalmente trabalhando.

O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA COMO CAMPO DE DISPUTA PELO PODER SIMBÓLICO.

Até 1999 já fora possível ao grupo que compunha o IPAC produzir uma viragem no conceito de patrimônio pela perspectiva antropológica de cultura, bem como defender junto aos centros decisórios do governo do Estado a inclusão, nas políticas públicas de preservação formuladas pelo CPC e CEPHA, dos bens patrimoniais e a memória coletiva das regiões de colonização recente no norte do Paraná.

A partir de então o desafio de investigar os monumentos de Londrina, o patrimônio de *pedra e cal* existente na cidade, nos colocou diante de um repertório de significados históricos e culturais “gravados” em suportes materiais. Linguagens discursivas e iconográficas sobre a memória londrinense e norteparanaense insinuavam a existência um campo onde grupos e, em especial, o poder municipal buscavam se apropriar de um capital cultural que revertesse em poder simbólico.

O que nos fez “parar” e formular um projeto de pesquisa específico foi a identificação de duas intervenções planejadas do poder público municipal, demarcando lugares de memória no centro antigo de Londrina. A primeira delas, *O Aqui tem história*, ocorreu na gestão do Prefeito Luiz Eduardo Cheida – 1993/96. A segunda foi iniciativa da Gestão do Prefeito Nedson Micheletti – 2003/06, intitulada *Memorial do Pioneiro* (situado na Praça Primeiro de Maio), na realidade, um conjunto monumental, já que além de ser constituído por dezessete totens, integra-se a três outros monumentos mais antigos : o busto do Senador Souza Naves, a Concha Acústica e a Secretaria Municipal de Cultura, projeto de Vilanova Artigas.

Os dois projetos fazem parte de um patrimônio de uma cidade, hoje com setenta e seis anos de existência, na qual a arquitetura de madeira

predominou na sua fase de fundação e que, nos anos cinquenta e sessenta do século passado, viveu um período de modernismo com a arquitetura de Vilanova Artigas e as concepções de urbanismo de Prestes Maia e Burle Max.

Essa proposta de investigação em uma “cidade nova” nos leva, mais uma vez, a relativizar o conceito de patrimônio histórico, atendo-nos mais à noção de patrimônio cultural e a tomarmos como referência o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990). Uma memória que expressa um tempo passado, cujo limite é dado pelas lembranças de indivíduos vivos que referem suas lembranças a outros indivíduos, grupos, instituições, datas, acontecimentos – os quadros sociais de memória –, portanto até onde a recordação pode alcançar.

Desse modo, para esse trabalho em andamento – intitulado *Patrimônio Cultural: discursos sobre lugares de memória* –, articulamos o arcabouço teórico decorrente da releitura dos conceitos de patrimônio e memória realizada na primeira fase do IPAC com a orientação teórico-metodológica adotada pelo Grupo de Pesquisa do CNPq que lideramos desde 1999, intitulado *Discurso e Memória*.

Em relação às questões formuladas pelo projeto, a teoria de Pierre Bourdieu permitiu a compreensão de um campo onde ocorrem trocas simbólicas e a disputa por um poder que se qualifica não apenas por ser político, mas, sobretudo, por ser cultural. Nesse espaço,

[...] os agentes se movem, a partir de posições que se encontram a priori fixadas, desenvolvendo práticas que são produtos de uma relação dialética entre uma situação e um habitus, isto é, um sistema de disposições duráveis, uma matriz de percepção, apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais. (ORTIZ, 1983). O habitus cria a possibilidade de entendermos a produção do passado por meio de disposições duráveis que, ao serem interiorizadas pelos indivíduos, estruturam identidades e, quando exteriorizadas, assumem função estruturante da memória de uma sociedade. (CESÁRIO, et. al., 2010, p.19).

Por se tratar de um trabalho que busca interpretar linguagens sobre a cidade, não apenas os monumentos enquanto bens materiais são analisados, mas também os vários textos – inscrições nos monumentos e placas, entrevistas, documentos oficiais – que requerem metodologia específica. Para tanto, utilizamos a Análise de Discurso de linha francesa

(AD) que trata o texto como monumento, isto é, uma discursividade que dá acesso ao discurso que, por sua vez, é dotado de historicidade, afetado pela ideologia. Assim, a pesquisa, tendo também como referência a AD, influenciada por Michel Pêcheux, toma os textos sobre a memória como unidade que permite o acesso ao discurso. (ORLANDI, 1999).

Entendemos, portanto, que o conjunto de textos - incluindo inscrições, entrevistas, documentos oficiais... -, sobre a memória da cidade, é texto e enquanto texto pode ser tomado como objeto simbólico, expressão de prática política e de relações de poder. Tornando possível compreender como estes textos constituem sujeitos e como tais sujeitos se inscrevem nas formações discursivas.

A análise permite revelar as posições do poder público local e dos grupos que construíram/financiaram os monumentos, não apenas como atores/sujeitos da memória, mas como produtores de falas, textos e imagens inscritos numa formação discursiva sobre a ocupação e colonização de Londrina e região.

Recobrando essa formação discursiva, percebe-se uma formação ideológica do tipo liberal capitalista em que os atores buscam, por meio da descrição/representação e monumentalização de seus feitos, afirmar identidades individuais e coletivas, com o objetivo de perenidade. Entretanto, não é somente sobre essa formação discursiva que a análise se debruça, pois o discurso dos londrinenses que vivem o presente de Londrina é também analisado para compreender se esses suportes de memória constituem realmente referenciais para as novas gerações.

A primeira intervenção oficial, o *Aqui tem história*, identifica espaços urbanos, da região central da cidade, como referenciais da memória coletiva local e regional. Esse conjunto é composto por quatorze (14) placas confeccionadas em bronze nas quais se observa uma imagem antiga e um texto sobre como era o local no passado. Na realidade, sugere, ao transeunte a possibilidade de realizar um trajeto pela cidade orientado por placas que o instigam a perscrutar o passado.

O centro de Londrina reserva outra curiosidade aos seus moradores e visitantes que caminham por ele. Passar pela Travessa Maestro Egídio Camargo Amaral – entre a Praça 1º de Maio e a Secretaria Municipal de Cultura –, torna possível observar dezessete totens que compõem o

conjunto monumental – “*Memorial do Pioneiro*”. Trata-se de uma segunda intervenção oficial, que ostenta a obra do artista plástico Paulo Mentem cuja temática é o início da cidade de Londrina, gravuras de um vilarejo no qual o urbano e o rural se confundem.

O Projeto *Aqui tem História* reproduz um discurso fundador ao instituir lugares de memória que criam um mapa discursivo e iconográfico da história de Londrina, no qual a CTNP e os grupos e instituições a ela associados ganham destaque nos espaços públicos do centro da cidade.

As quatorze placas colocadas no centro da cidade, além de produzirem um enquadramento da memória – o projeto teve como referência uma foto de 180° do fotógrafo José Juliani que oferece uma vista panorâmica do início de Londrina – não deram visibilidade às áreas e atividades rurais, aos sitiantes, bem como a trabalhadores rurais e urbanos.

Na realidade, ao longo do desenvolvimento da região norte do Paraná e do município de Londrina ocorre um processo de afirmação desse discurso, incorporado inclusive pelo poder público que coloca a memória em jogo, revelando que, quando se trata de patrimônio e memória, existe uma disputa e apropriação desiguais do capital simbólico. Parafraseando Le Goff (2003), essas disputas mostram que uma das preocupações das classes e grupos sociais é o assenhoreamento da memória e do esquecimento.

Já em relação ao *Memorial do Pioneiro*, o que se percebe é que o critério adotado de delimitação cronológica (1929 a 1939) como definidora daqueles que poderiam ter seus nomes inscritos nos totens acabou por relativizar o sentido atribuído aos “pioneiros” em Londrina, por não ficar mais restrito aos “notáveis”, com a inscrição de 3.800 dos que chegaram no início da ocupação.

O critério temporal notabilizou personagens e categorias silenciadas até então pela maioria dos monumentos de Londrina, como: trabalhadores manuais, sitiantes, pequenos proprietários, mulheres e um totem dedicado aos índios, os verdadeiros nativos da região. Trata-se de uma linguagem imagética e escrita marcada pela tradição e modernidade, binômio muito presente na memória coletiva de Londrina (OLIVEIRA, 2010).

Apesar de termos como núcleo de investigação o patrimônio material, realizamos pesquisa documental e dos textos inscritos nos monumentos que demarcam esses espaços identificados como lugares

de memória, plenos de significados, porém fugidios e cambiantes, com capacidade de

[...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p.22).

Além da identificação e descrição de todos esses referenciais, procuramos, de um lado, revelar os signos neles existentes e, de outro, desvendar a relação que os habitantes da cidade estabelecem com esses referenciais históricos, com o seu entorno, interpretando, inclusive, o que é silenciado ou apagado.

Um trabalho compartilhado com os habitantes da cidade, de descobertas divididas, de ações em comum que muitas vezes acabam por instituir verdadeiras "ágoras". Lugares em que as liberdades individuais se expressam na construção de espaços públicos, onde a pluralidade se manifesta, as palavras circulam e os feitos são relatados. (ARENDR, 1992).

REFERÊNCIAS

ADUM, S.M.S.L., ALMEIDA, A.M.C. de. Memória e Cotidiano do Bosque. Londrina: EDUEL, 2007.

ALMEIDA, A.M.C. de. A morada do vale: sociabilidade e representações; um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal. Londrina: EDUEL, 1997.

_____, et. al. Os Caminhos do Café no Paraná. Heimtal: o passado e o presente no vale dos alemães. Cadernos do Patrimônio Cultural, Série Estudos n. 2. UEL/ MEC/ SESU. Londrina: GRAFMAN, 1993.

ARENDR, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CERNEV, J. (org.) Memória & Cotidiano: Cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem. Londrina: Universigraf, 1995.

CESÁRIO, A.C.C., et. al. PROJETO DE PESQUISA. Patrimônio Cultural: discursos sobre lugares de memória, PROPPG, UEL, 2010.

_____, et. al. Ribeirão Claro 1908 - (...): patrimônio e memória coletiva. Curitiba: Imp. Of. Do Estado: Secretaria Estadual de Cultura, 1999.

- FRINGS, G.; ZANI, A. C. Rolândia: a casa dos alemães. / IPAC – Londrina: UEL. MEC/SESU, 1995.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MAIA, D., et. al. Onde o Bairro é a Casa. Londrina, UEL/ARU. Cadernos do Patrimônio Cultural, Série Estudos n. 1, 1989.
- _____, et. al. Álbum de Retratos. Vila Casoni. Londrina: UEL/ARU, 1988.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo (10), dez. 1993.
- OLIVEIRA, A. M. de. Patrimônio Cultural em Londrina: uma especificidade de política de preservação no Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). UEL, Londrina, 2010.
- ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- Vila Casoni: memória e cotidiano. Curitiba: MIS, vídeo 14min, 1989.
- ZANI, A. C. Arquitetura em madeira. Londrina: EDUEL, 2003.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL OU AÇÃO EDUCATIVA: TEORIA E PRÁTICA NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL¹

André Luis R. Soares - UFSM

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória- NEP é um projeto institucional da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, em funcionamento desde 1997. Inicialmente idealizado como um núcleo de educação patrimonial vinculado ao Centro de Educação da universidade, ampliou suas diretrizes e atualmente desenvolve projetos de valorização cultural, gestão do patrimônio, resgate e preservação da memória e, claro, educação patrimonial (EP), termo utilizado no Brasil para as ações de valorização do patrimônio, similar as ações educativas desenvolvidas em Portugal.

Se no primeiro momento o NEP considerava a EP uma metodologia de valorização ou conscientização do patrimônio, ou ainda, nas palavras de Horta, um processo de alfabetização cultura (HORTA, 1999), atualmente compreendemos que existem diversas metodologias e distintos lócus de aplicação para a compreensão do que realmente deve ser considerado patrimônio, por quem e para qual propósito.

Durante muitos anos o reconhecimento do patrimônio coube ao Estado, através de decretos da União. O mais conhecido é o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que determina as normas e condutas para o tombamento. É interessante notar que, segundo o decreto, as Belas-Artes referem-se as manifestações de caráter erudito (Artigo 4, 3º item do referido decreto), e quase setenta anos depois que incorporam o valor das manifestações populares (decreto-lei 22, de 08 de março de 2006).

¹ Trabalho apresentado no III ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País, Londrina, 04 e 05 de novembro de 2011.

² O termo Educação Patrimonial foi empregado pela primeira vez a partir do seminário realizado pelo Museu Nacional em 1989. O termo é uma adaptação daquele utilizado na Inglaterra, *heritage education*.

Assim como a União muda sua posição de preservação do patrimônio erudito, buscando criar uma identidade nacional através do tombamento de casarios coloniais, atualmente percebemos que os conceitos de cultura são ampliados para determinar o que deve ser considerado um bem cultural e, assim, estabelecer o que deve ser preservado.

A Educação Patrimonial ainda se encontra restrita a projetos institucionais, sejam de empresas particulares ou de ensino. Excetuando programas como o ICMS cultural, não conhecemos projetos contínuos, através de política pública, que contemplem a valorização do patrimônio. Neste sentido, ainda há um vácuo a ser preenchido no que se refere ao retorno social direto das instituições governamentais no que se refere à educação e valorização da memória. Embora bastante divulgados nos museus, a educação patrimonial tem pouco espaço fora do âmbito institucional educativo ou de empresas que realizam ações isoladas para o cumprimento das diretrizes do IPHAN em projetos de impacto ambiental. Alguns trabalhos recentes de nossa autoria apresentam os resultados obtidos ao longo de três anos de projetos de pesquisa, ensino e extensão (SOARES, A. L. R., KLAMT, 2004; SOARES, A. L. R., KLAMT, 2008).

As propostas de educação que atinjam uma parcela cada vez maior da população têm sido desenvolvidas em meios diferentes, como educação ambiental patrocinada por biólogos, educação histórica em locais de preservação (como as Ruínas Jesuíticas), mas ainda de forma segmentada, aleatória e descontínua.

O levantamento dos patrimônios culturais hoje se encontra a cargo de iniciativas do poder público ou da iniciativa privada que percebe nos bens culturais uma fonte de renda ou exploração econômica. Aparte da obrigação que a União possui em registro, preservação e valorização dos seus patrimônios, a ausência de recursos somada ao despreparo dos cidadãos em definir quais são os elementos de identificação cultural levam à condenação os bens culturais de diversas cidades, sob forma de abandono, esquecimento ou depredação. O patrimônio cultural, como bem da União e de caráter finito,

3 O ICMS Cultural é um recurso que o governo do estado de Minas Gerais, através do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, repassa recursos mediante projetos de valorização de bens culturais para os municípios.

deve ser apropriado pela comunidade a fim de exercer seu papel de fomentador de identidade cultural e de cidadania, papel também assumido pela memória.

Por outro lado, a determinação do que constitui o patrimônio de uma localidade ainda se encontra em fase incipiente, no qual o poder público ou a legislação determina o que deve ser tombado ou reconhecido como representativo das comunidades. Embora a constituição tenha sofrido muitos acréscimos positivos, parte da população ainda desconhece os mecanismos de reconhecimento de identificação, registro e tombamento de bens culturais, materiais ou imateriais.

O patrimônio histórico, segundo Rodrigues, “é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (1996:195), e atualmente o patrimônio tem se estendido a todos os lugares ou atividades culturais levados a cabo por grupos sociais, como terreiros de candomblé, vilas operárias e até campos de futebol de várzea (MAGNANI, MORGADO, 1996).

Cabe esclarecer o que entendemos por patrimônio para, a partir destes conceitos, discutirmos a necessidade de uma Educação Patrimonial. Conforme Varine-Boham (apud LEMOS, 1987, p. 09-10), o patrimônio cultural pode ser dividido em três grandes categorias:

- aqueles pertencentes à natureza (clima, vegetação, acidentes geográficos);
- aqueles pertencentes às técnicas (o saber fazer);
- aqueles pertencentes aos artefatos (aquilo que é construído pelo homem com a natureza e o saber fazer), que então se torna a própria construção do homem utilizando-se o seu entorno para adequá-lo a sua necessidade através da cultura.

Na construção de um conceito de patrimônio, seja ele histórico, artístico, cultural ou emocional, estamos frente às situações na qual a contextualização é fundamental para a existência do objeto, dado o perigo de se realizar ‘coleções museológicas’ desprovidas de qualquer sentido na preservação da memória. A iniciativa dos “ecomuseus”, que mantém em seu habitat as relações sócio-culturais de uma determinada população são propostas ousadas, pouco consolidadas e, por enquanto, em fase incipiente.

Objetos comuns em seus lugares comuns em tempos passados (ou esquecidos) adquirem outro sentido quando nos possibilitam visualizar outros modos de vida, utilização do espaço e do tempo diferentes dos nossos. Podemos citar como exemplo os engenhos de farinha do litoral catarinense (SILVA, 1996) ou as moendas de cana artesanais que remanescem no interior de nosso Estado. A mecanização destas atividades extingue as formas culturais que a população criou para adequar-se a um ambiente de maneira própria ao qual denominamos cultura.

A compreensão positivista de museologia pode ter sacralizado alguns objetos, como a pena que assinou a lei áurea ou o aparelho de chá do proclamador da república. Porém, acreditamos que a noção e o uso do conceito de patrimônio se aplicam à universos bem mais amplos que este.

(...) o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse (LEMOS, 1985, p. 21).

Se a preservação nunca existiu de fato, que se dirá da educação para sua preservação. Somente agora existem novos olhares sobre a importância da memória coletiva, transformadas em Patrimônio Histórico e Artístico, mas ainda confinadas à escala de bens materiais e sem uma perspectiva mais abrangente sobre sua Educação.

Ao mesmo tempo, a memória é geralmente preservada por aqueles que desejam manter a diferenciação quanto a sua origem ou classe social. Não é raro notar os quadros dos antepassados importantes pendurados na sala e a busca de brasões de família que legitimem a posse de arcaicos títulos ou bens.

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural (RODRIGUES, 1996, p. 195)

A conservação do patrimônio e sua definição ainda estão longe de ser esclarecidas, mantendo-se o véu de ignorância quanto a diferença entre o grande e o grandioso, valorizando-se as obras e construções das classes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das classes populares e suas construções materiais, seu conhecimento e suas manifestações.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados (LEMOS, 1987, p. 11).

Qual a responsabilidade social dos projetos?

Não podemos esquecer o aspecto ideológico que envolve a proteção e a conservação do patrimônio de uma sociedade. O cuidado com estes bens está mais voltado a uma exploração econômica, na qual a preservação atende a indústria do comércio e do turismo, uma vez que os bens patrimoniais (culturais, naturais, paisagísticos e arquitetônicos) correspondem a um filão pouco explorado nacionalmente, aumentando as arrecadações sob forma de impostos e ampliando as rendas locais. Sem entrar na discussão da validade deste tipo de visão, devemos observar que, sob esta ótica, não se está procurando conservar os bens sócio-culturais de uma sociedade, mas antes explorá-la em suas características exóticas, que de certa forma não é uma valorização e, sim, invenção. É por isso, talvez, que estes recursos são considerados “*recursos culturais*”, termo de conotação econômica e designativo de algo que pode ser usado com proveito por quem assim o denomina” (ARRUDA, 1996, p. 138).

O patrimônio não é, porém, uma representação de ‘todos’ (...) Hoje, embora o conceito de patrimônio tenha-se deslocado da nação para a sociedade, esta concepção permanece como um dos traços das práticas preservacionistas (...) e como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais (RODRIGUES, 1996, p. 195).

Neste aspecto, ações que envolvem o patrimônio devem ter como pressuposto não somente o envolvimento da comunidade, mas qual retorno de curto médio e longo prazo são atingíveis dentro do quadro mais amplo de ação social.

Os programas geralmente têm como objetivo a implantação de projetos que, através da evidenciação dos patrimônios locais, resgatar e devolver a auto estima das comunidades, realizando ações que demonstram que todos são partícipes e agentes sociais, todos tem direito à memória e a história, bem como todos tem patrimônio a ser conservado.

Isto é de fundamental importância na justa medida em que, enquanto a legislação e o poder público defendiam e preservavam as manifestações eruditas, as camadas populares ficaram alijadas do processo histórico, reproduzindo um discurso falacioso e míope a respeito do valor das manifestações locais tradicionais. Este discurso é bem presente nas entrevistas com moradores de todo o Estado, nos diversos municípios em que atuamos , quando os moradores afirmam : “aqui não tem nada”; “nós não temos nada importante”; “aqui não tem isto de patrimônio”.

Mas cabe salientar que, se por um lado os entrevistados desejam satisfazer os pesquisadores, respondendo aquilo que eles acreditam que queremos ouvir, por outro a retirada das palavras “patrimônio”, “tombamento” ou “histórico” tem ajudado a compreender mais de perto os verdadeiros sentimentos de diversas comunidades. Na medida em que as entrevistas se desenvolvem, percebemos o que é de fato importante para estas pessoas, aquilo que elas elegem e torna-se um BEM para elas.

A educação patrimonial deve ser vista como uma metodologia, sem dúvida, mas o que deve ser valorizado e como isto deve ser feito precisa, antes de mais nada, romper com práticas segregacionistas, buscando, tanto no resgate como na documentação dos diversos patrimônios da cidade, trazer à tona todos os grupos sociais envolvidos, valorizando e incentivando novas propostas e alternativas de resguardo e ativação da memória.

4 O NEP já desenvolveu atividades e projetos em Santana do Livramento, Coronel Barros, Dois Irmãos das Missões, Palmeira das Missões, Itaara, São Martinho da Serra e General Câmara.

REFERÊNCIAS

HORTA, Maria Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

SOARES, A. L. R., KLAMT, Sérgio Célio. Breve Manual de Patrimônio Cultural: subsídios para uma Educação Patrimonial. Revista do CEPA, v.28, p.45 - 65, 2004.

SOARES, A. L. R., KLAMT, Sérgio Célio (orgs.) Educação Patrimonial: Teoria e Prática. Santa Maria-RS: UFSM, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. Futebol de Várzea Também É Patrimônio. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1996, nº 24, p. 175-184.

LEMOS, Carlos. O Que é Patrimônio Histórico. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SILVA, Osvaldo Paulino. O Levantamento Arqueológico de Sítios de Engenhos da Parte Sul da Ilha de Santa Catarina. Anais da VIII Reunião Científica da SAB. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996, vol. 2. p. 417-431.

RODRIGUES, Marly. De Quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1996, nº 24, p. 195-203.

ARRUDA, Rinaldo. Levantamento A contribuição dos Estudos Antropológicos na Elaboração dos Relatórios de Impacto Sobre o Meio Ambiente. In.

CALDARELLI, S. (org.) Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Universidade Católica de Goiás, 1996.

PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO EM DEBATE: AS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA FURG

Carmem G. Burgert Schiavon- FURG

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

O Município do Rio Grande tem uma história bastante peculiar. Os processos históricos da cidade, em decorrência dos ciclos de crescimento econômico, tão presentes na memória local, configuram a cidade e o arranjo dos equipamentos urbanos, sem deixar nada a perder para as ditas cidades modernas. Em consonância com esta prerrogativa, Rio Grande desponta no cenário econômico local, regional e até nacional, com o complexo industrial e portuário; inclusive, ao longo dos últimos dois anos, o local vivencia um novo ciclo de crescimento econômico com a instalação de um complexo da indústria naval e energética.

Nesta direção, o crescimento econômico, a ampliação do contingente populacional e, conseqüentemente, da área ocupada para abrigar todos os equipamentos urbanos e as transformações espaciais necessárias ao alojamento das instalações industriais de tamanha estrutura, se constituem em um interessante tema gerador para a questão ambiental e cultural em Rio Grande. Além disso, ao se buscar outros exemplos históricos, é possível visualizar o fato de que estes processos já ocorrem no Município, gerando profundas transformações na estrutura do local.

Tais configurações resultam em um processo de industrialização em Rio Grande que origina inúmeros impactos no meio ambiental e cultural do local. Dentro desse contexto, visando proporcionar ações que originem reflexões sobre essas questões, em 2009, foi criado o Programa de Educação Patrimonial (PEP) e este conta com uma perspectiva metodológica orientada à experimentação ativa dos estudantes envolvidos com os bens naturais e culturais, tomados como temas gerados para a construção de práticas pedagógicas interdisciplinares, visando (re)significar o ambiente escolar e constituí-lo como um espaço de interação entre os conhecimentos adquiridos pelos estudantes e educadores com os saberes escolares, de forma a elaborar um exercício crítico reflexivo acerca da realidade socioambiental¹ das comunidades adjacentes às Escolas.

REFLEXÕES SOBRE O TEMPO-ESPAÇO EM RIO GRANDE: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO LOCAL²

O início da industrialização do Município do Rio Grande está inserido em um processo global de transformações sociais e econômicas que marcaram a transição dos modos de produção ao longo do século XX. Essas transformações, em nível local, são fundamentais para determinar o crescimento rio-grandino e a sua organização, bem como a consolidação do mesmo como uma grande cidade no cenário econômico brasileiro durante a primeira metade do século anterior. Entre os vários fatores para esse desenvolvimento, pode-se apontar a localização geográfica do Rio Grande, o que lhe permite uma estrutura portuária particular e estratégica, além das facilidades econômicas concedidas pelos governos locais, e a fragilidade de instituições e da economia frente ao sistema produtivo transnacional.

Em um período que vai do final do século XIX até 1960, Rio Grande passou por um verdadeiro boom econômico e social, o qual culminou na sua expansão territorial e no crescimento da população e, ainda, na formação de uma planta industrial amplamente desenvolvida em relação às demais cidades gaúchas e brasileiras do mesmo período.

Desse modo, a *Rheingantz* é uma empresa destaque e é parte da memória do local; com funcionamento a partir do ano de 1873 até fins da década de 1960, ganhou grande expressão no cenário econômico regional e nacional, produzindo têxteis para o mercado interno e externo. Durante suas atividades, a fábrica formou um grande complexo, contando com filiais, uma vila operária, uma escola e uma sede social. Em outras palavras, estabeleceu-se de tal forma a fazer parte do cotidiano das pessoas e da cidade como um todo, delimitando não somente sua organização espacial e temporal, como também a base da economia local.

1 A título de reflexão metodológica, construída na Educação Ambiental em relação ao pertencimento, lança-se mão da definição da Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) citada por Michèle Sato, momento em que a autora afirma que “a Educação Ambiental é um processo de reconhecimento dos valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e os meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida” (SATO, 2004: 23).

2 Esta primeira parte do texto resulta da pesquisa e de discussões estabelecidas com o acadêmico Tiago Fonseca dos Santos, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA-FURG) e bolsista do Programa de Educação Patrimonial desenvolvido na mesma Instituição.

Além da *Rheingantz*, empresas de médio e grande porte exerciam atividades no Município durante esse período. A empresa Charutos Fábrica Aliança, a Cunha Amaral Moagem, a Leal Santos, a Fábrica de *Biscoutos*, a Charutos *Poock*, a Cia. de Fiação e Tecelagem Ítalo-Brasileira, o frigorífico *Swift*, entre outras, apresentavam uma diversificada linha de produtos, sendo eles gêneros alimentícios, desde verduras, carnes congeladas e em conserva; têxteis, charutos, chapéus, calçados, óleos vegetais, cordas e até a construção naval. Somando-se a isso, tem-se a atividade portuária, que cresce em importância econômica desde as primeiras décadas do século XX, sendo até hoje um dos mais expressivos portos do país. Este ciclo de crescimento econômico foi estruturante à expansão territorial e urbana do Município, imprimindo-lhe uma nova configuração e vultosas transformações em suas proporções.

Na transição do século XIX para o XX, a cidade projeta-se para “além muralhas”; amplia seu aparelho urbano, a rede de comunicações e de transportes, e tem uma explosão demográfica. Se, em meados de 1890, o local conta com, aproximadamente, 20.000 habitantes, em 1920, já contabiliza cerca de 50.500 pessoas. Nesse momento, além da expansão industrial e urbana, as obras no porto novo vão contribuir à nova estrutura urbana rio-grandina. Com a construção das instalações do porto e dos molhes da barra, a cidade vai ter um novo arranjo urbano com os aterramentos das áreas de banhado adjacentes ao centro histórico, aumentando ainda mais sua área urbana e o parque industrial. Nesse caso, ampliou-se a sua extensão na direção leste. Com isso, o porto vai delimitar a organização do espaço e a orientação econômica da cidade onde, afinal, cada vez mais, serão consolidadas as características do Rio Grande do século XX e XXI.

A “CONQUISTA DO OESTE”: A IMPRESSÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO À PAISAGEM LOCAL

Quando se trabalha com a história do Município, principalmente em relação ao processo de industrialização, percebe-se o quanto este foi incisivo à ocupação do ambiente e à formação do meio urbano. Nesse processo, constata-se a expansão da cidade e a consolidação da vida das pessoas no meio urbano; também como esse “fenômeno” determinou a organização do local, influenciando a política, a economia e a sociedade em geral. Os aterramentos dos marismas da região estuarina à leste e dos famosos ‘cômoros’ à oeste vão se tornar o grande alicerce da expansão

territorial urbana e do parque industrial do Município, imprimindo profundas transformações ambientais no espaço natural.

Em termos geográficos, é possível considerar este processo de expansão com duas perspectivas, em momentos históricos distintos, todavia, bastante peculiares. O primeiro deles ocorre a partir do crescimento da cidade na primeira metade do século XX, com a expansão portuária e a construção da região leste do centro histórico – a região do super porto e da barra – expandindo-se a área urbana e industrial do local, principalmente, por meio dos aterramentos dos marismas da região estuarina do canal do norte. No segundo momento, a expansão urbana deu-se para o oeste e sobrepôs a região das dunas na península.

Recuando um pouco no tempo, durante as décadas de 30 e 40 do século XX, as indústrias do Rio Grande, produtoras principalmente de bens não-duráveis, tiveram forte crescimento, comercializando com o centro do país e países europeus; vale destacar que as exportações cresceram consideravelmente durante a Segunda Guerra Mundial. Logo após o término da Guerra, aos poucos, os países envolvidos no conflito retomaram as atividades industriais e diminuíram as importações do Brasil, inclusive, do Município. Nesse período, São Paulo passa a despontar no setor industrial, sendo um forte concorrente às empresas rio-grandinas e, com relação a esse ponto, cabe destacar a posição geográfica estratégica paulista, assim como a existência de empresas com maior tecnologia, o que lhe garantia vantagens competitivas.

Seguindo esta linha, nos anos de 1950 e 60, a economia do Rio Grande passa a sofrer uma grande crise, em decorrência do início de falência de tradicionais empresas, as quais começam a falir, devido à sua inadequação tecnológica e, ainda, ao estabelecimento de outras regiões. Com o crescimento econômico dos anos anteriores, a cidade expandiu-se, muitas pessoas instalaram-se no local, processo este que exigia uma infraestrutura e uma política imobiliária consistente. Assim, o crescimento do local modifica-se bastante das características dos anos anteriores, passando a ocorrer de forma desordenada.

Para dar conta do “alojamento” de tantas pessoas, a cidade expandiu-se para o oeste. A política adotada nesse momento foi a dos “loteamentos”, na qual as terras a oeste do centro histórico passaram a ser loteadas, a partir de terrenos sem nenhuma infraestrutura básica à instalação de residências, ou seja, com a crise dessas décadas, a ocupação do espaço ficou bastante distante dos planejamentos.

A ocupação irregular de muitos espaços caracterizou a formação de vilas e de regiões ocupadas com deficiente ou nenhuma infraestrutura, como água, energia elétrica, saneamento básico, calçamento etc. Afora isto, com a crise da década de 1960, a qualidade de vida das pessoas declinou muito, tendo em vista que o número de empregos diminuiu consideravelmente. Atraídas pela denominada época das “vacas gordas”, as pessoas continuaram indo para a cidade em busca de novas oportunidades e todos esses fatores ampliaram a ocupação desordenada do espaço. A situação econômica só não piorou ainda mais devido à ascensão do setor pesqueiro, o qual passou a empregar parte desse contingente populacional e a gerar algumas riquezas para o Município.

Como se pode perceber, os ciclos econômicos foram – e são – determinantes à formação do espaço no Município. Ao longo desse processo, a estrutura urbana transformou-se, demarcando a saída do setor público, em parceria com o privado, da ocupação do espaço à emergência do setor privado e a sua consolidação como o indutor da ocupação, haja vista que as indústrias não conseguem dar conta do grande contingente de pessoas que são atraídas para a cidade, o que acaba ampliando – ainda mais – os problemas locais e acarreta inúmeras transformações no âmbito ambiental e cultural do Município, principalmente em decorrência do crescimento desenfreado da especulação imobiliária e da falta de espaço para os saberes tradicionais do local relacionados, principalmente, à pesca e ao artesanato.

PROPOSTAS PARA SE PENSAR A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL DENTRO DESSE CONTEXTO: A CRIAÇÃO DO PEP

Visando a reflexão sobre essas transformações no cenário rio-grandino, assim como a valorização quanto ao trato ambiental e cultural no local, em 2009, teve início o Programa de Educação Patrimonial (PEP) do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). Neste sentido, o Programa visa fornecer às Escolas locais, uma ferramenta de reflexão crítica acerca de seu currículo escolar, permitindo-lhes um instrumental teórico-metodológico e, sobretudo, prático, para a apropriação singular dos bens culturais da comunidade escolar e suas adjacências. Para tanto, o Programa conta com as ferramentas da Educação Patrimonial e da Educação Ambiental, de modo a instigar a sensibilização da comunidade rio-grandina para a valorização dos seus bens culturais e naturais, a partir das especificidades da cultura e do meio natural do lugar.

Nesta direção, as propostas do PEP estão fundamentadas em um vasto referencial teórico e metodológico, podendo este ser elencado em três grandes áreas: a Educação Patrimonial, a Educação Ambiental e, ainda, a História. Traçando um ponto de convergência entre essas três temáticas, pode-se visualizar a importância do trabalho da História e suas metodologias, como a história oral, a memória e a didática da História e a sua articulação com a Educação Patrimonial, a fim de realçar a identificação histórica a partir do patrimônio cultural e dos laços identitários das comunidades envolvidas em sua relação com o *pertencimento*, objetivando o exercício da reflexão crítica sobre as problemáticas socioambientais presentes. Além disso, considerando seu envolvimento afetivo com artefatos culturais envolvidos no processo de construção das práticas pedagógicas, esta metodologia adquire ainda maior relevância para a relação ensino-aprendizagem, tendo em vista a possibilidade de experiências a partir do contato direto com estes artefatos históricos, culturais e ambientais.

A imersão em um ambiente de aprendizagem, pensado com base na Educação Patrimonial e Ambiental, permite articular as duas dimensões anteriores ao vivido pelos estudantes, ao seu universo existencial concreto, em uma sinergia entre a cultura e o meio ambiente, entre a história e a memória e entre o patrimônio cultural e o ecológico, a fim de se construir práticas pedagógicas consistentes e significativas aos estudantes, de modo que estas lhes permitam a reflexão sobre seus saberes-fazeres no mundo, consigo e com os outros, como prerrogativa essencial das práticas pedagógicas, atividades estas essenciais à cidadania.

Desta maneira, procura-se superar a disjunção entre o conhecimento histórico escolar e os saberes prévios dos estudantes, a qual incorre na fragilização das práticas escolares, uma vez que “a escola formal se encarrega de homogeneizar os valores, e a história ‘oficial’ tem mais relevo do que as histórias que contavam em casa... A memória do grupo começa a se perder, a cultura vai-se esgarçando, empalidecendo, a desagregação social vem a reboque” (HORTA, 2000: 34). Desse modo, percebe-se que (re)significar os conteúdos do currículo escolar como um imperativo pujante, haja vista que a aproximação dos conteúdos, conceitos e categorias e as práticas pedagógicas da Educação Patrimonial são fundamentais para se aproximar a realidade da comunidade escolar.

Da mesma forma, é imprescindível que os educadores procurem trabalhar com elementos da História local, de forma a suscitar as reflexões dos estudantes em relação ao vivido e às relações socioambientais nas quais estão inseridos, afinal, "(...) as crianças constroem narrativas seguindo as experiências familiares e do grupo de convivência. Começam a elaborar conceitos relativos ao mundo onde vivem estabelecendo comparações entre as temporalidades e os espaços vividos e não vividos" (CAINELI, 2007: 70). Ademais, a questão do respeito à coletividade dos bens culturais locais configura-se como outro ponto essencial no trabalho com o patrimônio, haja vista que:

(...) a educação patrimonial necessita equacionar as questões da diversidade cultural dos povos e assinalar as mudanças culturais referentes às distintas identidades, aos conflitos e à solidariedade entre os segmentos sociais – apreendidos como produtores culturais permanentes e agentes histórico-sociais (PELEGRINI, 2009: 37).

Seguindo esta premissa, as categorias fundamentais na elaboração do conhecimento histórico (duração, permanências, rupturas, simultaneidade, anterioridade e posteridade) devem ser trabalhadas nas atividades de História, partindo do universo mental dos estudantes. A projeção destas categorias desenvolvidas a partir da Educação Patrimonial e transpostas à realidade imanente dos estudantes possibilita-lhes apreender o conhecimento histórico de modo que possam analisar, criticamente, o patrimônio cultural de suas comunidades, (re)significando, desta forma, os diversos saberes-fazeres com os quais interagem na escola e na comunidade, ou seja, articulando-os. Ainda, a este respeito, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCN's; 1998: 55) pode-se visualizar que os objetivos do ensino de História "remetem para o estudo de questões sociais relacionadas à realidade dos alunos; acontecimentos históricos e suas relações e durações no tempo; discernimento de sujeitos históricos como agentes de transformações e/ou permanências sociais". Assim, a Educação Patrimonial possibilita uma apropriação no processo de construção do conhecimento, a partir do trabalho com o patrimônio cultural da comunidade, tendo em vista a interação direta com a cultura local, despertando e fortalecendo, desta forma, o sentimento de *pertencimento* àquela comunidade.

Dessa forma, o Programa de Educação Patrimonial procura elaborar e instigar a execução de práticas pedagógicas que orientem os estudantes e educadores a identificar os 'signos' e os significados atribuídos às 'coisas' por

uma determinada cultura, a mergulhar no universo dos sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a “linguagem cultural” específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se afetivamente com elas, através de vivências e experimentações de modo a ser capaz de apropriar-se desses ‘signos’ e ‘contextos culturais’ (HORTA: 2000).

Em relação ao conteúdo e à perspectiva de análise do conhecimento histórico escolar, Alves aponta uma importante dimensão de estudo e a sua apropriação pelos educadores da disciplina escolar História; segundo o autor, a História local permite ao educando um referencial analítico que torna viável a “compreensão da dinâmica social, percebendo-se parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não são lineares, mas permeados de continuidades e descontinuidades próprias do processo histórico” (2006: 71). Além dessas questões, a investigação e a construção do conhecimento histórico com base em elementos da cultura local permitem um maior envolvimento dos estudantes, uma vez que os mesmos passam a valorizar os elementos estruturantes desta cultura.

Para tanto, o estudo da História local deve problematizar as relações socioambientais, a dinâmica do tecido social e a complexidade das estruturas vigentes, a partir de uma análise em que os estudantes podem, facilmente, projetar as categorias trabalhadas nas práticas escolares. Diante da sua perspectiva interdisciplinar, a Educação Patrimonial possibilita a reflexão sobre a sociedade e a cultura que é produzida, bem como as formas possíveis de interferência e acesso ao patrimônio cultural socialmente construído. Para isso, procura-se utilizar diferentes mediadores culturais e, ainda, diversas fontes primárias, a fim de compreender o direito à memória como dimensão básica da construção da identidade e da cidadania (DAL BÓ & MACHADO, 2000).

Dentro desse contexto, o Programa de Educação Patrimonial passa a ter ainda maior relevância socioambiental, haja vista o processo de profundas transformações as quais o Município do Rio Grande vivencia com o desenvolvimento do Pólo Naval, a instalação de diversas indústrias e a expansão do complexo portuário como um todo³. Por isso, a localização das Escolas integrantes do Programa não foi uma escolha aleatória, afinal,

³ Os impactos sociais e ambientais inerentes a este processo já começam a aparecer nas ruas da cidade. A previsão de pesquisadores da FURG é que a população local atinja a marca de 450.000 habitantes (em apenas 10 anos).

privilegia-se a Ilha dos Marinheiros, onde estão situadas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Apolinário Porto Alegre e Renascer.

Na Ilha dos Marinheiros pode-se visualizar a manifestação das diferentes categorias do Patrimônio Cultural, desde o intangível e natural ao já tradicional de “pedra e cal”. E, a partir da análise deste mosaico cultural e da sua rede de significados, a elaboração de estratégias a partir da Educação Patrimonial, visa à compreensão destes significados, a sua valorização, bem como a mobilização da comunidade à preservação, a partir da categoria *pertencimento*. Os saberes-fazeres presentes na atividade da pesca, na horticultura, na elaboração do artesanato de cestarias e na produção de pequenas embarcações, na gastronomia característica, assim como as diferentes formas de expressão verbal do português – em decorrência da tradição luso-açoriana – são aspectos culturais singulares ao estudo do patrimônio e da construção de práticas pedagógicas da Educação Patrimonial. Assim, por todos estes significados e riquezas do seu patrimônio ambiental e cultural, tanto material quanto imaterial, a Ilha dos Marinheiros foi um dos locais escolhidos para integrar as atividades do Programa de Educação Patrimonial da FURG⁴.

A título de conclusão, evidencia-se que a estruturação de um Programa na área da Educação Patrimonial está permitindo aos seus participantes uma análise consistente da cultura local, tendo por base a (re)interpretação do patrimônio, o exercício do trabalho com as comunidades e a operacionalização de conceitos, categorias, competências e habilidades, desenvolvidas na sala de aula. Desse modo, a experimentação estrita da ação cultural, a difusão dos saberes acadêmicos apreendidos, em sua articulação com os saberes das comunidades – respeitando-se a coletividade e as diferentes formas de manifestação destes – têm permitido aos participantes do Programa (PEP) um profundo exercício de reflexão e estruturação dos seus saberes-fazeres.

4 O Distrito Industrial, situado no local denominado como Saco da Lagoa Mangueira, onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ramiz Galvão, constitui a outra área de abrangência do Programa de Educação Patrimonial da FURG.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis A. O Estado da História – o Ensino. In: Revista da Faculdade de Letras. Porto: III Série, vol. 2, 2001. pp. 23-31.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CAINELLI, Marlene. Educação Histórica: perspectivas de aprendizagem da História no Ensino Fundamental. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná/Educar, 2006.

DAL BÓ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Memória, educação e cidadania. In: Revista Ciências & Letras. Porto Alegre: FAPA, 2000, nº 27. pp. 259-276.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira. Fundamentos da Educação Patrimonial. Revista Ciências & Letras. Porto Alegre: FAPA, 2000, nº 27. pp. 13-35.

PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SATO, Michèle. Educação Ambiental. São Carlos: Rima, 2004.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A HISTÓRIA DO NOSSO PEDAÇO

Angélica Fulchini - Col. Londrinense – Ed. Infantil
Keila Ramos Borini - Col. Londrinense – Ed. Infantil
Márcia R. de Aquino Ilário - Col. Londrinense – Ed. Infantil

“(...) Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. (...)”

Manoel de Barros

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Pensar no desenvolvimento de um projeto na Educação Infantil que aborde questões que envolvem a educacional patrimonial, constituiu-se em um processo de re-significação de conteúdos trabalhados na faixa etária dos 4 meses aos 5 anos.

Sendo a Educação Infantil, através do Referencial Curricular Nacional, a primeira etapa da educação básica, tendo o objetivo de incorporar atividades educativas aos cuidados e brincadeiras, se faz necessário a busca da prática diária de uma educação que visa o desenvolvimento integral, considerando as identidades das crianças e a possibilidade de que as mesmas possam crescer como cidadãos, perceber-se como ser social, conhecer diferentes realidades sócio-culturais, mergulhar-se em questões que envolvem a identidade, autoestima, segurança, diversidade, socialização, foram por meio desse projeto, questões potencializadas de conteúdos que a muito fazem parte do dia a dia da Educação Infantil.

O Projeto de *“Educação Patrimonial: a história do nosso pedaço”*, um desafio lançado para a equipe pedagógica da Educação Infantil do Colégio Londrinense, pelo Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães e desenvolvido durante o período letivo de 2010. Permitiu a realização de uma variedade de atividades envolvendo a comunidade escolar, sendo norteadas com os objetivos de resgatar e valorizar histórias de vida, fortalecer a identidade cultural, garantir a apropriação e o uso do patrimônio cultural, abrangendo os elementos materiais como também imateriais e aliar as conquistas da modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais e familiares, entre outros.

O início do projeto se deu a partir da busca de ferramentas para que as atividades que fossem vivenciadas durante o processo e pudessem ser incorporadas ao currículo da escola, entendendo-a como lugar da convivência entre pessoas de origem e hábitos distintos, sendo importante considerar a diversidade étnica e cultural evitando, com isso, a discriminação e o preconceito.

Deve-se considerar a criança como um ser completo, em processo de desenvolvimento, que corresponde a sua cultura, cabendo ao adulto a mediação (INOUE, 1999, p.34), sendo este um dos papéis da educação infantil em geral, e da *Educação Patrimonial* em particular.

Garantir espaço de ampliação do universo cultural da criança, entendendo-a como sujeito histórico, com identidade social e direitos (CAMPOS, 1999, p.120). Ou seja, a criança deve ser considerada um ser humano completo, um sujeito que participa de sua história, em um processo de ação, interação e modificação (LADEIRA, 2001, p.19-21). Daí a importância de se trabalhar com a história da criança, possibilitando que se identifique como sujeito, caracterizando o grupo em que vive, reconhecendo os diferentes modos de viver e de ser e conhecendo sua classe, escola, rua, bairro e cidade.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A equipe da Educação Infantil recebeu a assessoria do professor Dr. Leandro Henrique Magalhães (Coordenador Geral Acadêmico do Núcleo de Educação a Distância da UNIFIL, coordenador do Comitê Interno de Extensão e Pesquisa – CIEP e Coordenador de Publicações Científicas), e contou com a experiência do referido professor em suas atividades desenvolvidas em diversos projetos no decorrer dos últimos oito anos.

Esta experiência, aliada a um aprofundamento teórico e a trocas de informações e ideias entre a equipe, possibilitou a realização do presente projeto.

A elaboração do projeto iniciou-se por meio de oficinas envolvendo o corpo docente e, organizada pelo professor Leandro, em que a primeira delas aconteceu no dia 28 de janeiro de 2010, onde foi possível abordar os aspectos teóricos e históricos que fundamentam a educação patrimonial nas escolas.

A definição das atividades a serem desenvolvidas, no decorrer do ano letivo, foram pensadas de acordo com a faixa etária de cada turma e com o conteúdo programático elaborado pelo Sistema Anglo de Ensino em cada um dos níveis da Educação Infantil a partir de Berçário II a Pré II, onde o material sistematizado é contemplado. Para as turmas de Berçário I (crianças de 4 a 18 meses), as atividades abordaram o tema: Identidade.

Nos dias 09 e 20/02/2010, foram iniciados os trabalhos de organização das atividades a serem realizadas durante o primeiro semestre.

Ao final de cada bimestre eram realizados encontros para avaliar o que foi desenvolvido e para definir as atividades do próximo período.

Aconteceu também, a participação das professoras do Pré I e Pré II, na Oficina: "Jogo do Patrimônio", desenvolvido pelo IPHAN, na UNIFIL, no dia 08/05/2010.

Alguns parâmetros foram levados em consideração quando da definição das atividades, dentre eles:

- A necessidade de se trabalhar com o conceito de identidade (quem eu sou), envolvendo aspectos familiares, comunitários, escolares e religiosos;
- O fato de que o patrimônio deve ter sentido para os envolvidos, não havendo assim determinação, mas sempre partindo de um processo de seleção/escolha do grupo;
- O trabalho com aspectos materiais (objetos, museologia/arqueologia, arquitetura, paisagem, roteiros) e imateriais (festas, comida, histórias, brincadeiras, músicas);
- A garantia do registro de todas as atividades desenvolvidas, tanto pelos alunos como pelos professores (portfólio);
- A garantia de registro fotográfico das atividades realizadas;
- A necessidade de produtos ao final do projeto, que foram apresentados à comunidade durante a XIX Feira Científica e Cultural do Colégio Londrinense - FECCILON, com as atividades desenvolvidas.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS:

“(...) A mulher poteira que desenha flores no pote de barro que queima no forno do fundo do quintal sabe disso. Potes servem para guardar água, mas flores no pote servem para guardar símbolos. Servem para guardar a memória de quem fez, de quem bebe a água e de quem, vendo as flores, lembra de onde veio. E quem é. Por isso há potes com flores,(...)”

Carlos Rodrigues Brandão

Práticas com Crianças de Período Integral

Uma das atividades desenvolvidas com crianças que permanecem em período integral na Ed. Infantil, como um desdobramento do projeto inicial, que abrangeu a faixa etária de 2 a 5 anos, teve como tema: *Meu Livro de Música*.

Neste grupo o objetivo principal era de resgatar as cantigas de roda e músicas folclóricas que fazem parte da história das famílias e que são cantadas entre as gerações. Nas palavras da professora Angélica Fulchini, segue sua descrição do projeto:

“O que deveríamos estudar e pesquisar? Que caminho deveríamos seguir? Era um assunto muito amplo, que oferecia milhões de oportunidades.

Sendo assim, o trabalho iniciou-se pela instigação do conhecimento que as crianças já possuíam e surgiu um bombardeio de questões e hipóteses a serem trabalhadas. O objetivo era fazê-las pensar e ao mesmo tempo aprender junto com elas favorecendo a relação de ensino/aprendizagem mútuas. Então foram levantadas as seguintes questões:

- Quais as músicas que as crianças mais gostavam?
- Quais as músicas que pediam para cantar durante o dia e que tinham significado para elas?
- Como inovar e atrair as crianças com as músicas que faziam e fazem parte de minha história quando criança?
- Qual música que as famílias mais cantavam para seus (suas) filhos(as) e que também faziam parte de sua história?
- E o que a música contribui na formação e desenvolvimento da criança nos seus aspectos físico, motor, afetivo e intelectual?

Após obter as respostas a essas perguntas outro questionamento surgiu: Como elaborar um livro que fosse diferente, onde o leitor pudesse interagir com as canções, e que não fosse mais um material esquecido na estante ou jogado em um canto da casa?

A partir de algumas pesquisas e observando sobras de materiais descartados, incluiu-se ao projeto o reaproveitamento desse material para as construções das páginas, colaborando também com a questão ambiental. Iniciou-se, então a construção do livro que foi composto por cantigas de rodas e para cada cantiga foi realizado uma atividade prática. Quando se canta, além de cantar, a criança brinca e se diverte e por meio da música é possível sensibilizar todas as gerações e no caso da criança, quando vem acompanhada de brincadeira ou atividade, pode tornar-se um excelente veículo de aprendizagem.

Todo material utilizado para construção do livro foi reciclado. As páginas são as capas e contra capas dos blocos A3 que os alunos da Educação Infantil trouxeram para seus respectivos portfólios.

Foram reaproveitados também as sobras de jornais, E.V.A, recortes de livros danificados, papéis, entre outros. Interessante observar que foi possível a construção de outros conceitos como Preservação Ambiental, tornando o trabalho transdisciplinar e interdisciplinar "Transformando lixo em luxo", além de contribuir para o aprimoramento da consciência fonológica com as rimas contidas nos versos e com ritmo já que linguagem musical está presente em todos os momentos da vida e atua como um elo entre as gerações de uma mesma família e entre membros da comunidade. "Fornecer um repertório amplo de ritmos e sons é garantir o acesso à cultura".

No momento de cantar as cantigas todos dançam em roda, acompanham as músicas com palmas, descobrem fontes sonoras surpreendentes ao bater, sacudir ou empurrar objetos à nossa volta, ou seja, a representação acerca do próprio corpo, a discriminação de suas partes sejam internas ou externas, estimula a fala e audição; aprendendo de forma lúdica e interativa. Aliado a esse contexto foi realizado também *O Baú dos Instrumentos Musicais*, utilizando instrumentos sonoros simples juntamente com as aulas de Musicalização com a Professora Tatiane Mota Santos Jardim.

Algumas cantigas narram a vivência cultural e a socialização, promovem o contato, o relacionamento e para enriquecer a produção sobre as cantigas de roda foram utilizados alguns contos de fadas.

As músicas escolhidas e contempladas foram:

BORBOLETINHA, O SAPO NÃO LAVA O PÉ, A JANELINHA ABRE, O GUARDA CHUVA, A CARROCINHA, INDIOZINHOS, MEU PINTINHO AMARELINHO, A DONA ARANHA, ATIREI O PAU NO GATO, E NÃO ATIRE O PAU NO GATO, A CANOA VIRO, PEIXE VIVO.

Para cada página e/ou cada música foram selecionadas atividades diversificadas, garantindo uma pluralidade de recursos e dinamismo para o leitor, são elas: culinária, desenhos, pinturas, dobraduras, colagem, fantoches, dedoches, palitoches, cartazes, recortes e brincadeiras de roda.

Após a conclusão das páginas do livro a montagem ocorreu da seguinte forma: tudo o que foi produzido, foi agrupado e perfurado para a colação de espiral formando, assim, *Meu Livro de Música*.

Durante o processo houve um envolvimento de toda a comunidade escolar e várias famílias relataram o saudosismo vivido por elas ao apreciar o trabalho que a criança vinha realizando.

A finalização do projeto ocorreu com a apresentação da produção durante a FECCILON 2010 e ao término do período letivo, cada criança que frequentou o integral pôde receber como um presente o livro que ajudaram a produzir.

Práticas com Crianças de Pré II – 4 a 5 anos

"Familiarizados com os objetivos vistos todos os dias não os admiramos mais e nem sonhamos pesquisar-lhes as origens."

Cícero. (De Nat. Deorum, II).

A afirmação acima leva a uma reflexão sobre o dia a dia vivenciado por todos, hoje. São repetidas frases, conceitos, gestos, músicas, festas entre outras coisas, apenas pelo simples motivo de atingir um objetivo benéfico para a sociedade em geral visando o lazer e o bem estar social, sem ao menos questionar suas origens e o porquê de sua existência. A reprodução torna-se quase que mecânica interferindo na construção da identidade das novas gerações.

As discussões atuais levam a uma reflexão dessas ações, é preciso trabalhar para a formação de cidadãos críticos e autônomos, resgatando sua origem e valorizando sua história, dando assim sentido as suas ações,

acabando com a mera reprodução das mesmas. Neste sentido o trabalho com as crianças de Pré II, teve por objetivo principal resgatar a origem de cada família, promovendo a criança e aos seus familiares questionamentos com relação a: *Quem sou? Qual a minha origem? Por que sou assim? De onde vim? E para onde vou? Onde estou? E por que estou aqui?* Segundo Bruno Schier (1983) é preciso *“habituá-los a considerar como fontes de história os mesmos fenômenos cotidianos de nossa vida popular, cujo valor testemunhal de modo algum é inferior às crônicas e documentos antigos.(p.334)”* A partir desse pensamento foi possível também promover entre toda a comunidade escolar uma definição e valorização particular *do que é Patrimônio*.

Para alcançar o objetivo principal do projeto foram definidas algumas ações (atividades), são elas:

- Museu Itinerante – Esta ação consistia em personalizar uma caixa grande para cada turma (3), e, todos os dias apenas uma criança levava a caixa para casa e tinha que trazer no dia seguinte o que se pedia, como por exemplo: um objeto de quando eu era bebê, um objeto ou fotografia de quando a mamãe era criança, um objeto, imagem e/ou desenho do brinquedo ou da brincadeira favorita do papai quando criança. Um momento da aula era reservado para que a criança compartilhasse a sua história por meio do objeto contido na caixa.

- Pesquisas sobre a história da família – Qual a origem do seu nome? Quem o escolheu? Porque escolheu? Qual o significado? Qual o nome de seus pais? Qual a profissão? Qual a brincadeira favorita de cada um na infância? Onde você nasceu? Quando você nasceu? Entre outras coisas. Estas pesquisas eram compartilhadas durante a Roda da Conversa, a professora realizava a leitura de cada folha.

- Dia das Mães – Após a pesquisa das brincadeiras favoritas das mães verificou-se que a grande maioria brincava de bonecas, então foram confeccionadas bonecas de papel machê para a realização de oficinas de pintura das bonecas na semana do dia das mães, cada criança pintou uma boneca com sua mãe.

- Festa do Passado – Neste dia foi pedido às crianças que buscassem junto aos seus familiares objetos antigos para que fosse realizada uma exposição e logo após foi realizada uma festa com adereços antigos para dar significado ao conceito trabalhado, em uma das turmas vieram tantos objetos que foi possível organizar um museu com convites,

repcionistas e guias que explicavam a origem e procedência de cada material exposto.

- Visitas de Familiares Músicos – Foi feito um levantamento por meio de pesquisas junto aos alunos para saber se havia membros da família que tocavam algum tipo de instrumento, a partir daí foram feitos convites pessoais para que esses viessem até a escola contar a história de como começou a tocar, porque escolheu aquele instrumento, como se toca o instrumento escolhido por ele, e, no final eram compartilhadas, com as crianças e professores, músicas de diferentes origens e ritmos.

- Visitas de Familiares – Profissões – O trabalho iniciou-se pela ideia do que é Planeta, e como é o Planeta? A localização espaço-temporal nesta faixa etária é de extrema importância e ajuda a fortalecer o conceito de identidade, além de o Planeta Terra ser o maior Patrimônio para os seres humanos, portanto é preciso conhecer para preservar. E aliado a essa ideia, por meio de pesquisas, descobriu-se que alguns familiares exerciam profissões que colaborariam com o tema em questão, então foi possível descobrir como acontece o deslocamento das placas tectônicas, como acontece a limpeza e tratamento da água que chega até as residências e qual a importância de preservar a natureza, entre outras coisas.

- Visitas de Familiares – Curiosidades – Ao abrir o Museu Itinerante de um aluno, foi possível perceber que a mãe colecionava bonecas e que algumas tinham mais de 35 anos de existência, aproveitando a oportunidade ali exposta, a professora convidou a mãe para vir contar a sua história e a de suas bonecas, este momento foi único para todos ali presente, algumas bonecas ainda funcionavam e esse funcionamento era totalmente arcaico com relação às bonecas de hoje.

- Chá dos Avós – Foram realizadas pesquisas sobre o que os avós mais gostavam de fazer para seus netos e além de contar histórias a grande maioria demonstrou aptidão para cozinhar, e veio a ideia de reunir essas receitas em um livro e como culminância dessa pesquisa os avós mandariam junto com a receita (escrita por eles) o prato pronto. Neste dia cada criança teve um momento para compartilhar a história do prato que trouxe. As receitas foram reunidas, encadernadas e, posteriormente as famílias foram presenteadas com o livro de receitas.

- Visita ao Museu Histórico de Londrina – Esta visita teve por objetivo mostrar às crianças que outras pessoas, em outros tempos, também guardavam objetos e fotografias que hoje servem para contar a história de Londrina e que são materiais muito importantes que as ajudam a compreender o passado e entender o presente promovendo uma reflexão para a construção do futuro.
- Portfólio – Com os materiais e dados coletados durante o projeto foram montados portfólios individuais com a história de cada um.

Essas vivências são importantes para a formação sócio-cultural de cada cidadão e tomam forma quando as crianças são convidadas e estimuladas a ouvirem histórias de vida de outros tempos e lugares, quando vivenciam modos de vida diferentes de outras crianças, quando se deparam com lugares e realidades que divergem do seu contexto. Convém citar que para as crianças o mundo natural parte de um todo integrado e não há, para elas, divisão ou segmentação, quando colocadas em situações que tem que compartilhar sua história com os amigos ela faz, automaticamente, um resgate de conceitos que fizeram parte do seu desenvolvimento desde muito pequenas e não visualizam tais conceitos segmentados, em alguns momentos a percepção do tempo se torna imaginário como a fala de uma criança ao ser questionado sobre o tamanho do sapato de outra criança que relatava a sua fase de bebê:

A Professora – *“Nossa! Que bonitinho o seu sapato! Ele ainda te serve?”*

‘Criança – *“Não, tia,oh!”* (Comparou com o pé, hoje)

Professora – *“Mas o que será que aconteceu?”*

Outra Criança – *“Tia, a mãe dele lavou o sapato e encolheu!”*

Para este aluno o que fazia mais sentido era a vivência que havia tido com sua mãe em uma situação cotidiana visível, o crescer e o desenvolver para ela ainda não faz sentido e sim parte de um todo que não se separa para que possa visualizar.

Portanto se faz de extrema importância considerar o interesse, a imaginação e a capacidade da criança pequena para conhecer locais, histórias distantes no espaço e no tempo e lidar com informações sobre diferentes tipos de relações sociais, dessa forma a promover a ampliação das experiências das crianças e para a construção de conhecimentos diversificados sobre o meio social e natural.

Os acontecimentos presentes no cotidiano e os problemas relacionados à realidade, observáveis pela experiência imediata ou mediação de relatos orais de adultos e/ou outras crianças, são momentos oportunos únicos para a construção desses conceitos. Que pode ser visualizado na postura do mesmo aluno citado anteriormente.

Dias se passaram e chegou a vez dele trazer o museu itinerante com seu objetos de quando era bebê.

Relatou sua história demonstrando extrema alegria. Falou o seu desenvolvimento físico, mostrou fotografias, a saída da maternidade, sapatinhos e roupinhas, comparou-as ao seu corpo hoje, e disse para os amigos o quanto havia crescido, e que um dia ele coube dentro da barriga da mãe.

É preciso reconhecer a multiplicidade e diversidade das relações que se estabelecem e dimensioná-las, sem menosprezá-las ou simplificá-las, promovendo assim o avanço na aprendizagem e na construção do conhecimento pela criança. Algumas perguntas e intervenções feitas pelo professor são agentes facilitadores para levar a criança a observar seu entorno de forma mais intencional e a descrever os elementos que o caracterizam e fazem parte de sua história, percebendo diversidade de relações que se estabelecem e que podem, igualmente, ser estabelecidas e/ou vivenciadas com outros lugares e tempos.

Contudo, o professor precisa ter claro que esse domínio e conhecimentos não se consolidam nesta etapa educacional. São construídos gradativamente, na medida em que as crianças desenvolvem atitudes de curiosidade, de crítica, de refutação e de reformulação de explicações para a pluralidade e diversidade de fenômenos e acontecimentos do mundo social e natural.

A finalização do projeto ocorreu com a apresentação da produção durante a FECCILON 2010 e ao término do 3º bimestre, cada criança que frequentou o Pré II em 2010 pôde receber como um presente o livro que ajudaram a produzir e um clipe de fotos das atividades realizadas durante o projeto.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é folclore. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FONTES, Heimar Aparecida, ASSUMPÇÃO, Maria Célia Montagna de. Tempo e Lugares: Educação Infantil. São Paulo: Anglo, 2010.

MAGALHÃES, Leandro Henrique, ZANON, Elisa Roberta, BRANCO, Patrícia Martins Castelo. Educação Patrimonial: da teoria à prática. Londrina: Ed. UniFil, 2009.

RCN – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998.

SCHIER, Bruno. Aufbau der Deutschen Volkskultur, p. 334. Cit. por CÂMARA

CASCUDO, Luis da: Rede de dormir – uma pesquisa etnográfica. Rio de Janeiro: FUNART/INF . 2ed., Achiamé; Natal, UFRN, 1983.

ZANON, Elisa Roberta, BRANCO, Patrícia Martins CASTELO, MAGALHÃES, Leandro Henrique (Org.). A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país. Londrina: Ed. UniFil, 2009.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: O JOGO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ramon José Gusso - Ambiens Soc. Cooperativa

Daniele R. Pontes - Ambiens Soc. Cooperativa

INTRODUÇÃO

O Jogo do Patrimônio se constitui em um instrumento didático que foi desenvolvido pela equipe de profissionais da Ambiens em conjunto com a 10ª Coordenação Regional do IPHAN - Superintendência do Estado do Paraná. A produção de jogos, bem como de outras ferramentas com características similares, decorreu das atividades realizadas pela Cooperativa, que desde seu início, no ano 2000 buscou métodos para aproximar e facilitar a comunicação entre os diversos agentes relacionados aos trabalhos executados pela organização, principalmente atinentes ao planejamento urbano e rural¹. A premissa norteadora do desenvolvimento de tais atividades foi a identificação da necessidade de se estabelecer canais acessíveis de comunicação, de democratização e socialização de conhecimentos, bem como discutir, no que fosse do possível, considerando o alcance da atividade, a diversidade de interesses envolvidos no âmbito de tais temáticas. Diante deste contexto, buscou-se, em alguma medida, inicialmente de modo mais empírico e, posteriormente, aprofundando os estudos e pesquisas sobre tais mecanismos e sobre os conteúdos dos temas centrais tratados, produzir meios de facilitar a comunicação entre a pluralidade de atores que estão envolvidos no planejamento da cidade, do campo, de uma região ou de políticas específicas, tal como moradia, transporte, meio ambiente ou patrimônio.

Assim, pode-se dizer, que do ponto de vista mais específico, o Jogo do Patrimônio foi desenvolvido com o objetivo de sensibilizar e facilitar o diálogo entre os vários agentes que enfrentam a temática de modo mais direto, como tema de sua ação cotidiana, do seu trabalho ou, daqueles que mediatamente, mas, não de forma menos importante, pretendam abordar o assunto e intensificar o estudo, a pesquisa ou a sua ação no sentido de se aproximar dos desafios de eleger o patrimônio como parte do rol de preocupações referentes ao conhecimento sobre a história, a memória, a identidade, a manutenção de

1 A Ambiens é autora também do Jogo do Direito à Cidade, desenvolvido em 2003.

hábitos e costumes, de modo que isso se torne, irremediavelmente, mais que conhecimento ou informação, mas, que se constitua em sentido e escolha, inclusive política, sobre seu modo de vida e seu olhar diante da diversidade e da pluralidade de interesses possíveis e, ao mesmo tempo, em muitos casos, tão importantes quanto aqueles que parecem, em um primeiro momento, mais evidentes.

A partir daí, pode-se dizer que a construção do Jogo, apresentou também como pressuposto a percepção ou a visibilidade sobre a importância que coletividades, grupos e indivíduos, dependendo do contexto, atribuem a experiência de “praticar conscientemente” a memória.

Para a concretização desses objetivos, a elaboração do Jogo do Patrimônio foi dividida em dois momentos de concepção. O primeiro consistiu na definição de teorias que iriam subsidiar as problemáticas, os objetivos e as opções metodológicas para a sua aplicação. Nessa etapa foram realizados os primeiros ensaios experimentais, para a avaliação de cada etapa e testar a receptividade do público a cerca da dinâmica. O segundo, tendo já definido os conceitos, as questões-chave que deveriam ser abordadas, girou em torno da confecção do jogo enquanto produto, sendo elaborados os desenhos dos tabuleiros, as fichas de características dos personagens e todas as demais peças que compunham o jogo. Novamente, foram realizados ensaios metodológicos².

O DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DO JOGO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A primeira Fase de elaboração do jogo teve início no final de 2006, com reuniões com a equipe técnica o IPHAN, em que foram explicadas as demandas, as dificuldades enfrentadas no dia a dia da gestão do patrimônio, as relações com os diversos agentes externos à instituição e os principais

2 Nestas duas etapas foram realizados cinco ensaios metodológicos, sendo duas aplicações realizadas internamente com a equipe da Ambiens, com a participação de alguns convidados externos. A terceira aplicação foi realizada em Curitiba, em 2007, contando com a participação de gestores do patrimônio do governo estadual, prefeitura de Curitiba, estudantes de história e arquitetura, professores da UFPR e técnicos do IPHAN e de empresas vinculadas as atividades de educação patrimonial. A quarta aplicação foi realizada na Cidade da Lapa (PR) em 2007, com representantes do Conselho de Cultura, professores da UFPR, técnicos do IPHAN e prefeitura da LAPA. O último ensaio metodológico foi realizado em Curitiba, em 2008, no Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva, participaram desse ensaio 12 estudantes de 8º série do ensino fundamental e 05 estudantes do 2º ano Ensino Médio. Assim como, observadores do IPHAN e da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

conflitos existentes, sendo explicitados também os motivos que levavam o IPHAN a desenvolver uma nova dinâmica de educação patrimonial.

Após estas reuniões iniciais foi montada a equipe interna a cooperativa que trabalharia diretamente com o projeto, sendo que em algum momento do desenvolvimento do jogo, praticamente todos os membros se envolveram na elaboração por meio de debates, sugestões, críticas, elaboração de croquis, disponibilizando arquivos pessoais de fotografias ou participando dos ensaios. Esta dinâmica, certamente contribui para a o desenvolvimento do jogo, uma vez que participaram desta equipe ampliada (Ambiens e IPHAN) aproximadamente 30 pessoas, das mais diversas áreas de formação, como arquitetos, historiadores, turismólogos, psicólogos, advogados, sociólogos, administradores, biólogos, antropólogos, designers e economistas.

Cada um trouxe uma problemática, uma concepção teórica, um olhar sobre a história, uma angustia acerca da preservação da memória. O debate foi rico, justamente porque concepções e entendimentos diferentes sobre o patrimônio foram inseridos nessa dinâmica. O dissenso fez parte desse pensar coletivo e inicialmente livre, em que se buscava um rumo para o jogo. A partir das questões, aspectos, elementos e dos problemas apontados e conflitos surgidos, deu-se a orientação para a pesquisa teórica. Contudo, estas reuniões serviram, primeiramente, para definir qual seria o tema-chave do jogo e, em segundo lugar, estabelecer a linha de abordagem e reflexão teórica para discussão deste tema. No sentido de estabelecer estes elementos foram elaboradas questões problemas e aparentemente contraditórias relacionadas ao conceito de patrimônio cultural, que deveriam subsidiar a elaboração do referencial teórico, tais como: a cultura do ponto de vista antropológico é dinâmica e processual, portanto, o patrimônio cultural não seria o engessamento deste processo? Atualmente, o patrimônio histórico tem sido útil para promover a consciência sobre a formação da nossa sociedade, ou apenas para contar a história a partir de um ponto de vista determinado? Qual história está representada no patrimônio histórico brasileiro? O patrimônio cultural é a referência para preservação da cultura e da história? Mas a cultura de quem? A história sob a ótica de quem?

Foi sobre estas contradições e questionamentos que se buscou refletir na tentativa de se traçar uma linha condutora ou tema-chave para se desenvolver um jogo coerente e revelador de processos. Deste modo, a questão que o jogo busca responder, que se refere por sua vez ao objetivo do Jogo

do Patrimônio Cultural, é: de que forma podem-se revelar os elementos de referência cultural que possibilitem a afirmação e a valorização das identidades dos diversos grupos sociais que constituem uma determinada sociedade?

Após estes questionamentos foram definidas três abordagens centrais que deveriam refletir na orientação das dinâmicas do Jogo do Patrimônio Cultural. A primeira consiste na definição de identidade, que está presente em qualquer agrupamento humano, sendo, portanto, central como elemento de identificação sobre o que é valorizado ou não, que cria sentimentos de pertencimento, entendimentos sobre o mundo e que orienta as próprias relações sociais (AGIER, 2001). Da mesma forma, a identidade também se produz na relação com o “outro” ou com os “outros”, sendo dessa forma também conflitual (TOURAINÉ, 1994).

O segundo conceito parte da necessidade de mediar “o diálogo entre passado e presente” (REIS, 2000), portanto, o jogo requeria também um olhar sobre a história. Mas queríamos evitar que o jogo reproduzisse um olhar fechado sobre o passado, com a delimitação de datas ou acontecimentos precisos, que traz a carga de uma história “oficial”. Buscávamos a história, mas de forma que o passado se fizesse presente de forma livre, sem enquadramentos, sem atribuímos o peso do “certo” ou “errado”. Da mesma forma, queríamos evitar que o jogo reproduzisse um olhar “evolucionista” sobre o tempo, ou seja, do “piores” para o “melhores”, do “atraso” para o “progresso”. Assim fundamentamos o jogo a partir da ideia que a história é uma “representação do tempo histórico”, contada pelo historiador que organiza, seleciona, conceitua, valoriza a ação ou a ordem, torna essa experiência passada inteligível, dando a ela significados e uma representação sobre o tempo (REIS, 2000).

A terceira abordagem orbita em torno do conceito de cultura, entendendo que esta é dinâmica e condiciona a forma como se interpreta e se age sobre o mundo. Contudo, tínhamos claro que em grande parte das vezes a definição de cultura, ou interpretação do que deve ser valorizado não se dá de forma igual ou democrática na sociedade. A cultura é também alvo de disputas. E quando a definição de cultura é associada a definição sobre o que é patrimônio, esta se vincula diretamente a uma saber técnico, erudito, artístico e intelectual, retirando dessa definição seu aspecto político. Nesse sentido, historicamente muito do que era valorizado culturalmente ou alvo de políticas de preservação era aquilo que representava a história “oficial”, monumental, épica, tudo o que remetia a história dos “heróis” nacionais e a

identidade das elites (SOUZA e GARCIA, 2000). A definição de cultura do jogo deveria, portanto, romper com essa lógica, permitindo a inclusão de outros grupos e outras manifestações culturais como formadores da “identidade nacional”. Visão que compreende o patrimônio cultural como algo muito além das obras de arte ou de arquitetura, de forma geral entendida como patrimônio material, incluindo assim, a dimensão simbólica ou imaterial numa perspectiva plural e democrática.

Deste modo, o jogo utiliza-se do conceito de referência cultural (LONDRES, 2000) “que pode ser entendido como uma concepção antropológica de cultura que enfatiza a diversidade seja em seu aspecto material como imaterial que é sentido e valorizado por diferentes sujeitos, pois possui uma função referencial que comunica (compartilha significados), propiciando assim coesão entre sujeitos. Assim, um patrimônio como referência cultural nunca é um objeto em si mesmo” (AMBIENS, 2009). Nesses termos, o jogo trabalha com a ideia de que identificar referências culturais é não apenas uma técnica, mas é uma forma de poder, que também está em disputa, colocando em jogo diferentes versões sobre identidade, memória e história.

Assim, outro desafio do jogo era como abordar essa disputa sobre o que é patrimônio, o que é um referencial identitário, o que é importante para a memória coletiva e como resolver esses dilemas, dentro de um jogo. A solução ou o projeto Jogo do Patrimônio para esse dilema consistiu em proporcionar aos jogadores a possibilidade de gerir o patrimônio e construir acordos coletivos, de modo que no jogo, também estivesse imbuído um projeto normativo que permite compreender a democracia como uma instância capaz de gerar acordos não somente entre técnicos, mas entre grupos com diferentes interesses culturais, políticos e econômicos. Tal ideia, nesse sentido, funda-se, sobretudo, em uma concepção procedimental de política deliberativa, que por um lado dá ênfase ao direito, aos instrumentos de gestão, a normalização de regras e garantias para a participação de indivíduos; por outro, concebe lugar central ao processo político de formação de opinião e da vontade coletiva (HABERMAS, 2007). Após a definição destas abordagens centrais ao jogo, foram estruturadas as três fases do método de aplicação: (i) História, Memória e Identidade; (ii) O que é Patrimônio, (iii) Gestão Democrática do Patrimônio.

A primeira fase tem por objetivo provocar uma compreensão preliminar dos aspectos relevantes do modo de produção do espaço numa perspectiva histórica. Busca-se, assim, revelar a existência de diferentes

percepções do tempo histórico a partir de experiências específicas e relacioná-las com a construção de identidades tanto do lugar quanto dos personagens. Neste momento são distribuídas as identidades dos personagens e inicia-se a leitura dos tabuleiros. O tabuleiro está dividido em 04 períodos históricos de orientação (tempo atual a 1960; 1960 a 1889; 1889 a 1530 e 1530 a 0), que representam fases da formação de três cidades. Cada cidade está localizada em uma região com características diferentes, uma está localizada na região litorânea, a outra, numa região mais central e a terceira, mais caracterizada como cidade com características predominantemente agrícolas. Tal ilustração foi concebida como uma representação da formação do estado do Paraná, porém, pode ser facilmente transposta para outras realidades no país, pois, grande parte das regiões apresenta processo de formação um tanto quanto similar ao da ocupação a partir do litoral.

Cada tabuleiro possui diferentes peças móveis, como um quebra-cabeça e, no iniciar o jogo as peças aparecem sobrepostas, sendo que a leitura das informações se inicia pela representação do tempo atual. Conforme o andamento da Fase 01 essas peças são retiradas dos tabuleiros, revelando outras imagens que representam o passado. Nesse sentido, a leitura que se faz do passado sempre parte do presente, indicando que no jogo todos os personagens assumem um pouco o papel do “historiador” e que por meio de suas referências (contidas na identidade) apresentarão uma “representação do tempo histórico”.

Assim, diferentes versões são oferecidas, diferentes elementos contidos no tabuleiro são ressaltados, existindo a possibilidade de ao mesmo tempo ser narrada a história da elite local e, por meio de outros personagens, ser enfatizada partes da história normalmente menos visíveis que foram ocultadas pela história oficial, sobretudo, vinculadas às comunidades tradicionais presentes no Jogo.

A retirada dos tabuleiros também tem a função de mostrar que em um mesmo espaço, dentro de um mesmo tempo histórico, convivem sobrepostos outros tempos, que falam sobre a história do lugar, que contribuem para a formação da memória e da identidade dos personagens. Contudo, esses tempos não convivem necessariamente em harmonia, há conflitos e disputas em relação à preservação ou ao ocultamento de elementos que narram o passado e apontam para opções no futuro. Parte desse conflito se dá justamente pela construção dos personagens, que

demarcam diferentes interesses e entendimentos sobre o patrimônio, a história, o meio ambiente, a cultura e o desenvolvimento econômico. Assim, tem a função de apresentar minimamente, a diversidade de grupos e a complexidade dos conflitos que estão envolvidos na construção de uma identidade coletiva, e na construção dos discursos e práticas que envolvem a preservação do patrimônio material e imaterial.

Para o desenvolvimento dessas temáticas e da estrutura apresentada, o Jogo apresenta 16 personagens³, sendo que cada pessoa recebe uma carteira de identidade aleatoriamente, que orientará de certa forma, a ação dos personagens ao longo do Jogo. Exemplo: a Dona Maria recebeu a identidade do padre do jogo. Ela contém o nome, a ocupação/profissão e espaço para colar a 'foto' do personagem. Além dessa carteira de identidade, cada jogador recebe uma ficha que contém o perfil do personagem que está dividida em três partes: (i) características do personagem (de acordo com a sua identidade), (ii) A sua história com o lugar respectivo de seu desenvolvimento; (iii) Interesses em relação ao patrimônio. A parte referente à identidade do personagem contém uma fala e uma característica do personagem, como forma de orientar melhor o participante a respeito do seu personagem, por exemplo: Padre - "Precisamos fazer umas reformas em nossa igreja para que todos os nossos fiéis estejam mais confortáveis, além do que, a sacristia também precisa de umas arrumaçõezinhas...". Característica: "É favorável a "revitalização" do Centro, porém, é contra o projeto de tombamento, uma vez que acha este instrumento muito restritivo, ainda mais porque a igreja está constantemente passando por reformas". Esses elementos são as características mínimas das personagens, que podem e devem ser complementados pelos participantes para que na Fase 03 eles se posicionem em relação aos casos que serão lançados.

Ao final desta fase o mediador tem a função de destacar os elementos que foram apresentados pelos personagens ao longo da leitura dos tabuleiros, ressaltando por meio das fotos, algumas das características do local, como por exemplo, o que mudou e o que permaneceu, o que todos valorizaram e aqueles pontos que geraram conflitos. Esses elementos ficaram marcados como a narrativa da cidade, sendo constantemente lembrada nas fases seguintes.

3 O Jogo possui dezesseis personagens e, portanto, dezesseis carteiras de identidade, quais sejam: agricultor, comerciante, dono de hotel, empresário artístico, empresário/construtor, guia de turístico, morador de cortiço, padre, político demagogo, presidente da associação de artesãos, professor, promotor, sambista, técnico, trabalhador informal e turista.

A segunda fase é chamada de “O quê é Patrimônio?” e tem como objetivo permitir a compreensão dos significados de patrimônio, apontando para a distinção de patrimônio material e imaterial e, ainda para as diferenças entre aquilo que é importante para indivíduos isolados, mas que não necessariamente possui relação com uma coletividade ou com a história, não se constituindo, portanto, em patrimônio, no sentido utilizado pelo Jogo.

Nesta fase o mediador subsidia por meio de questionamentos os participantes a respeito da noção de patrimônio cultural. Todos os personagens recebem botons “Isto é Patrimônio” tendo que localizar no tabuleiro que representa o Tempo Atual, o que consideram como patrimônio, sendo que a escolha poderá ser referente tanto a um bem material como um bem imaterial. O elemento destacado poderá ou não estar representado no tabuleiro, uma vez que os participantes podem criar situações não expressadas no desenho ou nas fotos.

O mediador deverá questionar aos personagens o motivo da escolha dos elementos destacados. Após todos os personagens terem localizado no tabuleiro os bens que consideram patrimônio, questiona-se ao grupo se todas as peças representadas no tabuleiro são de fato patrimônio, por exemplo: das peças que aqui estão, podemos considerar que todas são patrimônio ou não? É representativo só desse lugar? Só dessa cultura? Ou tem um significado coletivo? O grupo terá que dar justificativas sobre a manutenção ou não das peças como patrimônio.

Após a breve discussão pelo grupo sobre as peças que são patrimônio, o mediador faz novos questionamentos, agora sobre a relevância e hierarquização das peças, com a finalidade justamente de promover a discussão a respeito da relevância dos bens para a coletividade em detrimento das escolhas meramente individuais. Assim, o mediador aponta que nem tudo pode ser considerado patrimônio e que o grupo deve escolher no máximo 06 peças que permanecerão no tabuleiro. Em seguida, há um tempo determinado para que o grupo discuta e selecione as peças “Isto é Patrimônio”.

Após a definição das peças mais significativas que permanecerão no tabuleiro, o mediador retira aquelas que não foram selecionadas, e, como consequência, remove também as fotografias da Linha do Tempo que se relacionam com as peças não selecionadas. Contudo, o mediador poderá a qualquer momento intervir na decisão dos jogadores sobre a saída de algum item. Neste caso, o mediador assume o papel de um órgão estatal ou nacional

com o poder de se sobrepor à decisão exclusiva da comunidade (jogadores). Exemplo: os jogadores decidem retirar a peça patrimônio que indicava o artesanato indígena, neste momento o instrutor diz que esta peça não poderá sair, pois o Estado considera esse elemento como um importante referencial da cultura nacional. Neste momento, abrem-se novas possibilidades de discussão e intervenção dos jogadores em relação a essa decisão. Após a seleção das peças sobre patrimônio, o mediador deverá conduzir uma pequena discussão questionando os participantes sobre a importância daquelas peças e ao final pactuar com os jogadores o que é patrimônio, e quais são as peças representativas daquele local.

A terceira fase chamada de Gestão Democrática do Patrimônio tem como objetivo refletir sobre a democratização da gestão do patrimônio, permitindo a compreensão dos instrumentos disponíveis para a sua gestão, de modo que os participantes percebam o jogo de interesses e os limites que envolvem as decisões sobre o tema, bem como sobre as legislações urbanísticas, de meio ambiente, processuais etc. Nesta fase, o mediador apresenta a situação atual da cidade em relação ao patrimônio, apresentando um ou dois casos⁴ para debate.

Os casos deverão ser escolhidos de acordo com as características do que foi destacado pelos personagens como patrimônio no momento anterior. Esta fase também busca contemplar a problemática ou os efeitos institucionais relativos ao patrimônio, bem como demarca uma esfera pública de caráter diferenciado, com características institucionalizadas. Nessa parte, os participantes são obrigados a se defrontar com as dificuldades e com as possibilidades de defesa popular e institucional dos bens que elegeram como patrimônio.

4 Os casos são peças que contêm a narração breve de situações de conflito em que os participantes terão de se posicionar e defender propostas de acordo com as características de identidade contidas na ficha de perfil do seu personagem. Essas peças são avulsas e compostas pela figura ilustrativa do caso em referência, o que permite aos jogadores movê-las no tabuleiro de acordo com seus interesses, pelo título do caso e pela descrição sucinta do caso. O kit do jogo inclui quatro peças Caso, a saber: Novo Centro, (Disputa Fundiária 1, Disputa Fundiária 2 e Tombamento. O Manual de Instruções do jogo apresenta, no entanto, outros três casos para serem trabalhados, quais sejam: Centro Comercial (Shopping), Avenida do Imperador e Nova Indústria.

5 Ação popular, Ação Civil Pública, Patrimônio Cultural da Humanidade, Desapropriação, Plano Diretor, Direito de Preferência, Tombamento, Registro, Incentivos Fiscais, Parques – Unidades de Conservação; Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos. E uma carta de ação, chamada de manifestação popular.

Sem a pretensão de esgotar as formas de defesa do patrimônio, principalmente do ponto de vista jurídico, o Jogo apresenta algumas alternativas e demarca a passagem para outra esfera da ação, como foi dito, aquela que apresenta caráter institucional e que está relacionada à inserção dos órgãos públicos das várias esferas da Administração Pública, bem como, com os respectivos poderes, legislativo e judiciário.

Para a melhor inserção dos participantes nesta fase, são distribuídas fichas que contém instrumentos jurídicos⁵ sobre o patrimônio. São 11 fichas que contém informações sobre o instrumento e sobre como utilizá-los. Para a condução da dinâmica, o mediador simula que os participantes foram convocados para uma audiência pública a fim de discutir os novos projetos para a cidade, tais projetos necessariamente impactam no patrimônio da cidade, sendo destacado que muito do que é identificado pela população como uma referência cultural, não está protegido por legislações ou por órgãos públicos que apresentam como atribuição o cuidado e a gestão daqueles bens assim considerados. Após esta explicação, os participantes são divididos em grupos de interesses e devem discutir os casos, as implicações sobre o patrimônio e propor soluções, baseadas nos instrumentos que foram lançados. Após os dois grupos se reunirem, eles apresentam seus projetos. A partir da fala dos grupos, o mediador conduzirá o debate buscando chegar a acordos entre os diversos interesses apresentados no jogo, apontando para possíveis cenários de acordo com os encaminhamentos para “futuras reuniões” e regras necessárias para conduzir os projetos em discussão.

Ao final o mediador deverá analisar com os participantes quais foram as decisões tomadas em relação ao patrimônio, quais foram as escolhas e como foram definidas as estratégias de defesa principalmente aquelas realizadas na Fase 02 e 03, devendo questionar aos participantes sobre quem decidiu e como decidiu o que era patrimônio e os encaminhamentos para a sua gestão. É importante ressaltar, que os grupos podem não chegar a um acordo sobre a gestão do patrimônio, cabendo, ao mediador questionar quais foram os motivos para a não realização de acordos. Desta forma, a pactuação de acordos não é o único final possível para o Jogo do Patrimônio Cultural, o que revela a complexidade das questões relacionadas a tal temática.

Após o fechamento do jogo, o mediador deve resgatar cada fase e abordar os diversos temas tratados, as questões levantadas pelos participantes, as dificuldades encontradas frente aos objetivos de cada

etapa, enfim, trata-se de uma avaliação que retome os principais pontos e momentos do jogo. A avaliação de cada etapa provoca uma série de debates e permite o aprofundamento de vários temas. Cabe ao mediador, de acordo com os objetivos didáticos, conduzir o debate. É importante destacar que os objetivos do Jogo não se encerram com a sua aplicação, já que este é o primeiro momento para que os participantes se sintam instigados a refletir mais a respeito das questões relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural.

CONCLUSÃO

O Jogo do Patrimônio tem sido utilizado em diversas atividades de sensibilização e educação patrimonial, mas também como instrumento para a realização de diagnósticos comunitários que buscam apontar para aspectos gerais sobre identidade, memória e a valorização do patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, entre as experiências de utilização do jogo estão as oficinas comunitárias do Plano de Fortalecimento Institucional do Turismo de Pomerode, Santa Catarina, e sua utilização como um dos instrumentos de coleta de informações para a etapa de diagnóstico participativo do Plano Diretor de Patrimônio Cultural Edificado da Lapa (PDPCE), Paraná. Assim, foram realizadas na Lapa três oficinas do jogo, com públicos de diferentes regiões da cidade, que representavam também interesses diferentes acerca do patrimônio no Município, e após estas aplicações foram realizados debates que buscavam relacionar os conceitos tratados no jogo com a realidade vivida pelos participantes no seu cotidiano.

Dessa maneira, buscou-se ressaltar a importância da preservação dos bens culturais, bem como identificar indícios do que é considerado patrimônio para a comunidade, aumentando o leque do que já é alvo de ações de conservação no Município. Como o jogo trata também do patrimônio imaterial, natural e arqueológico, foram identificados elementos para além do patrimônio edificado que foram posteriormente inseridos na forma de diretrizes no PDPCE. Assim, o jogo subsidiou os processos de coleta de informações, orientando também a realização de entrevistas e o diagnóstico técnico realizado.

Tais exemplos demonstram que o Jogo é uma ferramenta dinâmica que se adapta a diversas propostas, desde a sensibilização para estudantes do ensino fundamental até a discussão com técnicos que atuam com a

gestão do patrimônio ou áreas afins. Podendo ilustrar não somente os casos fictícios presentes no jogo, como subsidiar discussões e propostas reais acerca do patrimônio, cabendo, portanto, aos mediadores explorar suas diversas possibilidades.

Lembrando, obviamente, que os conflitos e dilemas não serão resolvidos com a sua aplicação e que sua utilização de forma isolada, sem o retorno ou continuidade de debates e de outras atividades de educação patrimonial o tornam uma atividade interessante, lúdica, porém, limitada diante de objetivos mais amplos, como a preservação do patrimônio, a realização de inventários participativos ou a gestão democrática do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AMBIENS. Jogo do Patrimônio Cultural. Manual de Instruções, 2009

AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. *Mana*. [online]. Oct. 2001, vol.7, n. 2 [cited 06 July 2006], p. 7-33. Disponível em World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-9313.

LONDRES, Cecília. Referencias Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: Inventário nacional de referencias culturais: manual de aplicação. Brasília, IPHAN: 2000.

HABERMAS J. A. Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política. São Paulo: Loyola, 2007.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em história. São Paulo, Paz e Terra: 2000.

SOUZA, Valdir; GARCIA, Marinalda. Patrimônio: cidadania cultural e memória social. São Paulo, Revista Pólis: nº 28, 2000

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

Resumos Estendidos

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UMA ESCOLA DE FLORIANÓPOLIS/SC

Jaqueline Henrique Cardoso¹
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

RESUMO

Estetrabalho é resultado de meu estágio supervisionado na Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no ano de 2008, durante a graduação, onde tive a oportunidade de aplicar um projeto de educação patrimonial em duas turmas de magistério noturno em uma escola periférica no bairro Saco dos Limões na cidade de Florianópolis/SC. O projeto pretendia compreender qual a noção de patrimônio que os alunos tinham e se eles se apropriavam dos mesmos ao ponto de ter interesse em valorizá-lo e/ou preservá-lo.

Palavras-Chave: Estágio – Educação Patrimonial – Florianópolis/SC.

INTRODUÇÃO

No ano de 2008, realizei na Universidade Federal de Santa Catarina meu estágio supervisionado obrigatório no curso de graduação em história que formava bacharéis e licenciados em um mesmo currículo. Durante o estágio tive a possibilidade de montar um projeto de educação patrimonial ligado a cidade de Florianópolis/SC, sendo este prontamente aceito em uma Escola periférica situada no bairro Saco dos Limões desta cidade.

O aceite da direção da escola e da professora da disciplina de história da mesma foi muito importante para as turmas, que estavam prestes a se formar, e que não teriam contato com o conteúdo proposto no projeto em suas aulas de história, se não fosse meu estágio. Sabemos que existem assuntos pré-determinados que precisam ser trabalhados durante o ano letivo, do qual o profissional da educação não pode fugir muito por estar sempre em uma corrida contra o tempo para dar conta do conteúdo proposto. No entanto é perceptível a necessidade que os alunos têm de ter contato com vários assuntos que muitas vezes a instituição de ensino não tem oportunidade de abordar ou aprofundar, e com essa abertura da escola para o projeto,

1 Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/2011.

foi possível ao menos iniciar uma discussão sobre patrimônio, que seria um dos pontos de carência dos alunos.

A educação em si, é um processo que passa por todas as sociedades e se adapta as necessidades de cada época, não existindo uma educação ideal, porque cada tempo e ambiente exprime uma necessidade diferente. Ela depende de muitos fatores sociais, então temos que entender as demandas de nossa sociedade para poder analisar nosso sistema educacional atual e assim poder defini-lo (FERREIRA; FORACCHI, 1987).

No entanto, segundo Ricardo Oriá (2005, p.129), apesar do interesse crescente nas questões patrimoniais, ele defende que essa questão é “praticamente ausente no processo ensino-aprendizagem em diferentes níveis escolares”, sendo necessário admitir que ainda há muito a ser explorado e principalmente transmitido ao grande público.

De acordo com essa realidade, esse projeto buscou fugir de uma educação patrimonial tradicional e conservadora, tentando adentrar o cotidiano dos alunos e perceber o que eles viam como patrimônio de seu bairro e de sua cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto foi aplicado em duas turmas do 4º magistério noturno, sendo que no total, havia em média 50 alunos, todos do sexo feminino com idade entre 17 e 45 anos.

Isso possibilitou o duplo desafio de trabalhar com alunas que ao mesmo tempo em breve seriam educadoras. Então, além de trabalhar com conceitos básicos sobre patrimônio e sobre o que para elas isso representava, me preocupei em trabalharmos juntas de que forma elas poderiam utilizar a educação patrimonial com seus futuros alunos.

O objetivo inicial era compreender qual a noção de patrimônio que as alunas tinham e se elas se apropriavam dos mesmos ao ponto de ter interesse em valorizá-lo e/ou preservá-lo. Para isso foram realizadas aulas com discussões de conceitos básicos sobre patrimônio cultural, com o enfoque na cidade de Florianópolis.

Optou-se por trabalhar com métodos expositivos diferente dos convencionais no decorrer das atividades: como debates, filmes, oficinas, apresentação de fotos ou slides, músicas, desenhos e outros instrumentos que se fizeram necessários para o andamento das aulas. Sempre que possível as alunas foram convocadas a participação efetiva, possibilitando a troca de experiências.

De acordo com as aulas desenvolvidas nas duas turmas, foi possível constatar que a visão que imperava sobre patrimônio em ambas era a do senso comum, que o associava unicamente ao patrimônio edificado/ prédios antigos, e que na maioria das vezes não fazia parte da sua história, não havendo então identificação com tais bens e pouco interesse na preservação. No entanto no decorrer das aulas essa idéia do patrimônio de pedra e cal foi sendo desconstruída e a progressão das alunas foi visível no fim do projeto, sendo que todas queriam de alguma forma acrescentar na aula com seus exemplos do cotidiano, se dando conta aos poucos do quão importante era seu relato e de que o patrimônio ia muito além daquilo que elas acreditavam inicialmente.

CONCLUSÕES

Apesar de o projeto ter tido uma curta duração, por estar ligado ao estágio supervisionado de um semestre, o resultado do mesmo foi considerado positivo. Mesmo constatando que havia uma visão de patrimônio ligada ao sendo comum nas duas turmas trabalhadas, foi possível reverter à situação e trabalhar com questões cotidianas que aproximavam elas do patrimônio cultural da cidade – não somente ligada ao patrimônio material - e de seu próprio bairro, levando elas a pensarem na forma de trabalhar essa questão com seus futuros alunos. Com essa experiência foi possível constatar a importância de se trabalhar com a educação patrimonial - ou para o patrimônio como alguns autores preferem se referir – nas escolas de maneira que elas possam interagir com os patrimônios no intuito de fortalecer sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. Educação e Sociedade: leituras de sociologia da Educação. São Paulo: Nacional, 1987.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: CIRCE, Bittencourt (org). Saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005.

INVESTIGAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL ESCOLAR NO INTERIOR MATOGROSSENSE

Janaina Rodrigues Pitas
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

Ao historicizar o espaço escolar por meio de suas práticas verificamos um quadro de representações significativas para o corpo social de uma comunidade heterogênea Matogrossense.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Práticas cotidianas, Espaço Escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho em desenvolvimento no programa de Mestrado em História Social busca analisar e problematizar o Patrimônio Cultural existente dentro de duas escolas da rede estadual no município de Primavera do Leste/MT (1990/2010), utilizando como fonte as práticas cotidianas, as narrativas de educadores, de alunos e da vizinhança que denunciam as representações que integram estas comunidades. A relevância dessa pesquisa reside em investigar a produção cultural no âmbito escolar que caracteriza numa herança, constituindo elementos identitários. Tais aspectos são influenciados pela História Cultural, nesta perspectiva Michel de Certeau oferece um quadro teórico que possibilita esquadriarmos as práticas cotidianas no intuito de reconhecer como os indivíduos recebem, consomem e manipulam suas experiências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa inicia-se no município de Primavera do Leste á 240 km de distância da capital Cuiabá no estado de Mato Grosso, mais especificamente na Escola Estadual João Ribeiro Vilela e na Escola Estadual Getúlio Vargas Dornelles, as quais atendem alunos regulares e jovens e adultos, respectivamente. O contexto desse objeto de pesquisa nos leva a refletir sobre a História local, o intenso fluxo migratório que promovem uma diversidade étnica e cultural. Segundo o censo do IBGE (2009) o Centro-Oeste e o Sudeste são as regiões que mais atraíram pessoas, equiparando-se nos altos índices de migração.

Os procedimentos metodológicos desse trabalho, em andamento, consistirão nas análises das memórias da comunidade escolar que ajudarão na reflexão sobre a cultura escolar, na tentativa de reconhecer o espaço escolar como objeto histórico e patrimonial. Além da discussão teórica será apresentado o cenário Matogrossense, em específico destaca-se os movimentos migratórios na região e suas conseqüências na construção da identidade nas escolas do município de Primavera do Leste, o qual está composto por uma grande diversidade étnica, advindas de grupos indígenas, sulistas, e nortistas que buscaram e buscam novas oportunidades.

As representações sociais podem ser analisadas nos simbolismos distribuídos em toda cidade, no nome das ruas, dos estabelecimentos comerciais, nas festividades, nos hábitos corriqueiros, que permeiam o universo escolar. Por isso a História local imiscui-se a história dos personagens que transitam no âmbito escolar e a proposta de preservar os fazeres sociais iniciará com a reflexão de tais espaços, reconhecendo que nele encontramos uma multiplicidade de práticas culturais, embora por muitas vezes escamoteadas na sobreposição e hierarquização de determinada cultura étnica .

O viés desse trabalho não ignora as relações de poder que perpassam o espaço escolar através de normativas oficiais, no entanto o enfoque será valorização das práticas cotidianas, a produção cultural, na perspectiva de Certeau:

[...] a presença e a circulação de uma representação, ensinada como o código da promoção sócio-econômica (por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indica, de modo algum, o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricaram. (CERTEAU, 1994, p. 41)

CONCLUSÕES

Esta pesquisa perpassa por “fazeres culturais” em que a História dialoga com perspectivas antropológicas, no sentido de observar e debater sobre como comunidades escolares percebendo sua historicidade, suas práticas dentro do universo escolar, onde produzem arquivos documentais e representações culturais. A escola como ‘lugar de memória’ auxilia na percepção dos simbolismos que por ela transitam, dá visibilidade a referências históricos que perpassam por diferentes famílias, comunidades que recriam identidades a partir de campos de conflitos sociais, compõem um patrimônio cultural em evidência, mas ainda pouco valorizado.

REFERENCIAS:

CHUVA, Márcia. Patrimônio imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. IN: Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte: SEE/MG.2002.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Campinas: Papirus, 1995.

_____. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Revista Brasileira de História da Educação, nº1, p. 09-44, jan./jun. 2001.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. "A Problemática da Identidade Cultural nos Museus: De Objetivo (de Ação) a Objeto (de Conhecimento)". "Anais do Museu Paulista da USP - História e Cultura Material". Nº 1, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

ORIÁ, Ricardo. "Memória e Ensino de História". In: BITTENCOURT, Circe (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

PAULILO, André Luiz, et al . A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente: século XVIII - XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Introdução: costumes e cultura. In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

SILVA, Marcos. Além das coisas e do imediato: cultura material, História imediata e ensino de História. Tempo, vol. 11, n. 21, jul./2006, pp. 82-96.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas Escolares. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil, França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

“O MEMORIAL DO PIONEIRO”: MAPEAMENTO DE TRAJETÓRIAS DE VIDAS

Fátima Satsuki de Araujo Lino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

O presente resumo refere-se ao subprojeto “O Memorial do Pioneiro”: Mapeamento de Trajetórias de Vidas, orientado pela Prof^a Dra. Ana Maria Chiarotti de Almeida, inserido no projeto de pesquisa “Patrimônio Cultural: Discursos sobre Lugares de Memória”, que pretende apreender a relação que a população londrinense estabelece com seus bens patrimoniais. A proposta dá ênfase ao monumento localizado na Praça 1º de Maio, intitulado Memorial do Pioneiro inaugurado em 2007, e pretende entendê-lo enquanto “lugar de memória” (NORA, 1993), relacionando-o à história regional. A intenção do subprojeto foi o de mapear as trajetórias de vida daqueles que se cadastraram, atendendo chamada pública do Museu Histórico de Londrina Pe Carlos Weiss, iniciada em 1997 e que tiveram seus nomes inscritos no monumento Memorial do Pioneiro. Assim, pretende-se, ampliar a compreensão do significado de “pioneiro” para Londrina e região.

Palavras-Chave: Memorial do Pioneiro, Trajetórias de Vida, Memória.

INTRODUÇÃO

O monumento Memorial do Pioneiro, inaugurado pelo poder público em 1º de maio de 2007, faz parte do conjunto de monumentos que existe no xadrez central da cidade de Londrina – PR, onde se localiza o seu centro histórico. Soares (2010), em suas análises sobre este monumento, revela que sua concepção e construção envolveram muitos conflitos e controvérsias entre vários grupos da sociedade civil. Uma discussão que se prolongou por pelo menos dois anos até o anúncio final de sua construção pelo poder público no local da Praça 1º de Maio, mais conhecida como “Concha Acústica”, em 30 de junho de 2005, pelo então prefeito Nedson Micheletti, concomitante com a revitalização de todo o espaço.

Projeto assinado pelo Instituto de Planejamento Público Urbano de Londrina (IPPUL), o Memorial do Pioneiro é composto por 17 totens, cada

um com placa de resina de mármore (semelhante ao bronze), com inscrição de 3800 nomes de pioneiros, inclui também um totem dedicado aos índios Kaingang. Os totens estão dispostos ao longo da Travessa Maestro Egídio Camargo Amaral e reproduzem obras do artista plástico Paulo Mentem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Adum (2007), o monumento rompe com tendência existente até então em se acentuar o caráter mítico do pioneiro, atrelado ao ato fundador da cidade pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, empresa inglesa e colonizadora da região. Pois, ao estabelecer apenas o critério cronológico para a inclusão dos nomes nos totens, instituindo um período de chegada entre 1929 e 1939, ampliam-se o significado de “pioneiro” para todos aqueles que chegaram entre estes anos, tentando com isto desconstruir o mito do pioneiro construído pela CTNP, apesar da interferência do Museu Histórico de Londrina Pe Carlos Weiss em escolher nomes de pessoas pertencentes a famílias de notáveis da cidade, ou por terem algum vínculo com a CTNP ou por critério de prestígio e status sócio-econômico.

A chamada pública iniciada pelo Museu em 1997, tinha como objetivo fazer um levantamento dos chamados “pioneiros” de Londrina e formar o que se denominou de Cadastro dos Pioneiros. Em 2003 realizou-se uma Homenagem do Governo do Paraná aos mesmos. Foi criada então uma segunda chamada para novo cadastramento, seguindo apenas o critério de chegada entre 1929 a 1939. Quando o Memorial do Pioneiro foi construído, o Museu realizou nova chamada para o preenchimento do Cadastro, somando às preexistentes. O mesmo até hoje se encontra aberto, porém para todos aqueles que se consideram “pioneiros”.

É importante ressaltar, as dificuldades em se trabalhar com as fichas, por exemplo, o fato de terem sido preenchidas a mão, dificultando a interpretação de algumas informações. Em muitas fichas havia mais de um inscrito, isto é, o nome do titular e os nomes dos familiares e/ou daqueles que chegaram com os mesmos. De acordo com informações de funcionários do Museu, mais de um nome pode ter sido retirado das fichas para o monumento, por isso o número inferior de fichas existentes no museu (1259) e o número de nomes inscritos nos totens (3800).

Como as fichas não seguem modelo único e muitas não estão completas, dificultaram o estabelecimento de critérios para as análises. As fichas do ano

de 1997 são mais amplas, possuem espaço para relato do histórico de vida do pioneiro, anexos de documentos e recortes de jornais e revistas. As de 2003 e anos subsequentes só possuem espaço para dados referentes ao nome, naturalidade, nacionalidade, ano de chegada a Londrina e o número de pessoas que participariam do evento de homenagem organizado pelo governo do estado.

CONCLUSÕES

Através de análises comparativas entre o projeto colonizador da CTNP e os dados que constam nas Fichas do Cadastro dos Pioneiros no Museu Histórico de Londrina Pe Carlos Weiss foi possível compreender a relação entre a história da ocupação de Londrina e região com a construção de uma concepção nativa de “pioneiro”, fortemente ligada ao empreendimento capitalista da CTNP, acentuando o caráter mítico e épico da colonização da região e daqueles que chegaram no início desse processo. O Memorial do Pioneiro ao estabelecer somente o critério de época de chegada (1929 a 1939), relativiza essa concepção como já apontado por Adum (2007).

Analisando as fichas, constatamos que a maioria dos titulares são homens. A época de chegada afirma o critério utilizado pelo Museu, ou seja, dos 1259 titulares, 942 chegaram entre 1929 a 1939. A maior incidência é de migrantes brasileiros (886). A maioria é proveniente do estado de São Paulo, seguido do próprio Paraná e Minas Gerais. A atividade urbana foi constatada como principal ocupação dos titulares que se inscreveram nas fichas quando chegaram à região, indicando a tendência de forte vocação de Londrina, já desde seu início, em se constituir cidade prestadora de serviços.

Em continuidade ao subprojeto realizaremos análises qualitativas e mais aprofundadas acerca das trajetórias de vida desses “pioneiros”.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia M. S. Lopes. Monumento Memorial do Pioneiro. In: Encontro Sobre Patrimônio Cultural, 10, 2007, Itajaí. Anais... Itajaí, 2007.

SOARES, Diego Ferreira Valadares. Memorial do Pioneiro: um debate muitas questões. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – UEL. Londrina, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo (10), dez. 1993.

OS SENTIDOS DO TRABALHO NOS TOTENS DO MEMORIAL DO PIONEIRO

Suzana da Silva Ferreira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

RESUMO

O presente resumo refere-se a um trabalho realizado junto ao projeto de pesquisa "Patrimônio Cultural: Discursos sobre os lugares de memória". Esta pesquisa teve como objetivo analisar na linguagem textual e imagética do conjunto de totens do Memorial do Pioneiro - monumento implantado na praça Primeiro de Maio em 2007 - os sentidos e os efeitos ideológicos produzidos sobre o trabalho. Para isso, foram realizados trabalho de campo e entrevistas semi-estruturadas buscando compreender os significados que a população atribui a esse bem patrimonial, bem como a quantificação dos dados presentes nas fichas do Cadastro dos Pioneiros encontrado no acervo do Museu Histórico de Londrina, que serviram como base para inclusão dos nomes dos pioneiros no monumento. Assim, foi possível perceber que a praça Primeiro de Maio, quando se trata de identidades e significação, possui maior relevância para a população do que propriamente o monumento.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; memória do trabalho; identidades.

INTRODUÇÃO

Implantado na praça Primeiro de Maio em 2007, o Memorial do Pioneiro é composto por dezessete totens que retratam o início da cidade de Londrina. Além dos nomes dos pioneiros, podemos encontrar textos do prefeito da época e de representantes das populações indígenas, bem como as gravuras do artista Paulo Mentem reproduzidas em 3D por Roberto Vendrametto. Os nomes dos pioneiros foram retirados das fichas do Cadastro dos Pioneiros existentes no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss e de livros comemorativos como o Jubileu de Prata do município.

A implantação do monumento gerou um intenso debate que envolveu vários segmentos da população londrinense. Inicialmente, havia a proposta de que fosse instalado no pátio do Museu Histórico de Londrina. Porém, após audiência pública, foi decidido que o Memorial do Pioneiro deveria compor um conjunto de edificações urbanas formado anteriormente

pela Concha Acústica, o Centro Comercial e a Casa de Cultura, antiga Casa da Criança, projeto de Villa Nova Artigas, precursor da arquitetura moderna no Brasil. (ADUM, 2007).

Esta pesquisa visou compreender as diversas posições dos agentes e grupos que debateram, construíram/financiaram o monumento. Por meio das entrevistas realizadas com trabalhadores, moradores e usuários da praça e do entorno, buscamos analisar a relação que a população estabelece com o monumento, bem como se o mesmo constitui uma fonte de identidades e significações. A pesquisa documental realizada com o acervo do Cadastro dos Pioneiros revelou diversas informações sobre os primeiros moradores da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa teve como conceito fundamental o patrimônio cultural. Segundo Magnani (1985), a noção de patrimônio deve ser analisada a partir do conceito de cultura. Na tradição antropológica recente, o conceito de cultura é abordado como uma oposição ao de natureza, ressaltando seu caráter artificial. O patrimônio cultural, então, são os bens culturais, os suportes materiais da cultura em questão.

Outro importante conceito para esta pesquisa é o de memória coletiva, formulado por Halbwachs (2004). Para esse autor, a memória de um indivíduo relaciona-se à memória do grupo do qual ele é membro. Nesse sentido, o fato do homem não recordar de sua primeira infância, período no qual ainda não está inserido em nenhuma corrente de pensamento, reflete a dificuldade de se encontrar lembranças que não estão ligadas aos grupos.

Partindo das considerações de Le Goff (2003) em que o documento, assim como o monumento, é entendido como fruto de uma escolha e reflete relações de poder, foi realizada uma pesquisa com as fichas do Cadastro dos Pioneiros encontradas no acervo do Museu Histórico de Londrina. Essas fichas serviram como base para a inscrição dos nomes dos pioneiros nos totens do Memorial e sua análise foi relevante na medida em que nelas estão contidas informações a respeito dos primeiros moradores da cidade, os “pioneiros” de Londrina.

Em relação ao trabalho, a existência de muitas variáveis no item que diz respeito à ocupação dos pioneiros, dificultou a coleta, sistematização/digitalização e análise dos dados. Nesse item, os entrevistados enumeraram várias ocupações que não necessariamente seguiam uma ordem de

realização. Apesar disso, a pesquisa revelou certa recorrência nas trajetórias de vida, ou seja, o predomínio do trabalho urbano. Assim, do total de inscritos nas fichas, 268 declararam apenas ocupações ligadas ao trabalho rural e 478 apresentaram apenas ocupações urbanas. Considerando que 288 declararam ocupações rurais e urbanas, o conjunto dos dados não deixa dúvidas a respeito da preponderância da atividade urbana.

A partir da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas com moradores, trabalhadores e usuários da praça e do entorno foi possível perceber que a praça Primeiro de Maio é uma importante fonte de significações e identidades para a população londrinense. Os diversos acontecimentos ocorridos naquele espaço ao longo das décadas se inscreveram na memória de muitas pessoas. A instalação do Memorial do Pioneiro em 2007 representou também uma revitalização daquele espaço que já vinha se deteriorando ao longo das décadas. Porém, o descaso do poder público no que diz respeito à manutenção e preservação do monumento e da praça aparece como um ponto negativo para os entrevistados.

CONCLUSÕES

A pesquisa com o acervo de fichas encontrado no Museu Histórico Padre Carlos Weiss evidenciou diversas informações acerca dos primeiros moradores da cidade. No que diz respeito à ocupação dos pioneiros, apesar das dificuldades encontradas na sistematização e análise de dados, foi possível perceber que o trabalho é o elemento norteador das histórias de vida.

A partir das entrevistas cedidas ao projeto, ficou evidente que apesar de considerarem uma iniciativa importante de preservação da história e memória de Londrina, o Memorial do Pioneiro possui menor significação para a população do que a praça Primeiro de Maio. A praça, por já fazer parte da vida de muitos moradores da cidade, está mais presente na memória dos entrevistados.

REFERÊNCIAS

- ADUM, Sonia M. S. Lopes. Monumento Memorial do Pioneiro. In: Encontro sobre Patrimônio Cultural, 10, 2007, Itajaí, 2007
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003
- MAGNANI, J. G. C. Patrimônio Cultural. Curitiba: mimeo, 1985.

MEMORIAL DO PIONEIRO: UM DEBATE, MUITAS QUESTÕES

Diego Ferreira Valladares Soares
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

Este trabalho é resultado da análise que fiz do Trabalho de Conclusão de Curso que apresentei no ano passado na Universidade Estadual de Londrina, onde me graduei em Ciências Sociais. O objetivo foi avaliar, contando com o afastamento temporal, a pesquisa que realizei durante os anos de 2009 e 2010, e que se materializou na forma do TCC. De uma maneira geral, a intenção foi resumir a reflexão que fiz sobre o conjunto monumental “Memorial do Pioneiro” como iniciativa capaz de possibilitar a expansão do direito à memória na cidade de Londrina, a partir da análise de um uso específico feito pela população do espaço urbano que contempla o monumento. Será que o Memorial do Pioneiro cumpriu seu papel de monumento que democratiza o acesso da população aos bens patrimoniais e ao processo de (re) significação do passado? Essa é a pergunta que pretendi responder no trabalho.

Palavras-Chave: Memorial do Pioneiro, Patrimônio Cultural, Memória.

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a iniciativa de construção do monumento em si mesma e seus desdobramentos. Para tanto, contou com dois caminhos analíticos: o primeiro, pautado em documentos, voltado para a análise do processo de construção do monumento, enfocando as disputas entorno dele nos anos que antecederam sua fundação; e o segundo, pautado em observação de campo e entrevistas, que enfocou os usos e apropriações que a população fazia do espaço urbano contempla o Memorial do Pioneiro.

Os documentos, material base para a etnografia documental, foram conseguidos pela *internet* e, também, no acervo documental do Museu Histórico de Londrina. O objetivo foi reconstruir a atmosfera que encobria as disputas entre os diferentes grupos sociais que tinham interesse na construção do monumento. Esse procedimento, segundo Giumbelle (2001), propicia a análise de um momento de tensão e conflito, que está temporalmente situado no passado e não poderia ser alcançado diretamente pela pesquisa de campo.

As anotações de campo e as entrevistas realizadas com moradores do entorno do monumento e freqüentadores da Praça 1º de Maio (na qual se situa o Memorial), por sua vez, abriram caminho para uma etnografia urbana, realizada de *perto e de dentro*, como pressupõe Magnani (2001). O objetivo desse momento analítico foi refletir sobre o uso que a população faz do monumento e da praça na qual ele está localizado. A partir disso, foi possível observar esses espaços urbanos a partir de categorias teóricas específicas, também baseadas na teoria de Magnani (2010): *pedaço, mancha, trajeto e pórtico*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos direcionou as conclusões para aquilo que Le Goff (2003) já salientava e que diz respeito às disputas que os grupos sociais travam pelo controle da memória, que pode ser considerado controle da produção da história. No caso do Memorial, a disputa foi travada, principalmente, entre aqueles que defendiam a construção do monumento nas dependências do Museu, aqueles que entendiam que essa interferência descaracterizaria o prédio e outros que defendiam a construção do monumento em outro lugar, que não o Museu. Esse debate acabou por levantar questões sobre acesso ao monumento e esse impasse foi resolvido com a escolha da Praça 1º de Maio como espaço a abrigar o Memorial.

A análise das entrevistas, que foram realizadas com moradores da região, com alguns membros o Grupo da Concha (grupo de terceira idade que se reúne para aulas de alongamento na Praça) e com a Diretora de Patrimônio Histórico-Artístico e Cultural da Secretaria de Cultura, evidenciaram alguns aspectos importantes relacionados ao monumento.

Dentre eles, é importante ressaltar: a importância da revitalização do espaço, que propiciou o retorno de um antigo uso e o início de novos usos – como o caso do Grupo da Concha; a situação do monumento, que acaba por não ter a mesma importância para os usuários se comparado às práticas que dão vida ao espaço. Outro aspecto relevante é a freqüente citação da violência como elemento inibidor do uso dos espaços públicos.

A análise dos depoimentos e a observação de campo indicam que a Concha Acústica (como também é conhecida a Praça 1º de Maio) é considerada um espaço não apenas de passagem, mas, sobretudo, de descanso em horário de almoço para os trabalhadores da região – principalmente pelo fechamento da Travessa que cortava o quarteirão –, lugar de exercício físico e de caminhadas

pelas manhãs. À noite, principalmente às sextas-feiras, a Concha continua a sediar eventos culturais. A revitalização do espaço que acompanhou a implantação do Memorial do Pioneiro acentuou a já tradicional função da Praça 1º de Maio que é a de se constituir numa *mancha de lazer* (Magnani, 2010) situada no centro histórico de Londrina.

CONCLUSÕES

Tendo em vista o que foi exposto e discutido, foi possível concluir que o monumento, assim como salientou Adum (2007, p.8), realmente expandiu a categoria pioneiro. De fato, “houve abandono [...] do componente ‘aqueles que venceram’ instituindo-se, de forma mais incisiva, o componente ‘todos aqueles que chegaram primeiro’”. O que representa ampliação do acesso dos diversos atores sociais no processo de construção da memória local.

Entretanto, é possível concluir, também, que esse processo não se restringe à monumentalização dos feitos e personagens históricos. Fica claro que é necessária uma política educacional para inserir os cidadãos nesse processo de (re) significação da memória e do passado da cidade. Um dos caminhos possíveis vem sendo trilhado pelo projeto “Educação Patrimonial”, patrocinado pelo Programa Municipal de Incentivo a Cultura.

Ainda há muito por fazer, as conclusões não são definitivas, pretendem somente salientar a necessidade de inserir de vez o cidadão nesse processo de patrimonialização de bens, para que seja coerente falarmos na idéia e prática da cidadania cultural, que segundo Chauí (2006), insere o cidadão no processo de escolha, produção e fruição dos bens culturais.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia M. S. Lopes. Monumento Memorial do Pioneiro. In: Encontro Sobre Patrimônio Cultural, 10, 2007, Itajaí. Anais... Itajaí, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.17. N.49. São Paulo, 2001.

_____. Cidadania Cultural: o direito à cultura. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA(S) E IDENTIDADES(S): UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.

Vanessa Cristina de Franceschi
Universidade Estadual de Londrina – UEL

RESUMO

O trabalho pretende proporcionar uma reflexão acerca dos conceitos de Patrimônio Histórico-Cultural e Memória que a partir de suas ampliações, favoreceram o desenvolvimento de diversas identidades na modernidade. Assim, busca-se discutir a existência de uma memória homogênea (memória nacional) que orientou a criação dos patrimônios históricos e conseqüentes identidades nacionais em contraposição às múltiplas identidades que emergiram na modernidade, possibilitando a visibilidade de memórias que foram silenciadas no passado.

Palavras-Chave: Memórias - Identidades - Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo discutir especificamente os conceitos de Patrimônio, Memória e Identidades, suas relações e interdependências em nossa sociedade e suas conseqüências na modernidade.

Em especial, discutir a existência de uma memória oficial (memória nacional) que instruiu a criação dos patrimônios históricos e conseqüentes identidades nacionais em contraposição às múltiplas identidades surgidas na modernidade, permitindo recuperar memórias que foram silenciadas no passado.

Essa preocupação pela produção da memória social se faz extremamente importante e necessária ao se refletir e atuar na construção de patrimônios culturais, em que grupos serão revelados e outros serão silenciados ao se instituir apenas alguns locais, práticas ou saberes como bens patrimoniais com relevância para serem resguardados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das transformações que nossa sociedade vem passando, buscou-se refletir acerca da relação entre os conceitos de Patrimônio, Memória e Identidades e foi possível perceber que, apesar de existirem tendências homogeneizantes resultantes do processo de formação

dos Estados-Nacionais, ocorreram também modificações nos conceitos decorrentes do processo de modernidade e globalização possibilitando a ampliação e abrangência dos mesmos.

Inicialmente, com o desenvolvimento dos Estados-Nacionais, preocupava-se em formar cidadãos com sentimentos coesos de identidade com a nação. Com isso, valorizava-se um discurso oficial sobre a história do país e assim, transformaram edificações, bens e espaços de memória em referências nacionais – os patrimônios históricos nacionais.

Dessa maneira, criou-se um cenário de valorização e formação das identidades nacionais que vem sendo alterado e re-criado a partir de transformações sociais. Outras identidades começaram a reivindicar espaços, ampliando a abrangência dos patrimônios e passou-se a valorizar também saberes e práticas culturais materializadas ou não.

Abre-se espaço, então, para expressão de memórias que não estão nos registros oficiais e que podem ser suportes para a formação de diversas identidades a serem retratadas na modernidade.

Assim, podemos perceber as alterações dos conceitos de patrimônio histórico para cultural na modernidade como reflexo das concomitantes alterações no processo de identidade que pode ser considerado como uma forma de representação homogênea, quando pensamos em questões mais universais e nacionais como se pode perceber, com um olhar mais atento, as diferenças entre indivíduos e diversos grupos, criando assim, novas formas de identidades, que relacionam sua história e memória a uma história nacional/oficial e/ou às memórias e experiências que por algum motivo não foram devidamente registradas no passado e no presente e, criam assim, uma pluralidade de identidades como também a formação de identidades de resistência à outras identidades mais hegemônicas.

CONCLUSÕES

Nota-se tanto nas discussões sobre memória, sobre patrimônio, como identidades - temas inter-relacionados-, a existência de disputa por poder simbólico entre grupos hegemônicos e não hegemônicos, cada qual buscando suas possíveis formas de representação.

Busca-se compreender, através da luta pelo poder simbólico, outras histórias, outras memórias e patrimônios e outras identidades formadas e que também clamam por reconhecimento, possibilitando a ampliação de referências ao passado para que se construam novas identidades presentes. O que se coloca é a necessidade de reconhecer nos discursos unificadores – como patrimônios históricos oficializados e identidades legitimadoras – contra discursos que procurem dar voz àqueles que não se enquadram nessa discursividade hegemônica. Desse modo, concepções que ampliem o conceito de patrimônio histórico para o de patrimônio cultural, que façam emergir as memórias subterrâneas e que dêem visibilidade às identidades de resistência, certamente propiciarão novas formas de participação política.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra de C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

KERSTEN, Márcia S. A. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGNANI, José Guilherme C. *Inventário e Proteção do Acervo Cultural: o enfoque antropológico*. Curitiba, mimeo., 1985

PAOLI, Maria C. *Memória, História e Cidadania: o direito ao passado*. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.25-28.
Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v.5, n.10, 1992.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento e silêncio*. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL E MEMÓRIA COLETIVA: ALÉM DOS LIMITES DA PRÓPRIA ENTIDADE

Amanda Keiko Higashi

Amauri Ramos da Silva

Alunos do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural
e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o Museu Histórico da Sociedade Rural do Paraná: tem por objetivo analisar e relatar as experiências de representação da memória institucional dos pesquisadores analisando o processo de formação e desenvolvimento das cidades a partir das instituições econômicas ou sociais, apresentando possíveis ações que viabilizem o reconhecimento e identificação da memória institucional por parte da comunidade externa integrando-os à memória coletiva.

Busca-se também expor e discutir conceitos e teorias que justificam o planejamento e aplicação das ações levantadas. Dentre os objetivos, algumas ações serão tomadas, tais como a criação de catálogo sobre os projetos de preservação da história institucional em Londrina, junto à pesquisa sobre o acervo nas diversas áreas do conhecimento, realização de pesquisa histórica e social continuada para criação de novas exposições e roteiros à comunidade. Realiza-se também a criação de projetos acadêmicos e sociais que incluam a comunidade interna e externa da instituição, implantação de projetos socioeducativos para visitantes e projeto de registro das Exposições Agropecuária e Industrial da SRP como patrimônio cultural e imaterial.

JUSTIFICATIVA

Após a implantação de um espaço de memória, a difusão de sua memória, ainda que planejada estrategicamente no escopo do projeto, poderá sofrer alterações ou mesmo acrescentar novas ações para integrar o público e a comunidade ao ambiente estabelecido.

Pensar na inclusão da comunidade como um todo no funcionamento de um museu requer estudos constantes e proporciona a manutenção de suas informações, a busca do conhecimento e a inserção de novas memórias. Por

fim, no momento em que há a descoberta de novos fatos se inicia o processo de reconstrução de uma história que foi estabelecida pela própria instituição no decorrer do projeto e o Museu, como um ciclo cumprirá sua função, representação sociocultural e histórica.

Para que algumas ferramentas de difusão da memória institucional sejam elaboradas, se faz necessário o entendimento de como se dá o processo de interação direta ou indireta da sociedade com os projetos de preservação da história institucional. Um exemplo é levantar quais grupos da comunidade próxima à instituição existem e investigar sua relação ao longo do desenvolvimento e funcionamento desta organização.

Outro exemplo consiste na criação de oportunidades para que a sociedade tenha o conhecimento da possibilidade de sua integração à história da entidade. O ato de memorizar é inerente a cada indivíduo, que ao interagir num determinado grupo ou comunidade, o mesmo compartilha experiências que são constantemente memorizadas, seja no plano subjetivo, o qual a pessoa armazena em sua mente, ou coletivo, através dos registros produzidos conforme os fatos vivenciados ou observados.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa terá abordagem qualitativa com base na revisão bibliográfica e análise das teorias relacionadas ao tema. A pesquisa apresentará informações descritivas sobre o problema no âmbito social e humano, explicando conceitos que envolvem aspectos culturais e históricos não quantificáveis.

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 2004, p. 21-22)

O trabalho terá característica histórica e de pesquisa participante, pois apresentará a descrição das experiências vividas pelos pesquisadores ligados ao projeto de implantação do Museu da Sociedade Rural do Paraná, objeto da pesquisa. O relato acompanhará a análise crítica das teorias pesquisadas que justificarão o problema abordado e suas possíveis soluções.

O levantamento da literatura em discussão será feita por meio de registros físicos ou eletrônicos. Conforme, Oliveira (1997, p. 119) “normalmente o levantamento bibliográfico é realizado em bibliotecas públicas, faculdades, universidades e, especialmente, naqueles acervos que fazem parte do catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais”.

REFERÊNCIAS

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Coleção temas sociais. 24ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa. São Paulo: Pioneira, 1997.

PATRIMÔNIO CULTURAL LONDRINENSE E AS REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA GASTRONÔMICA DE IMIGRANTES ITALIANOS

Isadora Fernanda Rossi

Evelyn Nunomura

Gilberto Hildebrando

Kemmelin Marcela Soares

Sonia Maria de Oliveira Dantas

Alunos do Curso de Gastronomia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

Este artigo faz parte do projeto “Gastronomia e Patrimônio cultural Londrinense, desenvolvido no Centro Universitário Filadélfia- Unifil, com a coordenação dos Professores, Dr Leandro Henrique Magalhães e Dr Mirian Cristina Maretti. Surgiu para mostrar as pessoas, a importância do patrimônio imaterial, e sua contribuição cultural para a área gastronômica.

O projeto nasceu a partir de pesquisas, que mostram que as pessoas não dão o devido valor ou importância ao patrimônio imaterial. Através disso começamos a pesquisar o site do IPHAN e encontramos bens imateriais que tivessem ligação com a gastronomia, esse passo foi importante, para aproximar os pesquisadores com o tema, e sensibilizar os mesmos do porque fazer um projeto sobre Patrimônio cultural, mostrar qual a sua importancia para a cultura Londrinense..

Essa pesquisa foi parte decisiva para a etapa de pesquisa de campo, tendo como continuação pesquisar as principais etnias que haviam na cidade de londrina, descobrindo quem foram os imigrantes mais numerosos que vieram para o Brasil (Década de 30 a 50), mais precisamente quais deles fizeram parte da colonização de nossa cidade. Com essa pesquisa chegamos aos Italianos e seus descendentes, que no caso foram os imigrantes que vieram em maior número para Londrina, com base nos dados e pesquisas, foi descoberto que 770 Italianos adquiriram lotes de terras na cidade.

Portanto a partir desses dados, fomos ao Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Wess, Biblioteca Municipal de Londrina, e CDPH da Universidade Estadual de Londrina, consultar seus acervos, e fazer uma pesquisa mais detalhada sobre o assunto. Parte da pesquisa está apresentada neste trabalho.

No centro de documentação histórico da Universidade Estadual de Londrina, foi coletado material que se referia, aos imigrantes que vieram da Itália para a cidade de Londrina. Tentamos buscar temas que falassem sobre a alimentação desses Italianos aqui no Brasil, mais especificamente em nossa cidade, o que comiam aqui, o que comiam na Itália e o que deixaram de comer quando vieram para cá, onde moravam, e quais ingredientes tiveram que adaptar para fazer suas típicas receitas, já que no Brasil, não havia alguns de seus ingredientes.

O trabalho foi finalizado com uma pesquisa no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Wess, onde foram coletadas entrevistas dos parentes desses imigrantes, que contaram como foi a vida dessas pessoas em sua chegada a Londrina, e seus primeiros anos na cidade. Tentamos destacar, de que região da Itália vieram, o porque de terem vindo para cá, como chegaram até aqui, do que se alimentavam, e como tiveram que adaptar tanto seus hábitos culturais quanto alimentares.

Entre os anos de 1880 e 1887 ocorreu a crise dos preços agrícolas na Itália, contribuindo para que boa parte desses Italianos migrassem para o Brasil, pois lá não havia indústrias o suficiente para tantos funcionários, então tiveram que tentar a sorte por aqui.

Enquanto ainda moravam na Itália, sua alimentação era basicamente composta por macarrão que era consumido aos domingos, e nhoque de batata doce que geralmente se comia na páscoa. Faziam uma receita de tomate recheado com farinha de pão duro, alho, azeite de oliva e limão. Nos demais dias comiam polenta, pois era uma refeição mais barata, a carne de porca era saboreada em dias de festa, ou em caso de doença. Pão de trigo fresco era feito apenas em dias de colheita. Quando havia colheita da uva, aparecia o vinho, que depois se transformava em vinhete, refresco feito a partir da pressagem da uva e água. Famílias com 6 pessoas podiam gastar com a alimentação duas ou três libras por dia, as maiores dividiam as duas ou três libras diárias, o que concluiu que havia grande deficiência na alimentação desses Italianos.

Quando esses imigrantes chegaram ao Brasil, mais especificamente em Londrina, eles começaram a plantar, mas como as terras pareciam novas, as colheitas não pareciam boas. Plantavam cereais, milho, feijão, arroz, batata, couve, além da cana de açúcar, para produzir a famosa garapa. Como aqui não existia o açúcar, tiveram que substituí-lo pela rapadura, mas como era apenas encontrada em São Paulo, geralmente torciam a cana de açúcar, para fazer a garapa.

Como não havia farinha de trigo na região, eles passavam cerca de um ano sem fazer pão caseiro, faziam apenas a broa de fubá, pois o fubá era barato, e fácil de ser encontrado por aqui.

Havia muitas dificuldades na época, mas apesar de tudo nunca faltava comida, sempre havia comida no prato. Geralmente se comia arroz, feijão e frango refogado. Havia carne de porco e de boi. Aos domingos comiam a macarronada, frango assado que era servido apenas uma vez por ano, no Natal ou Ano Novo.

YLÊ AXÉ ÒPÓ OMIM I: PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO EM LONDRINA

Carlos Alexandre Guimarães
Aluno do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural
e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO

Este trabalho corresponde à primeira etapa de uma pesquisa na qual analiso o templo de candomblé Ylê Axé Òpó Omim I enquanto patrimônio da cultura afro-brasileira na cidade de Londrina. Parto da perspectiva do templo religioso como um lugar antropológico, baseando-me na definição elaborada por Marc'Auge deste conceito, bem como na definição de território descrita por Munis Sodré. O templo em questão, está relacionado à cosmologia afro-brasileira preservada nos rituais e cultos às divindades africanas, mantidos pela população africana e afrodescendente no Brasil. Portanto, um templo que preserva o patrimônio cultural e a identidade desta população formadora da sociedade brasileira e londrinense.

Palavras-Chave: patrimônio, lugar, cultura afro-brasileira

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar o templo de candomblé Ylê Axé Òpó Omim I enquanto patrimônio da cultura afro-brasileira, especialmente da cultura Yorubá, em Londrina. O templo está localizado no bairro Conjunto Maria Cecília, na Zona Norte de Londrina. Meu ponto de partida consiste na análise do templo como um lugar antropológico. Parte destas análises são resultados dos estudos do meu trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais, realizado entre os anos 2005 e 2010 na Universidade Estadual de Londrina.

O Ylê Axé Òpó Omim I nasceu e se desenvolveu em dois processos que consistem em, um deles, nas relações de solidariedade com a comunidade do conjunto habitacional Maria Cecília e, no outro, na construção do templo religioso como uma das obrigações religiosas da sacerdotisa da casa, a Yalorixá Omin (Teresinha Pereira da Silva). Portanto, o Ylê surge em uma comunidade de um bairro de Londrina em um processo histórico ligado intimamente à história da cidade.

Pretendo desenvolver uma descrição densa do templo, isto é, uma descrição elaborada a partir de análises resultantes de investigações e observações de campo, sugerindo uma abordagem de paradigma hermenêutico, no qual o que procuro é interpretar os significados e sentidos presentes no objeto em questão, relacionando-os com os conceitos que envolvem as discussões atuais sobre patrimônio. Trata-se de interpretar como este templo se insere na dinâmica histórica e cultural da região onde está localizado, bem como representa uma tradição religiosa brasileira de matriz africana. Portanto seguirei uma abordagem qualitativa dos dados, enfocando a natureza e as características do templo, de suas celebrações, ritos e a mitologia correspondente. Trata-se de uma etnografia do templo realizada mediante observação participante, entrevistas informais, relatos pessoais de história de vida, registros em caderno de campo e em fotografias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar um templo religioso como um patrimônio, cabe visualizá-lo na perspectiva de um lugar antropológico, isto é, um espaço com seu significado atribuído a uma população e à história da mesma.

Marc Auge conceitua o espaço-lugar diferenciando-o do espaço vazio, sem significado, o “não-lugar”, a partir de três características essenciais: o lugar antropológico é identitário, isto é, portador de uma identidade; o lugar antropológico é histórico, traz em seu significado a história de seu povo ou grupo; o lugar antropológico é relacional, está configurado com um sistema de códigos próprios manipulado por seus usuários (AUGÉ: 2005).

Podemos aplicar, certamente, estes três vetores à presença do Candomblé em Londrina, reconhecendo que o Candomblé estabelece uma identidade diferenciada na região, que atesta a história do grupo que frequenta os templos e que opera uma rede de códigos vivenciados pelos seus usuários. Pensar uma Casa de Candomblé, enquanto um lugar antropológico, é analisar os significados dos símbolos que marcam seu espaço. Esses símbolos estão interligados e, sobretudo, são operados nas práticas cotidianas e na visão de mundo dos indivíduos que com eles convivem.

CONCLUSÃO

O Candomblé, como afirmou Muniz Sodré, é uma forma social negro-brasileira (SODRÉ: 1988, p. 19), que apresenta as formas imaginárias de como a população se vê e se sente, transfigurada, para além de suas condições sociais, conforme a imagem e o comportamento reatualizados de um palácio africano, reunindo as divindades, os Orixás de seus reinos, ao modelo de organização topológica dos *compounds*, coletivo de construções interligadas.

E nessa característica, encontramos um contraponto para o que Marc Augé define como uma situação de supermodernidade: a relação afetiva da família de Santo do Candomblé evita os espaços vazios de indivíduos na solidão, guiados por regras comunicadas em placas ou visores digitais, sinais eletrônicos etc. Sem essa relação afetiva e tradicional não se constrói a comunidade-terreiro, o corpo coletivo que é essencial ao Candomblé.

O Filho de Santo quando iniciado é considerado um novo ser humano que veio ao mundo, saído do útero simbólico, o espaço mais guardado do interior do Terreiro. É dado a ele um nome que ativa a sua ligação com um ancestral de uma linhagem mítica e assim se reconstrói a sua identidade. O Filho de Santo, dotado desta identidade, se relaciona, desta forma, num sistema de códigos que por momentos pode se contrapor, se interpor, ou cruzar, e até sobrepor o sistema de códigos coloniais que construíram a sociedade brasileira.

A comunidade-terreiro se reconfigura, tomando para si a história de uma população com o signo africano. E é construindo esta identidade dentro de um sistema simbólico do ethos afro-brasileiro que o Terreiro, com seus lugares de Orixás e seus reinos, reinventa um território para que seus símbolos se materializem no cotidiano de um bairro londrinense, transfigurando o imaginário caótico da “terra de ninguém” para um lugar de dignidade, humanizado, indicador e criador de cultura, um território de afro-descendência.

A fim de analisar a questão do tema patrimônio neste templo, partindo de suas características territoriais de lugar antropológico, cabe as seguintes indagações: O que no templo se caracteriza como elemento de patrimônio? Qual é a especificidade da casa para ser analisada enquanto um patrimônio afro-brasileiro e londrinense? Como a história da casa se insere na história do bairro Maria Cecília? Como interpretar a visão de patrimônio do “povo de santo”?

REFERÊNCIAS

ANDREI, Elena Maria. A Trama do Sagrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2001.

AUGÉ, Marc. Não Lugares, Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5.ed. Campinas: Papirus, 2005.

GEERTZ. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

SANTOS, Juana Elbein dos. Os Nagô e a Morte: Pàdè, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. Petrópolis: Vozes, 1976.

UM ESTUDO SOBRE A FOTOGRAFIA E OS ACERVOS DE MEMÓRIA

Célia Rodrigues de Oliveira

Lucinéia Chamorro e Silva

Alunos do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural
e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO

A proposta deste resumo é a apresentação dos fatores químicos, físicos, biológicos e mecânicos que contribuem para o desgaste dos acervos fotográficos, e proposição de um futuro diagnóstico do estado de conservação do acervo fotográfico do Museu Histórico de Londrina através de amostragem desta importante instituição de memória.

Palavras-Chave: fotografia, memória e conservação.

INTRODUÇÃO

Até o século XIX as representações de paisagens e retratos eram feitas com extremas dificuldades e seus responsáveis eram artistas (pintores, gravadores e desenhistas), a proximidade com a realidade dependia da técnica e da maestria do artista contratado para realizar a obra, e ainda deve se considerar sua interpretação pessoal.

Com o avanço das ciências e da tecnologia no século XIX, surgiu a fotografia, que provocou uma mudança nos paradigmas da arte, muitos artistas se tornaram fotógrafos e pequenos empresários, passando a colaborar com o registro de imagens que compõe a memória da humanidade (HOBBSAWN, 1996, p. 401). Essa invenção impactou a sociedade ao reproduzir em tons de cinza a figura humana, o olhar sobre as artes causou grandes debates entre religiosos e a ciência, na questão se este invento seria bom ou ruim aos olhos de Deus.

A fotografia surgiu oficialmente na Europa com Louis-Jacques M. N. P. Daguerre com o seu Daguerreótipo apresentado à Academia de Ciência da França em 1839, mas a relatos de outros inventores, como por exemplo, no Brasil, o artista francobrasileiro Antoine Hercule Florence. "Os clichês de Daguer..." precisavam ser manipuladas em vários sentidos, até que se pudesse reconhecer, sob uma luz favorável, uma imagem cinza-pálida. Eram peças únicas... não raro guardadas em estojos como jóias (BENJAMIN, 1994,93)

Desta forma, quando a ideia deste invento chega ao Novo Mundo muitos se deslumbram. No caso do Brasil, Dom Pedro II, foi o grande incentivador das artes fotográficas, ele infelizmente não teve contato com o trabalho de Hercule Florence, mas trouxe o Daguerreótipo para o solo nacional e tornou-se o primeiro soberano fotógrafo do mundo.

Pode-se afirmar que a fotografia teve durante esses dois séculos uma revolução no processo fotográfico e no suporte, assim temos os museus históricos que guardam fotos e negativos de várias épocas de diversos formatos como o Carte Visit (fim do sec. XIX), gelatina, negativo de vidro, negativo flexível, Slides, CD, DVD, Videos, fitas K-7, entre outros.

Assim, a fotografia é uma linguagem utilizada por artistas, fotógrafos, reportes fotográficos (que tentam retratar a realidade) e amadores; que transformam acontecimentos vividos em imagens, que podem ser interpretadas como narrativas de memórias e ser utilizadas por historiadores e outras áreas na construção e reconstrução de fatos históricos, memória social e o conhecimento sobre o passado.

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem - escolhida e refletida - de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois, o documento que retém a imagem fugidia de um instante de vida que flui ininterruptamente. (KOSSOY, 2001, p. 156)

Com a intenção de guardar preservar a memória local e mundial surgiram as instituições como os museus, bibliotecas e arquivos de memória. Em Londrina o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss tem a missão recolher, registrar, organizar, preservar, conservar e divulgar o acervo fotográfico de Londrina e região.

Diante da importância deste acervo para a memória paranaense faz-se necessário a conservação e manutenção dos mesmos cujo início do processo se dá pelo profissional que fará a análise e diagnóstico do acervo fotográfico determinando os principais fatores encontrados que podem contribuir para a deterioração e danificação da imagem, como por exemplo: os agentes físicos (luz, temperatura e umidade relativa); químico (poluição ambiental e poeira) e ataques biológicos (microorganismos: bactérias, fungos; Insetos: traças,

baratas, cupins; Roedores: ratos; e o homem) e agentes mecânicos (guarda inadequada, manuseio inadequado, desastres) que interferem no estado do material a ser preservado.

Devido à importância do acervo fotográfico desta instituição, considerado patrimônio cultural de Londrina e Região, propomos realizar um diagnóstico do estado de conservação por amostragem do acervo fotográfico deste museu. Neste sentido para esta apresentação colocaremos nossas primeiras impressões sobre esta pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In.: Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura; Trad. Sergio Paulo Rouanet, 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. As Artes. In.: A era do Capital: 1848-1875; trad. Luciano Costa Neto, 5ª Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUBRUSLY, Claudio A. O que é fotografia, 4ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

MONTEIRO, Rosana Horio. Descobertas múltiplas a fotografia no Brasil: (1824-1833); Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2011.

SCHWARCZ, Liliam Moritz. A Revolução do Daguerreótipo entre nós. In: As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos: São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ADAMS, Ansel. A Câmera. trad. Alexandre Roberto de Carvalho, São Paulo: SENAC, 2000.

PERSICHETTI, Simonetta. Imagens da fotografia Brasileira. 2ª Ed., São Paulo: SENAC, 2000.

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE¹

Janaina Vedoin Lopes

Carla Saldanha da Silva

Tamy Silva

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

RESUMO

O presente trabalho faz parte do Programa Novos Talentos Capes Integrante do Projeto Tecnologias de Informação e Comunicação para Inclusão Social: Cidadania, Educação Ambiental e Agroecologia, Subprojeto Fotografia na Lata: Criatividade com Pinhole e Marmorização, com ênfase nas oficinas de pinhole. O projeto tem por objetivo de promover a inclusão social de estudantes de escolas da rede pública mediante troca de conhecimento e desenvolvimento da cultura científica através de oficinas de pinhole e marmorização desenvolvidas pelos acadêmicos dos cursos de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural e de Arquivologia da UFSM para os alunos da rede pública municipal de Santa Maria/RS. As oficinas de pinhole são desenvolvidas no laboratório de fotografia do curso de Arquivologia onde os ministrantes explicam a técnica da pinhole, a produção da fotografia, revelação da fotografia feita na lata, fazendo a interdisciplinaridade de conteúdos aprendidos em sala de aula. Os resultados obtidos até o momento nas oficinas é o aprendizado dos adolescentes que participam do projeto e a relação que os mesmo realizam com as disciplinas que são obrigatórias nas escolas.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Pinhole. Criatividade

INTRODUÇÃO

O trabalho visa apresentar as atividades desenvolvidas dentro da oficina de pinhole, realizada nos laboratórios de fotografia do curso de arquivologia da UFSM com auxílio dos acadêmicos do Curso de Arquivologia e desta forma aproximando a comunidade, e em especial adolescentes que estudam na rede municipal de ensino de Santa Maria, do meio acadêmico e também desenvolver o espírito crítico e criativo dos mesmos através da fotografia e fazê-los perceber as relações que técnica possui com as demais disciplinas aprendidas no ambiente escolar além de conhecer um espaço relevante a história do município de Santa Maria.

¹ Projeto desenvolvido pelos acadêmicos da UFSM com financiamento do Programa Novos Talentos da CAPES

As oficinas tem como objetivo principal promover a inclusão social de estudantes de escolas da rede pública mediante troca de conhecimento e desenvolvimento da cultura científica.

Como resultados parciais é a integração dos acadêmicos com os alunos das escolas participantes e as relações interdisciplinares que ambos envolvidos estão conseguindo realizar.

Como público alvo foram selecionados dez escolas públicas municipais de Santa Maria, selecionadas por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2009. Estes alunos se deslocam de suas escolas até a universidade duas vezes.

As oficinas de pinhole, técnica artesanal de fotografia com lata, são realizadas em duas etapas. A primeira etapa os alunos irão aprender sobre a fotografia e as suas técnicas até chegar na confecção da lata. Após a confecção da lata os alunos recebem o papel fotográfico que será colocado dentro da lata (também chamada de caixa escura) e são convidados a produzir fotos dentro dos limites do campus da UFSM. Logo após a captação das fotos os alunos voltam ao laboratório fotográfico e produzem os negativos das fotos com auxílio de produtos químicos como revelador, interruptor e fixador.

Já segunda etapa os alunos voltam ao laboratório de fotografia do curso de Arquivologia para produzirem os positivos das fotos a partir dos negativos já produzidos anteriormente. Para essa etapa é necessário papel fotográfico, lanterna de luz branca e os produtos químicos aqui já mencionados para um novo processo de revelação. Os alunos colocam o papel fotográfico branco sobre o negativo da foto que recebem um jato de luz e após são revelados. Assim o positivo da foto é produzida e as diferenças com a negativa são discutidas.

É válido lembrar que a fotografia é um registro de uma ação desenvolvida em um tempo e logo pode ser um documento que comprove e narre a experiência dos alunos dentro deste projeto.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Até o presente momento alguns resultados foram obtidos. O primeiro é a satisfação dos alunos que “visitam” a UFSM. Além disso, o senso crítico e criativo, que os alunos das escolas envolvidas vem desenvolvendo, assim como a relação que os mesmos fazem com as disciplinas aprendidas nas

escolas, reforçando assim a sua aprendizagem. Ainda, com o final total do projeto a realização de todas as oficinas será produzida uma cartilha educativa que ensina a técnica da pinhole que será distribuída para as escolas da rede municipal de Santa Maria e em paralelo uma exposição itinerante das fotos como instrumento de difusão arquivística.

CONCLUSÃO

Até o presente momento o objetivo de promover a inclusão social de estudantes de escolas da rede pública mediante troca de conhecimento e desenvolvimento da cultura científica esta sendo alcançada de forma satisfatória por todos os envolvidos, havendo trocas mutuas entre os alunos que participam da oficina.

Para os acadêmicos envolvidos essa interação com a comunidade é benéfica para a formação e o conhecimento da realidade social a qual a universidade esta inserida e que muitas vezes fica distante do mundo acadêmico.

REFERÊNCIAS

BIAZUS, P. Oficina de fotografia pinhole: entre imagens e etnografia da fala. Disponível em: <<http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2004-11-etnografia-da-fala.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

DUBOIS, P. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, 1994.

KOSSOY, B. Fotografia & história. São Paulo: Ateliê, 2001.

PELLEGRINO, V.; BOECHAT, L. Atos da imaginação: linguagem, cultura e educação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CAMINHOS DO IMAGINÁRIO: VEREDAS DA INFORMAÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS, 1., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOULAGES, F. Estética da fotografia: perda e permanência. São Paulo: Sena, 2010.

A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS OBRAS RARAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS ENFOCANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL.

Letícia Baptista

Aluna do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO

Pretende mostrar o pré-projeto para o trabalho final do curso de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Identidades da Unifil. Este busca investigar quais as possíveis formas de realizar a conservação e preservação efetiva de obras literárias raras em bibliotecas.

Palavras-Chave: Obras raras; Preservação de documentos; Patrimônio Cultural

Esta apresentação pretende mostrar o pré-projeto para o trabalho final do curso de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Identidades da Unifil. Este busca investigar quais as possíveis formas de realizar a conservação e preservação efetiva de obras literárias raras em bibliotecas.

Mais especificamente: identificar como os autores da área discutem a preservação e conservação de obras raras; averiguar o modo como as concepções de memória e patrimônio se relacionam com a preservação de obras raras em biblioteca; inquirir como especialistas da área de preservação e conservação de documentos entendem a manutenção das obras raras; verificar a relevância da preservação de livros raros em bibliotecas como forma de preservação do patrimônio Histórico-Cultural Brasileiro.

Através de estudos preliminares pudemos observar que as obras raras em bibliotecas, especialmente as públicas, são muitas vezes inacessíveis para pesquisadores; pelo fato de não estarem em bom estado de conservação, colocando em risco a saúde dos que os manipulam e a própria integridade do material. Assim, os efeitos do tempo e da má conservação transformam-se em empecilho para o acesso ao conhecimento de pesquisadores de diversas áreas como Letras, História, Biblioteconomia, Arquivologia, Arquitetura, Jornalismo, e conseqüentemente afeta parcelas mais amplas da população, os que teriam acesso aos resultados de tais pesquisas.

Afinal, o que é um livro raro? É apenas um livro antigo, velho? Os critérios para determinar se um livro é raro ou apenas antigo, segundo Sant'Anna (2001) exemplares únicos, limite histórico, livros produzidos artesanalmente, valor cultural, edições esgotadas, especiais, numeradas, personalizadas, Exemplares de coleções, com encadernações luxuosas ou belas, carimbos e ex-libris, exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo dedicatórias.

Além disso, o livro raro pode ser muitas vezes peça única para pesquisa científica, deve-se destacar também o valor simbólico afetivo do livro para fortalecer a sua existência mesmo na era da tecnologia, consideramos que características como textura, cor, formato de letra, imagens, cheiro, entre outras; contribuem para que muitos prefiram ler em livros e não em telas de computadores.

O livro é o principal suporte para a informação que dura centenas de anos, como se mostrou historicamente. Mas como manter um livro ou uma coleção de livros por centenas de anos sem que sua informação se perca? Insetos não os deterioreem? O papel não fique ácido a ponto de se perder?

Segundo Costa (2003) vários são as normas de conservação de documentos, distinguindo também a diferença entre preservação e conservação. Destaca inclusive os agentes de degradação do papel, que tanto podem ser externos quanto internos; fatores físicos; fatores químicos; agentes físicos mecânicos; agentes biológicos.

Dessa forma, deve-se pensar o livro raro como Patrimônio Histórico e têm-se vários autores discorrem sobre o que deva ser o Patrimônio Histórico, sendo um deles Choay (2001, p.11), que define a expressão "patrimônio histórico" como um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras raras e obras primas.

A palavra antiga ligada às estruturas sociais, e está enraizada ao logo do tempo, embora seu significado mude de tempos em tempos. (CHOAY, 2001) O patrimônio é uma questão política, é uma relação de poder, a preservação depende do que se quer salvaguardar para as gerações futuras. Não há condições financeiras, de espaço físico para salvar tudo, então se deve escolher, pois só o que tem maior relevância pode ser salvo.

Nesse sentido, não há como falar em Patrimônio Histórico sem definir o que é memória, que segundo Le Goff: “os latinos designam a memória por memória quando ela reúne as percepções dos sentidos e por *reminiscentia* quando os restitui” (1994, p. 463).

Serão entrevistadas duas profissionais da área de preservação de documentos históricos, Maria Aparecida Lopes e Yara Prazeres, analisando quais são as condições ideais para este material se manter em melhor estado de conservação durante mais tempo.

A abordagem da pesquisa deverá ser qualitativa, visto que será utilizado o método de entrevistas e análise posterior dos resultados comparados ao modo como estas obras estão armazenadas, de nível explicativo. O tipo da pesquisa será bibliográfica documental.

Sendo assim, o que tem importância para o patrimônio histórico-cultural é o que realmente fez diferença para uma sociedade, ajudou a construir a história de uma sociedade e deve ser preservado como prova desta história. Seja ele um prédio da arquitetura, que tem um marco para determinado período, seja um patrimônio natural, uma cultura regional que representa o patrimônio imaterial ou até mesmo um documento bibliográfico.

REFERÊNCIAS

CHOAY, FRANÇOISE. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001.

COSTA, Marilene Fragas. Noções básicas de conservação preventiva de documentos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

SANT'ANA, RIZIO BRUNO. Critérios para definição de obras raras. Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001. Disponível em: <www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/download/1727>. Acesso em: 25 set. 2011.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL: uma discussão no âmbito dos museus

Thais Regina Franciscon de Paula
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Oswaldo Francisco de Almeida Junior
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

Apresenta uma discussão sobre Mediação da Informação e Mediação Cultural; com um estudo de campo realizado em um Museu, a partir da experiência do projeto “Museu, um projeto de inclusão: Veja com as mãos”. Tem como metodologia a Análise de Conteúdo, e os instrumentos de coleta são análise documental, observação assistemática e entrevistas. O trabalho está em fase de execução, mas considera que é preciso mais pesquisas que trabalhem com conceitos de mediação Cultural, Mediação Educativa e Mediação da Informação. Vê-se que estes termos são utilizados pro profissionais da área, sem fazer distinção.

Palavras-Chave: Mediação da Informação; Mediação Cultural; Projeto “Veja com as mãos”.

INTRODUÇÃO

Os Museus assim como a Museologia têm passado por um período de reflexão e discussão a respeito do seu fazer dentro da área, da sua importância para a sociedade.

Neste contexto, tem-se na área a discussão a respeito da Mediação. Denominada como Educação em Museus ou Mediação Cultural, profissionais de museus de diversas áreas buscam fazer um trabalho voltado ao público, seja ele infantil ou adulto. Cabe ressaltar que segue a definição dada pelo ICOM a respeito dos profissionais atuante neste espaço, que são: o Museólogo, que é o profissional titulado pelos cursos de Museologia; e os Profissionais de museus – que são todos os demais graduados em outras áreas do conhecimento que atuam nos museus de variadas tipologias. Este trabalho, pela ausência de um museólogo de formação, trabalhará apenas com profissionais de museus.

Também a área tem buscado dar acesso aos deficientes em geral, e sob este cenário, esta pesquisa tem como experiência norteadora o projeto “Museu, um projeto de inclusão: Veja com as mãos”, direcionado aos deficientes visuais, realizado pelo Museu da Bacia do Paraná (MBP), em parceria com o departamento de Arquitetura e Urbanismo, e Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

O projeto tem como objetivo aproximar este público do museu e poder contribuir para o conhecimento histórico e geográfico de Maringá por meio da cartografia tátil e maquetes de monumentos históricos da cidade. As ações do projeto foram: tradução de objetos e fotografias para a linguagem Braille, criação de maquetes de monumentos da cidade, e também, confecção de desenhos em alto relevo e mapas táteis da região Norte do Paraná.

Diante do exposto, busca-se analisar e discutir esta experiência a partir dos conceitos de Mediação Cultural e da Informação, conforme segue na seção seguinte.

RESULTADOS PARCIAIS

Até o momento, leituras acerca do tema Museologia, Educação em Museus, Mediação Cultural e Mediação da Informação foram realizadas e pode-se perceber que existe a relação entre as áreas, conforme propõe este estudo.

O conceito de Mediação é discutido na Museologia, entretanto é desconhecido o conceito de *Mediação da Informação* nesta área, assim como a diferenciação de *Mediação Implícita e Explícita*.

No caso a Mediação discutida na área de Museologia está mais próxima da Mediação Explícita, cuja terminologia apresenta alguns sinônimos usados na área tais como: *facilitador, educador, guia, monitor*, entre outros.

CONCLUSÕES

Considera-se que esta discussão se aplica ao caso do projeto “Veja com as mãos” que será ainda analisado, sob a ótica da Mediação Cultural e da Informação.

As atividades realizadas pelo projeto levam a esta constatação, pois elas propiciam a apropriação da informação museológica por meio das maquetes e da cartografia tátil.

Até o momento, considera-se o trabalho dos profissionais envolvidos, como Mediação Pedagógica, pois atuam diretamente com profissionais e instituições de educação. No entanto, também se reconhece que o MBP junto ao projeto em questão, realiza um trabalho de Mediação Cultural e/ou da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: IX ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, São Paulo. Anais. São Paulo, 2008. v. 1

CURY, Marília Xavier. Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus. In: Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 1, Anais eletrônicos... Porto, 2009. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8132.pdf>. Acesso em: 19 set. 2010.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo?*. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/A_mediacao_a_comunicacao_em_processo.pdf. Acesso em 22 out. 2010.

NASCIMENTO, Sylvania Sousa do. O corpo humano em exposição: promover mediações sócio-culturais em um museu de ciências. In: L. Massarini (ed). Workshop Sul-Americano & Escola de Mediação em Museus e Centros de Ciências. Museu da Vida-Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz. Rio de Janeiro. p. 11-19, 2008.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes G. de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). Informação e contemporaneidade: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 47-96.

TEIXEIRA COELHO. Dicionário crítico de políticas culturais. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

GASTRONOMIA E PATRIMÔNIO CULTURAL LONDRINENSE – REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA GASTRONÔMICA DE IMIGRANTES JAPONESES

Isadora Fernanda Rossi

Evelyn Nunomura

Gilberto Hildebrando

Kemmelin Marcela Soares

Sonia Maria de Oliveira Dantas

Alunos do Curso de Gastronomia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

O projeto “Gastronomia e patrimônio cultural londrinense” tem como proposta, estruturar um campo discursivo acerca dos pressupostos culturais que nortearam a formação histórica social da cidade de Londrina, tem como foco às referências gastronômicas preservadas no campo da memória de migrantes / imigrantes e seus descendentes, tomando-se como critério a formação da cidade entre os anos de 1930 a 1950. Busca-se uma aproximação com o conceito de Patrimônio Imaterial, a partir de estudos teóricos, investigando práticas alimentares e pratos típicos que possam ser identificados a uma determinada etnia ou grupo de migrantes, que expressam sua história, gerando um sentimento de herança e identidade.

Em Londrina a fértil terra roxa, somada aos subsídios de empresas estrangeiras na compra de lotes, fez com que o norte do Paraná atraísse o olhar de muitos imigrantes. Os japoneses foram o terceiro maior grupo a chegar à Londrina, estando atrás apenas dos próprios brasileiros e italianos, respectivamente.

A metodologia utilizada teve por base a pesquisa bibliográfica, visando um aprofundamento do entendimento em torno da formação histórico-cultural da cidade de Londrina, analisando relatos e referências de memória do processo de colonização e buscado de dados em registros de compra de lotes de terra e instalação de casas comerciais na área urbana.

No contexto histórico japonês, a emigração de seus descendentes para outros países se deu principalmente no período Meiji (1868 – 1912), na qual aconteceram significativas alterações em sua configuração política. Sua economia, baseada na agricultura, passou gradativamente para a manufatura e industrialização, o que motivaram muitos a abandonarem suas terras. Devido a falta de preparo das cidades para tamanho fluxo migratório, instalou-se grande caos especialmente pela falta de moradia e emprego. Perante tal ocorrência, o governo japonês encontrou na emigração uma solução para situação em curto prazo.

Para o Brasil, tem-se como marco histórico o dia 18 de junho de 1908, data oficial da chegada do primeiro navio japonês Kasato Maru, ao porto de Santos.

No Paraná, a expansão colonial japonesa se fez através de duas frentes: a primeira, a partir de 1915, chegou a Curitiba, estabelecendo-se nos bairros de Uberaba, Campo Comprido e Santa Felicidade; a outra, ao norte do estado, pela expansão pioneira do Estado de São Paulo. Ocorrendo de forma significativa na década de 1930. Na cidade de Londrina, sua instalação inicial aconteceu, em grande parte, através do Sr. Hikoma Ujihara, principal referência na época, que exercia a função de corretor da Companhia de Terras Norte do Paraná. Com seu empenho Ujihara vendeu muitos alqueires para esses imigrantes, tornando-se um importante líder dentro da comunidade japonesa que na região que se estabelecia.

Em 1930, um grupo de 11 pessoas se destinou à região onde hoje se localiza Londrina, com seis deles adquirido lotes da Companhia de Terras Norte do Paraná, num total de 80 alqueires. O lote do núcleo pioneiro se resumia a uma densa floresta, chamada de “colônia internacional”, pelo fato de já existir no local uma empresa inglesa responsável pela venda das terras e a presença de compradores de diversas nacionalidades diferentes. Já na cidade, em 18 de junho de 1933, comemorou-se os 25 anos da imigração japonesa no Brasil, com o reunião do grupo imigrante na casa do Sr. Hikoma Ujihara. Neste ano ainda, fundaram a primeira associação cultural japonesa e uma escola, consequentemente representando um marco na comunidade japonesa.

Em 1940, comemorou-se os 10 anos da chegada da colônia japonesa a Londrina que já contava então, com 500 famílias de imigrantes. No ano seguinte, os imigrantes que prosperavam com a cultura do algodão no Estado de São Paulo começam a vir para região atraídos pelo alto rendimento do café, aumentando assim, o número de famílias japonesas para 700.

Os imigrantes japoneses sofreram mais do que os outros o impacto da terra nova. Encontraram no Brasil dificuldades enormes, desde as vinculadas a comunicação, praticamente impossível na época, até a ruptura de sua rotina alimentar.

Deste modo, não foi tarefa fácil recriar seus hábitos alimentares. No início, ao chegarem às fazendas, ficavam à mercê dos proprietários das vendas visto que, devido à dificuldade de comunicação, os conselhos pouco lhes serviam. O resultado foi o desconhecimento do preparo de alguns gêneros

alimentícios como a carne-seca e o bacalhau - na qual comiam apenas assados, não desconfiando por algum tempo da necessidade de deixá-los na água para amaciar e dessalgar.

Depararam-se também com obstáculos no cozimento do arroz agulha, por não encontrarem a medida de água necessária, colocando-a em demasia. Os imigrantes veteranos ensinavam o preparo à moda brasileira, com banha. No entanto, logo enjoavam, devido ao excessivo cheiro de gordura. Entre os imigrantes, a maioria absoluta preferia o arroz à japonesa. Ainda assim, gradativamente, o arroz tradicional acabou se tornando um elemento alimentício de grande importância encontrado na dieta brasileira.

As dificuldades culturais levaram os japoneses a estabelecerem como principal objetivo, a aquisição de um pedaço de chão para cultivo de seus próprios alimentos e a aprendizagem de outras culturas, como o café, o milho, o feijão e o algodão, motivando assim a vinda para a região de Londrina.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, João C. de. A Colônia Esperança: O Japonês na Frente Pioneira Norte Paranaense. Universidade Federal do Paraná: 1993.

BELTRÃO, Kaizô; SUGAHARA, Sonoe; UYEDA, Maria Helena; SETO, Claudia. Haine Raízes: Expansão da Comunidade Nikkei nos 100 anos de presença no Brasil. Associação Brasileira de Dekasseguis, Associação Cultural e Beneficente Nipo Brasileira de Curitiba. Curitiba: 1988.

FERNANDES, Priscila Martins. Identidades e Memória de Imigrantes Japoneses Descendentes em Londrina 1930 – 1970. 2010, 109 f. Dissertação (Pós-graduação em história social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

NIXDORF, Klaus. Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos 1930 – 2004. Londrina: Associação Pró-memória de Londrina e Região, 2004.

OGUIDO, Homero. De imigrantes a pioneiros: A Saga dos japoneses no Paraná. 2.ed. Curitiba: Gráfica Ipê: 1988.

YAMAKI, Humberto. Labirinto da Memória: Paisagens de Londrina. Londrina: Edições Humanidades, 2006 .

PARAGENS LITERÁRIAS NO CIBERESPAÇO: UM PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL?¹

Elisangela Viana
Taiza Mara Rauen Moraes
Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

RESUMO

Essa pesquisa investiga as manifestações literárias no ciberespaço sob o prisma patrimonial. Partindo de conceituações de cultura e patrimônio, compreendeu-se que os espaços literários criados no/para o ciberespaço podem ser considerados patrimônio digital como conceitua Dodebei (2006). Investiga questões como preservação e conservação desse patrimônio nascido digital e que possui a volubilidade inerente a sua criação e constituição a partir de análises dos weblogs dos poetas Rubens da Cunha e Gabriela Cristina Carvalho que utilizam os espaços virtuais para a publicação e realização de experiências literárias: espaços que suscitam diferentes experiências estéticas propiciadas pelas tecnologias de leitura, navegação e interação.

Palavras-chave: Patrimônio digital; literatura pós-moderna; ciberespaço

INTRODUÇÃO

A pós-modernidade é marcada pela fragmentação, fluidez e desestabilização de valores. O indivíduo pós-moderno, após passar pelo descentramento identitário (HALL, 2006) passa agora a ter múltiplas identificações: a sociedade (re) desenha-se constantemente num cenário multicultural. Nesse contexto, as definições de cultura e patrimônio cultural são temas recorrentes.

O conceito fundante de cultura que sustenta as discussões é de Canclini (2005) que parte da oposição *Cultura X Sociedade* para (re)significar o termo como um processo social de significação. Partindo dessa premissa, compreendemos patrimônio cultural como o conjunto de valores (num complexo que emaranha materialidade e intangibilidade) e que tangencia

¹ Pesquisa desenvolvida para o Prog., de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univ. da Região de Joinville – UNIVILLE financiada pela Fundação de Apoio a Pesquisa de Santa Catarina – FAPESC pelo edital 013/2009.

a identificação por parte de um grupo de pessoas. Mas o que dizer das manifestações culturais encenadas no ciberespaço, também elas podem ser consideradas patrimônio cultural, apesar da volatilidade nelas inerente?

A tessitura social impregna e é impregnada com o avanço das tecnologias. O ciberespaço, termo utilizado para representar esse mundo virtual conectado através computadores e sistemas que perfazem o “sistema do caos” - como Lévy (1999) o define -, espelha a tessitura social nos seus muitos e múltiplos espaços virtuais de telecomunicação.

O ciberespaço encena em seus conteúdos as disputas sociais que percebemos no ‘mundo real’, com espaços virtuais que podem ser, ao mesmo tempo, locais e globais, manifestações culturais que podem ser significativas para o criador do espaço e para quem o frequenta.

Nesses novos espaços as manifestações culturais imbricam recursos tecnológicos para criar experiências culturais, artísticas e estéticas em que até mesmo as relações tradicionais artista-obra-fruidor são redimensionadas a partir da interatividade que as tecnologias, principalmente as de weblogs podem proporcionar. Portanto, imerso nessa tecnodiversidade está o patrimônio cultural digital, que o homem contemporâneo cria e recria em espaços dinâmicos, apontando para novos tempos em que essas relações precisam ser investigadas para a compreensão da própria humanidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dodebei (2006) considera patrimônio digital o conjunto de bens culturais criados em ambientes virtuais ou duplicados em processos de digitalização e que representam fragmentos de memória, com o qual um grupo de indivíduos pode se identificar.

Partindo dessa consideração, analisamos dois *weblogs* (ou apenas *blogs*) de autores joinvilenses, que imbricam linguagens hipermediais e verbais na construção de textos literários num ambiente de interação tecnológica. Rubens da Cunha mantém o blog “Casa de Paragens”² que possui um grande acervo de obras originais e como um ‘rascunho’, cria textos híbridos de gênero e linguagem.

2 Disponível no endereço: <http://casadeparagens.blogspot.com/>

3 Disponível no endereço: <http://fragmentosdeser.blogspot.com/>

O blog é como seu tubo de ensaio. Gabriela Cristina Carvalho também cria um espaço de experimentação sensível no seu blog “Fragmentos de Ser”³, mas não permite a postagem de comentários, restringindo a interação do usuário à leitura apenas, embora mescle linguagens hipermediais na construção do espaço.

Os textos literários, criados em espaços virtuais com suportes digitais (linguagens de programação *hipermediais* baseadas no código binário), revelam, numa interação dialética com a sociedade, as angustias, desejos e inseguranças do homem e mulher contemporâneos. Os comentários, as interações entre autor/leitor, os seguidores, as comunidades criadas a partir desses espaços demonstram a identificação cada vez maior de usuários com espaços virtuais e com espaços de leitura e fruição literária.

Por outro lado, a volatilidade do ciberespaço traz também algumas preocupações no que diz respeito à sua preservação. Na cibercultura, um determinado espaço pode ser criado num dia e no dia seguinte, ser desativado. É uma arte que nasceu para ser efêmera e muitas vezes, busca a efemeridade. Ao ser desativado, podemos estar perdendo reflexões que poderiam vir a ser importantes para o nosso referencial cultural e suscita as questões que atravessam os nossos desejos de patrimonialização. De acordo com Darnton (2010) já há algumas iniciativas no sentido de preservar essas manifestações, mas ainda estão longe de consolidar maneiras eficientes de conservar e preservar esse material que nasceu digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações literárias no ciberespaço constituem-se como fragmentos de memória, espaços virtuais em que expressões e experimentações literárias podem ser manifestadas imbricando linguagens verbais e *hipermediais*. Com uma estrutura volátil de criação e sustentação, esse patrimônio digital suscita questões de conservação e preservação das manifestações da nossa era ainda longe de consolidações.

No espaço cibercultural as possibilidades de leitura podem ser amplas e as experiências diversas. De tal forma, que, dependendo do trajeto que o usuário decidir tomar, diferentes identificações passam a ser construídas e transformadas, revelando instabilidades identitárias pelas quais o homem contemporâneo passa, refletidas nos textos e espaços literários criados numa dialética com a sociedade.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, Desiguais e Desconectados. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CARVALHO, Gabriela Cristina Carvalho. Fragmentos de Ser. Disponível em: <<http://fragmentosdeser.blogspot.com>> Acesso em 30 mai 2011

CUNHA, Rubens da. Casa de Paragens. Disponível em: <<http://casadeparagens.blogspot.com>> Acesso em 30 mai 2011

DARTON, Robert. A Questão dos Livros: passado presente e futuro. Trad. Daniel Pelizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In

MARTINS, Francisco Menezes e SILVA (orgs). Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. 3ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. O que e virtual?. São Paulo: Editora 34, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. Arte e cultura: equívocos do elitismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

“UMA LEITURA DOS USOS E APROPRIAÇÃO DA PRAÇA 1º DE MAIO”

Thayza de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

RESUMO

Este trabalho refere-se aos trabalhos desenvolvidos no subprojeto “Uma Leitura sobre os Usos e Apropriações da Praça 1º de Maio”, orientado pela Profª Drª Ana Maria Chiarotti de Almeida e relacionado ao projeto de pesquisa “Patrimônio Cultural: Discursos Sobre Lugares De Memória”, que pretende apreender os sentidos atribuídos por indivíduos e grupos à determinados espaços, praças e monumentos localizados em Londrina. Optamos por um desses espaços públicos da cidade, a Praça 1º de Maio, mais conhecida como “Concha Acústica” e considerada um “lugar de memória” (NORA, 1993), localizada no espaço tido como “centro histórico” da cidade. O objetivo do subprojeto é o de sistematizar elementos históricos acerca dos usos, apropriações e sentidos que a população londrinense atribuía a Praça 1º de Maio ao longo da história de Londrina.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Lugar de Memória, Memória Coletiva.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de compreendermos as relações que a população londrinense estabeleceu com a Praça 1º de Maio e levantarmos seus diferentes usos e apropriações ao longo da história de Londrina, tivemos de recorrer à colonização e desenvolvimento da cidade, para que pudéssemos acompanhar esse logradouro enquanto espaço sujeito à mudanças da cidade e a sua importância enquanto suporte material do Patrimônio Cultural e da Memória Coletiva da região e município.

Para tanto, foram necessárias discussões teórico-metodológicas com o grupo do projeto de pesquisa, análise documental e historiográfica, especialmente sobre o projeto colonizador da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP e suas intervenções na região Norte do Paraná, leituras

1 Entidade financiadora PIBIC/Cnpq/UEL

* Graduanda do 3º ano de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

sociológicas e antropológicas, considerando o espaço enquanto construção de sociabilidades e acontecimentos que marcaram e ainda marcam seus usos e apropriações por diferentes grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível constatar que o espaço da Praça 1º de Maio, na década de 1950, comportou a terceira Rodoviária da cidade, porta de entrada” para diversos compradores de terra e também para as pessoas, migrantes rurais e urbanos, que vinham de outros lugares do país e exterior, para trabalhar em Londrina, já que a cidade e região eram consideradas dotadas de riquezas naturais, conforme ampla propaganda da CTNP (mata nativa, terras férteis para agricultura e importante bacia hidrográfica). (ARIAS NETO, 1998; ADUM, 1997).

Na década de 1950, foi anexada à Praça, uma “Concha Acústica” e anfiteatro ao ar livre, inaugurada no dia 1º de maio de 1957, Dia do Trabalhador, iniciativa do prefeito da época Antônio Fernandes Sobrinho e do engenheiro José Augusto de Queiroz; esse projeto foi inspirado em obra semelhante da cidade de Vitória – Espírito Santo, projetada pelo arquiteto Francisco Bolonha.

De acordo com informações obtidas no fascículo Concha 50 Anos (2007) a partir da década de 1960, a “Concha Acústica” foi palco de espetáculos e shows, como apresentação de circo na década de 1960. Além desses espetáculos, a “Concha” era o ponto de encontro entre amigos e namorados, da realização das “Feiras das Nações”, local de comemorar os aniversários da cidade, de projeção de filmes e espaço de manifestações sindicais e políticas.

No entanto, quando estava próxima de completar seus 50 anos em 2007, devido a sua deterioração, foi realizada uma revitalização, acompanhada da construção de um monumento denominado Memorial do Pioneiro. Atualmente, a Praça abriga esse monumento inaugurado no dia 1º de maio de 2007, formado por um conjunto de 17 totens, uma tentativa de dar voz a outros personagens importantes na colonização e desenvolvimento da cidade, como os indígenas, peões, trabalhadores rurais e urbanos, pequenos sítiantes, entre outros. Ou seja, dão espaço para grupos não hegemônicos, rompendo de alguma maneira com a visão hegemônica de “pioneiro” – categoria nativa e construída na cidade e região baseada no sentido épico da ação da empresa colonizadora – CTNP. Este sentido está presente na memória da população, que considera “pioneiro” da cidade pessoas que conseguiram ascensão sócio-econômica, sempre relacionados, de alguma forma, à ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital inglês

associado a empresários paulistas, que adquiriu do governo do Estado significativa parte das terras norte paranaenses na década de 1920 e desenvolveu um projeto de colonização na cidade e região. (ADUM, 1997; ARIAS NETO, 1998).

CONCLUSÕES

Durante o trabalho de pesquisa foram destacados diferentes usos e apropriações da Praça 1º de Maio. A partir do levantamento documental acerca da colonização da cidade notamos que há uma concepção de “pioneiro” que se fixou na história de Londrina, através de diferentes representações, porém, sempre relacionadas aos sentidos épicos e heróicos daquele que chegou à região e prosperou com a atividade agrícola junto ao projeto bem sucedido de colonização da CTNP.

O espaço da Praça 1º de Maio – “Concha Acústica” - além de ter sido, no passado, importante “porta de entrada” para quem chegava à cidade, ao longo do tempo abrigou importantes manifestações políticas e culturais, além de espaço de lazer da população no centro da cidade. No presente, com a revitalização de todo o espaço e construção do Memorial do Pioneiro, continua sendo usado pela população de diferentes formas.

Em uma segunda fase de trabalho lançaremos um olhar antropológico sobre esse espaço, a partir de uma etnografia urbana à luz da concepção de perto e de dentro (MAGNANI 2001), de forma íntima e detalhada, através de observações diretas, a fim de capturar os diferentes usos, apropriações e significados que os indivíduos e grupos atribuem à Concha Acústica, e, em especial, ao Memorial do Pioneiro.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia Maria S. L. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930 – 1960)*. (Dissertação), UNESP, Assis, São Paulo: 1997.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Edel, 1998.

CONCHA 50 ANOS - Maio de 2007, Coleção LONDRINA NO TEMPO, Prefeitura de Londrina, Secretaria Municipal de Cultura.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. In: *Projeto História*, São Paulo (10), dez. 1993.

MAGNANI, José Guilherme C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.17, n.49, 2001.

OS SENTIDOS DO MUNDO PÚBLICO E DO MUNDO PRIVADO ATRIBUIDOS A UM LUGAR DE MEMÓRIA.¹

Alexandre Perez Fernandes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

A noção que se tem da esfera pública nos dias de hoje já não é a mesma que há algum tempo; como descreveu Zygmunt Bauman (2000), a sociedade contemporânea é marcada pela *Unsicherheit* “*termo alemão que funde experiências para as quais outras línguas podem exigir mais palavras – incerteza, insegurança e falta de garantia*”. Essa insegurança descrita por Bauman caracteriza uma sociedade cujos agentes tendem a se retrair à esfera individual, cada vez mais distantes da esfera pública. Nesse contexto, podemos pensar o Patrimônio Cultural como um importante elo entre essas duas esferas. Assim, investigamos se o patrimônio e a memória coletiva exercem função social, tirando o indivíduo da situação de *Unsicherheit*.

Palavras-chave: patrimônio cultural, memória coletiva, público e privado.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é investigar as noções de público e privado, presentes no imaginário e na prática das pessoas que vivem os espaços urbanos de Londrina. Esta investigação parte de uma análise mais abrangente do tema, proposto pelo projeto de iniciação científica “Memória Coletiva e Patrimônio Cultural: Discursos sobre a cidade”, que se orienta pelo conceito antropológico de cultura de Clifford Geertz considerando que todo homem produz cultura e que tal produção diz respeito a equipamentos materiais e redes de significância por ele atribuída a essa produção. (GEERTZ 1989). Tomamos também como referência o conceito de Memória coletiva de Maurice Halbwachs que a define como lembranças vivas, isto é, recordações individuais relacionadas a outros indivíduos, grupos e instituições. (HALBWACHS, 2004).

A pesquisa toma como objeto de análise o Memorial do Pioneiro, a Praça 1º de Maio e o Centro Comercial, um conjunto de edificações que pode

1 Entidade financiadora PIBIC/IC/UEL

* Graduando do 4º ano de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

ser considerado patrimônio cultural de Londrina. Assim, este resumo ampliado tenta captar, no discurso dos usuários e moradores que vivem esses espaços, suas noções e representações acerca do público e do privado, tendo como referência esses espaços de memórias.

Zygmunt Bauman, em seu livro “Em Busca da Política”, considera aspectos que conferem fluidez à sociedade contemporânea e como eles caracterizam a relação que o cidadão comum, individual, tem com o mundo público, bem como os interesses coletivos de todos os que partilham um mesmo espaço. Na análise de Bauman, fica demonstrado que as pontes entre a vida pública e privada estão destruídas ou nem mesmo foram construídas. (BAUMAN, 2000).

Orientados por esta perspectiva de Bauman, entendemos que espaços revitalizados e preservados correspondem às “pontes restauradas”. Pontes capazes de constituir ágoras de um novo tipo, trazendo os indivíduos à esfera pública por meio da fruição do passado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos materiais demonstrou que os entrevistados mantêm uma forte identificação com a praça 1º de Maio, com seu entorno e atividades culturais nela desenvolvidas. Comparando dois depoimentos, o primeiro de uma moradora do entorno da praça e o segundo de uma profissional vinculada à política de preservação do Patrimônio Cultural do município – e que também vivencia o entorno da praça – é possível fazer um contraponto entre duas leituras a respeito do mesmo lugar de memória.

É o caso de Dona G. (90 anos), moradora do Centro Comercial que afirma gostar dos shows musicais apresentados na Concha Acústica e no relato que faz do seu envolvimento com a restauração da praça *“A arquiteta acho que fui eu; que fui acudir quando eu vi os pedreiros lá [...]. Porque aí eles tiraram todos os bancos antigos, mas os bancos antigos eram colados um no outro [...]. Eu descí lá, o pedreiro já tava colocando na mesma distância, que tava a marca. Aí eu falei: escuta, mas vai ter o mesmo... olha não vai poder fazer isso”*. (G, 90 anos). Todavia, quando indagada sobre o Memorial do Pioneiro, demonstrou pouco interesse: *“Não, pra mim é indiferente”*. (G, 90 anos).

Mais do que uma identificação com o patrimônio material, Dona G. demonstra expressar uma lembrança individual relacionada à memória

coletiva da política londrinense, quando recorda o passado e a recepção que os moradores do Centro Comercial fizeram ao candidato a governador eleito José Richa, também morador do conjunto residencial. *“Naquele tempo a gente tinha paixão pelo seu candidato. [...] A gente, com o Richa, nossa! A gente ficou todo lá na ponta, da entrada dele, da casa. Eu já fiquei na parte mais alta...”*

Vanda de Moraes (50 anos), Diretora do Patrimônio Artístico Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Londrina, ao falar sobre o Memorial do Pioneiro revela forte identificação e comprometimento com o monumento, uma vez que participou ativamente de todas as etapas de sua elaboração. Assim quando indagada a respeito do Memorial, sua fala produz sentidos que vão muito além da relação de quem apenas o vivencia: *“Quando eu estou em Londrina, eu sou moradora daqui. Eu me reconheço na cidade de que forma? Através desses elementos, e se eles sumirem? Eu me perco, eu não sei onde eu estou, eu perco minha identidade. Então, a gente tem que preservar esses elementos estruturadores para não perder essa identidade, isso não é obrigação minha só, é de todos nós”* (Vanda de Moraes, 50 anos).

CONCLUSÕES

Os dois depoimentos demonstram que, mais que o monumento, importante é uma cotidianidade vivenciada no presente e reportada ao passado que os vincula a uma memória coletiva ligada ao espaço em questão, este sim capaz de retirá-los de sua esfera de vida privada inserindo-os na esfera pública.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ltc, 1989
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart, A identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.17 n.49, p.11-29, jun. 2002

MEMÓRIA TURÍSTICA: O LUGAR DE MEMÓRIA E O TURISMO

Melina de Araujo Vicente

Aluna do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural
e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO

Este trabalho se refere a um projeto de pesquisa e visa abordar a relação entre o lugar de memória e o turismo, pois tal lugar também passa a ser um lugar de memória turística, ao ter uma nova função, a contextualização do observador que não é residente local. A exploração do lugar de memória o torna atrativo turístico, que cria no turista uma percepção diferenciada do bem, ao permitir uma aproximação entre o passado e o presente, mesmo ele não sendo parte direta desta história e cultura. A memória social se baseia no passado, pelo que é lembrado no presente, e sua relação está diretamente ligada com aqueles que estão mais próximos dessas experiências e vivências, e de seus descendentes, e é neste encontro que o lugar de memória acaba existindo e se tornando um bem de valor inestimável. Sua preservação é consequência e o turismo se apropria disso.

Palavra-chave: Lugar de Memória. Turismo. Cultura.

INTRODUÇÃO

A atividade turística acompanha os passos da humanidade. Porém, sua participação na história foi reduzida à contextualização parcial, ao interagir com outro ambiente e disso resultar algum fato importante. Mas o turismo abrange um sistema amplo, aberto e dependente de variáveis e se relaciona com os outros sistemas e está presente no de todos (BENI, 2004). Observa-se, então, que é um fenômeno das pessoas e suas relações. Não se delimita à área econômica; ele é muito maior.

O que falta é identificar e compreender que seu sistema é grande e solidificado; as pessoas desconhecem que sua essência “[...] exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades visitadas [...]” (MOESCH, 2000, p. 14).

A percepção do turismo é importante, pois se apropria dos espaços e das culturas. Cada uma possui história, memória e legado, uma identidade e, por ela, dão continuidade e sobrevivência. Assim, elegem-se símbolos a serem cultuados e lembrados, que serão referenciados no processo de continuidade social.

Segundo Kiefer (2001), a memória social está contida, inclusive, em bens e elementos de uma cidade e se tornam pontos de referência, auxiliando na construção e preservação identitária. Possuem valor tanto aos residentes locais como para um turista.

Para Meneses (2006), uma pessoa procura estar em contato com as diferenças culturais, para compreender não só os significados existentes, mas poder reconhecer sua cultura em relação às outras, aproximando ou distanciando os elementos que as compõem, territorial e subjetivamente.

A abordagem do turismo e suas relações é importante ao estudo. Há a necessidade pela compreensão na sua identificação no consumo dos bens e lugares de memória das culturas. Por isso, o projeto será qualitativo, em estudo exploratório, com pesquisa bibliográfica, com amostragem de autores em turismo, cultura e áreas correlatas como fontes primárias e secundárias à elaboração da temática.

O lugar de memória é um local que consagra ou é consagrado diante de fatos e lembranças, o leva tanto à relevância da recordação e divulgação, como do próprio esquecimento. Normalmente, é construído historicamente, por meio de conflitos e intencionalidades, o que aumenta sua atratividade. Podem se enquadrar em lugares de memória bibliotecas, museus, instituições de ensino, templos religiosos, etc. Possui tripla concepção, ao relacionar o lado material, o funcional e o simbólico. No primeiro, há a sensibilização entre o objeto e o sujeito; no segundo, pois apreende e apresenta as memórias coletivas; e onde os elementos identitários não só se expressam como se revelam (NORA, 1993 apud NEVES, 2011).

A memória é parte essencial de uma pessoa, é uma fonte de referências (KIEFER, 2001). A individual se baseia no conhecimento e experiências próprias da pessoa; a social é a que está mais próxima da verdade, na aproximação informacional das fontes individuais e originais, ou secundárias. Percebe-se que a sensibilização dos lugares de memória ocorre por aqueles que estão diretamente ligados a eles, pois são determinantes na configuração da cultura e identidade. Estabelecem referências de memória ao estarem vinculadas ao campo afetivo e às raízes culturais.

Para Xavier (2007, p. 11), “[...] leva-se em consideração o sentimento das pessoas, seus laços afetivos com o meio ambiente e suas atitudes em relação aos lugares”. O lugar de memória é também percebido por turistas e a sensibilização será pela aproximação com a fonte original e influenciada pelo contexto a que está inserido. Há sim um fenômeno que ocorre quando o turista encontra o lugar de memória do outro. A sensibilização pode partir para dois caminhos, a aproximação ou o estranhamento, entre o sujeito e o objeto.

No primeiro, os elementos identificados estão próximos dos que compõem a personalidade cultural do turista observador, ou até mesmo, sensibilizam-no ao ponto de criar laços com o bem, a cultura e os residentes; por outro lado, pode não sentir nada, ou simplesmente não entender ou gostar do que está captando, o que também pode estar ligado a uma referência de memória não agradável do turista.

Diante disso, essa busca, identificação, aproximação ou estranhamento, pode se caracterizar como permanente ou efêmero. Seja como for, isso é uma memorização turística. Apesar de os laços não serem mais profundos com o objeto relacionado como ocorre com os residentes locais, esse fenômeno intercede pela sensibilização e cria no turista observador uma memória única e que pode ser considerada forte o suficiente para ser apreendida. Por esse motivo, é preciso que esse assunto seja explorado para haver a compreensão do fenômeno da memorização turística.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 10 ed. São Paulo: Senac, 2004.
- KIEFER, C. Apresentação. In: POSSAMAI, Z. R. (org.). A memória cultural numa cidade democrática. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.
- MENESES, J. N. C. História & turismo cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MOESCH, M. M. A produção do saber turístico. São paulo: Contexto, 2000.
- NEVES, M. S. Lugares de memória da medicina no Brasil. História e Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2011.1 p. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/frame.htm>>. Acessado em: 18 de set de 2011.
- XAVIER, H. A percepção geográfica do turismo. São Paulo: Aleph, 2007.

O PLANO DIRETOR DE LONDRINA E A LEI DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LONDRINENSE

Vanda de Moraes
Prefeitura Municipal de Londrina / Secretaria Municipal de Cultura /
Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural
Aluna do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural
e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO

A proposta de revisão do Plano Diretor de Londrina, instituído em 1998, previa a discussão e atualização das leis e códigos municipais que já compunham o instrumento – Lei do Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei do Sistema Viário, Código de Posturas e Código de Obras; e também a criação de outros já indicados por ele, mas que ainda não haviam sido criados: o Código Ambiental e a Lei de Preservação do Patrimônio Cultural Londrinense. A integração das diretrizes patrimoniais nos demais instrumentos foi um dos desafios perseguidos.

Palavras-chave: Plano Diretor, Leis Complementares, Lei de Preservação do Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

A partir de agosto de 2005, iniciou-se com a coordenação do IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, o Plano Diretor Participativo contando com cursos de capacitação, palestras, oficinas comunitárias realizadas em todas as regiões e distritos rurais da cidade, e oficinas técnicas e comunitárias específicas para discussão de cada uma das leis complementares. A etapa mais recente consistiu na realização de cinco Conferências Municipais das Leis Complementares. A etapa seguinte é a discussão de cada uma delas pela Câmara de Vereadores e posterior sanção pelo Prefeito Municipal.

AS LEIS COMPLEMENTARES E CÓDIGOS QUE COMPÕEM O PLANO DIRETOR DA CIDADE DE LONDRINA

O Plano Diretor é responsável pela organização do crescimento e funcionamento da cidade como um todo, sendo orientador das políticas públicas, compreendendo não só as áreas urbanas como as rurais, baseando-se sempre nas várias Leis Complementares e Códigos Municipais, sendo estas a Lei do Perímetro Urbano, Lei do Sistema Viário, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, e os Códigos de Posturas e de Obras. Estes instrumentos já existiam e passaram por atualização e aprimoramento (IPPUL, 2011). No processo de revisão do Plano Diretor da Cidade também foram propostos a Lei de Preservação do Patrimônio Cultural e o Código Ambiental (CML, 2011), até então inexistentes.

A Lei de Preservação do Patrimônio Cultural Londrinense cria os processos de Listagem de Bens de Interesse de Preservação e o processo de Tombamento Municipal, assim como cria o Conselho e o Fundo Municipal de Preservação do patrimônio Cultural Londrinense (PML, 2011).

O Código Ambiental, por sua vez, regula as ações do poder público e da coletividade, que garantam proteção, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do ambiente ecologicamente equilibrado.

A Lei de Preservação do Patrimônio Cultural Londrinense e sua Relação com os Demais Códigos e Leis Complementares.

A discussão da minuta de Projeto de Lei de Preservação do patrimônio Cultural Londrinense teve seu início em 2002, por ocasião da realização de projeto patrocinado pelo PROMIC – Programa Municipal de Incentivo à Cultura, denominado “Plano Diretor de Preservação, coordenado pelo Prof. Dr. Humberto Yamaki; que além de definir diretrizes básicas para a atuação do órgão municipal de preservação, também forneceu documento preliminar para discussão (YAMAKI, 2002)”. Este documento foi amplamente discutido ao longo de sete anos e encaminhado, em 2008, à equipe do Plano Diretor da Cidade. Foi ainda objeto de algumas revisões até ser remetido para a 1ª Conferência das Leis Complementares do Plano Diretor de Londrina, pela qual foi aprovada em 18 de janeiro de 2010 e finalmente aprovada e sancionada pelo Prefeito Municipal sob nº. 11.188 de 19/04/2011.

O fato de ser a primeira das leis complementares a ser encaminhada permitiu que fossem incorporadas nas demais propostas de leis complementares questões pertinentes à preservação já indicadas. Isso exigiu um grande esforço do órgão municipal de patrimônio no sentido de participar das oficinas técnicas e comunitárias, além das demais Conferências, apresentando e defendendo propostas consoantes com o texto proposto na Lei de Preservação.

Como exemplos de inter-relação entre a Lei de Preservação e as demais Leis e Códigos podem ser citados a proibição de concessão de licenças para comércio ambulante ou quiosques na área de entorno ou de forma a impedir a visibilidade de bens tombados (Código de Posturas); submissão ao órgão de patrimônio dos pedidos de alvará de demolição em áreas específicas previstas pela Lei de Preservação (Código de Obras); a valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico; como consideração urbanística a ser obedecida por empreendimentos imobiliários (Lei do parcelamento do Solo Urbano); manutenção da Zona Especial de Ocupação Controlada – ZE-02, que se destina à proteção do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico e ainda a criação da Zona Especial de Interesse Turístico, Cultural e Ambiental e Zona Especial de Fundo de Vale e de Preservação Ambiental (Lei de Uso e Ocupação do Solo).

CONCLUSÕES

A inserção das questões patrimoniais na legislação que rege a cidade é passo primordial para a preservação dos elementos que formam a paisagem cultural da mesma. Por isso a necessidade dos órgãos municipais de patrimônio se integrarem às discussões gerais e garantirem seu espaço. Por fim o bom relacionamento nascido da convivência dos órgãos de patrimônio com os demais segmentos da administração municipal, permite que atitudes preservacionista sejam tomadas até mesmo antes das aprovações de leis específicas. Por outro lado a pouca participação da comunidade externa no processo de discussão associado ao fato do município possuir, na ocasião, somente uma servidora no órgão de patrimônio, de alguma forma compromete o resultado geral, assim como nos faz refletir sobre a agilidade e o comprometimento do poder público quanto à estruturação necessária desse órgão, a fim de que o mesmo possa implementar de maneira efetiva a Lei aprovada.

REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Projetos de Leis Complementares do Plano Diretor de Londrina. 2011. www.cml.londrina.pr.gov.br

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA – IPPUL. Plano Diretor Participativo. Londrina 2011. www.londrina.pr.gov.br/ippul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Lei nº. 11.188 de 19/04/2011. Londrina. 2011. www.londrina.pr.gov.br/cultura

YAMAKI, Humberto (coord.) Plano Diretor de Preservação de Londrina – Documento para Discussão. Londrina. 2002. www.londrina.pr.gov.br/cultura

PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA CULTURAL DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE LONDRINA, NA PERSPECTIVA DE UMA POLÍTICA DE ATUAÇÃO PATRIMONIAL

Solange Cristina Batigiana

Vanda de Moraes

Prefeitura Municipal de Londrina / Secretaria Municipal de Cultura

RESUMO

A cultura é um direito novo para os cidadãos brasileiros. A experiência de sua implementação como uma política pública é um desafio que muitos municípios e estados vêm experimentando. Londrina tem buscado implementar sua política pública de cultura através de um novo enfoque de gestão e participação social.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Incentivo à Cultura

A cultura é um direito novo para os cidadãos brasileiros. Muitos podem vê-la como um penduricalho, como diversão. Mas, hoje ela é muito mais que isto. A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Estado Brasileiro uma série de responsabilidades no atendimento das necessidades do cidadão, seguindo um modelo relacionado ao Estado do Bem-Estar Social europeu.

Entre os princípios fundamentais, expostos no artigo 1º, I a V da Constituição Federal, estão: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Atualmente, a Administração Pública tornou-se gestora de políticas sociais importantes para o cidadão, tais como: saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, trabalho, mulher, idoso, entre outras.

Muito embora a cidade de Londrina, desde os seus primeiros dias, já contasse com uma vida cultural interessante, na estrutura administrativa do Município, a área da cultura foi durante muito tempo apenas um setor e, posteriormente um departamento da Secretaria Municipal de Educação.

Somente em 1992, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, ocorre de fato uma estruturação do atendimento público ao segmento. Este atendimento era feito principalmente através dos setores de Ação Cultural e

de Bibliotecas, já consolidados, e do setor de Patrimônio Cultural que dava então seus primeiros passos.

Nos últimos 10 anos (2001-2011), a Secretaria Municipal de Cultura vem atuando, privilegiando sua ação, no fomento à cultura municipal. Sua ação tem sido a de proporcionar apoio aos produtores culturais no desenvolvimento de suas atividades.

Esta ação na esfera do fomento público é mais antiga. Ela se inicia, em 1992, com a criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, baseada na experiência da cidade de São Paulo, proporcionando ao produtor cultural londrinense o apoio às suas atividades através da renúncia fiscal.

Em 2001, foram aprovadas novas diretrizes na 1ª Conferência Municipal de Cultura, entre elas estava a criação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC. O programa foi pensado como o objetivo de aprimorar o mecanismo de incentivo cultural municipal, ampliando o seu espectro de ação e promovendo desta forma amplas modificações na legislação existente.

A legislação que implementou a proposta incorporava uma tendência contemporânea de reconhecer a relevância pública de um grande conjunto de grupos, projetos e agentes sociais. O PROMIC propunha a realização das políticas públicas na forma de parcerias entre Estado e Sociedade Civil, com os cidadãos se envolvendo em sua elaboração e execução. A lei n.º 8984, de 06 de dezembro de 2002, estabeleceu a criação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC) e o Fundo Especial de Incentivo à Cultura (FEPROC), diferenciando-se da proposta anterior pelos seguintes aspectos: o mecanismo de apoio a todos os projetos culturais apresentados e aprovados seria o Fundo Especial de Incentivo à Cultura (FEPROC); e o estabelecimento de duas categorias de projetos passíveis de receber os recursos do FEPROC: Projetos Culturais Independentes (PCI) e Programas e Projetos Estratégicos (PPE).

Constituiu uma mudança qualitativa a idéia de projetos e programas de caráter estratégico a serem gerenciados por produtores culturais, abrindo uma nova frente onde a sociedade civil possa influir nas decisões públicas, movimentando recursos no processo de desenvolvimento cultural.

Neste contexto os projetos incentivados na área de Patrimônio Cultural representam a implementação do conceito de parceria preconizado para a realização dos serviços públicos sociais. Através da articulação empreendida

pela Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico Cultural, buscando parcerias com entidades e produtores culturais foram propostos muitos projetos com foco nas mais diversas ações, tais como, a preservação, a reflexão sobre a construção de uma política patrimonial em uma cidade de colonização recente como Londrina, a educação patrimonial, produção de inventários de bens culturais, publicações de pesquisas, acervos fotográficos, entre outras.

CONCLUSÕES

Cada vez mais a realização de ações que contribuem para a preservação dos bens culturais é o resultado da ação do Estado e da participação da sociedade civil. Londrina possui uma experiência produtiva e sólida nesta área. O atual desafio é a manutenção e o aprimoramento das ações que vem sendo desenvolvidas através das parcerias entre a Administração Pública, as entidades e os produtores culturais. Todos, na medida de sua responsabilidade, deverão consolidar cada vez mais a Política Pública de Cultura, incluindo-se aí a área Patrimonial, como política de Estado e não somente de governos.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Maria Paul Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

YAMAKI, Humberto (Coord.). Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural Londrinense. Londrina. 2002. Disponível em http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_cultura/patrimonio_historico/pdcp.

RUA SERGIPE, A PEQUENA TÓKIO

Camila Silva de Oliveira

Aluna do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural
e Identidades do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

No ano de 1934, quando foi oficialmente fundada, a cidade de Londrina já contava com algumas famílias de imigrantes japoneses tanto na zona rural quanto na cidade. Esses primeiros imigrantes, chefiados por Hikoma Ujihara, enfrentaram, no meio da mata virgem, a recém-inaugurada estrada que levava Cambará a Londrina. A maioria eram ex-colonos vindos de fazendas de café do Estado de São Paulo que haviam cumprido o contrato de permanência de um a dois anos. As famílias que não se dedicaram à lavoura escolheram a zona urbana para viver, desenvolvendo-se na prestação de serviço e no comércio. (ICZUCA, 1991). Seguindo a mesma rota da comunidade nipônica, viriam também os alemães, italianos, espanhóis e tantos outros estrangeiros e brasileiros em busca de oportunidade de trabalho e vida nova neste Eldorado Cafeeiro.

Também no ano de 1934 a Rua Sergipe já fazia parte do mapa oficial e do cotidiano da cidade. Além de ser uma das primeiras ruas do centro, exibia desde o início sua vocação para o comércio e para as novidades. Entre os anos 40 e 60 a Rua Sergipe abrigava grande número de lojas de propriedade dos japoneses e seus descendentes: relojoarias, armarinhos, calçados, roupas, utilidades domésticas, brinquedos, presentes, etc. “Pequena Tóquio” foi como a rua começou a ser chamada.

Este resumo expandido refere-se a um projeto de pesquisa que pretende traçar uma breve trajetória de duas significantes obras que pertençam à memória dos londrinenses, dos japoneses e seus descendentes, considerando principalmente a inter-relação que estabelecem com a cidade e seus habitantes. A partir do estudo desses três edifícios o projeto visa a transcender a análise arquitetônica para revelar parte da história não só da Rua Sergipe, mas da colonização japonesa, da cidade, dos seus habitantes comuns e famílias que ali se instalaram com o intuito de desenvolverem suas atividades de comércio e moradia.

O Edifício Tóquio será um dos representantes na pesquisa. Inaugurado em 1956, foi estrategicamente situado ao lado da rodoviária, hoje Museu de

Arte de Londrina. Com 14 pavimentos, era o terceiro mais alto edifício da cidade, ficando atrás apenas do Edifício Bosque (18 pavimentos) e das três torres do Centro Comercial (22 pavimentos cada uma). Igual a ele, apenas o Edifício Sul Brasileiro, construído em 1952. O Tóquio funciona como um edifício residencial, conservando as salas comerciais no térreo, junto ao passeio público.

O Bazar Ajimura é outro exemplo que resiste ao tempo. Funcionando há mais de 60 anos, o edifício que abriga os negócios da família de Dona Tokiko, 93 anos, é um representante típico do nosso repertório arquitetônico estilo Art Déco. Suas características mais marcantes são a platibanda escalonada que esconde parcialmente a cobertura em telha cerâmica e as pilastras de formas geométricas marcando as entradas do edifício, cuja implantação sem recuos liga-o diretamente ao passeio público. O interior do bazar ainda conserva com capricho suas vitrines de madeira escura, vedadas com vidro a fim de proteger os artigos da poeira vermelha.

Dona Tokiko chegou a Londrina com seu marido Massaji Ajimura na década de 40, após terem trabalhado em lavouras de café no interior de São Paulo. Como havia muitas mulheres na família, o patriarca decidiu abrir um bazar, considerando uma atividade mais favorável ao sexo feminino. Assim, concluído em 1943, o edifício foi construído para também abrigar a residência da família, que fica ao fundo da loja. Os edifícios de uso misto, como o da família Ajimura, eram comuns naquela época.

Como fonte de referência serão usados periódicos produzidos pela ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), que frequentemente tratam de assuntos pertinentes à qualidade e às mudanças ocorridas ao longo da vida da Rua Sergipe e de seus comerciantes. O portal eletrônico e o jornal *nikkei2 Paraná Shimbun* também serão usados como fonte bibliográfica por eventualmente produzirem matérias relacionadas ao processo de colonização japonesa e à história de pessoas e famílias pioneiras do Norte do Paraná que contribuíram para o desenvolvimento da região. Informações técnicas e dados históricos também serão consultados no arquivo do Museu Padre Carlos Weiss. Também será de grande importância consultar alguns comerciantes que ainda atuam em seus negócios, funcionários e moradores que tenham vivenciado a época, assim como professores e pesquisadores que já tenham tido envolvimento em pesquisas relacionadas ao assunto.

Um dos desafios para o desenvolvimento desta pesquisa é a carência de fontes bibliográficas que remontem aos fatos, histórias e registros da época

da Pequena Tóquio. Em vista disso, um dos objetivos do futuro artigo é que, em meio às memórias individuais, registros, análises espaciais e arquitetônicas, surja um material que possa contribuir para a formação da memória coletiva, para a preservação da nossa identidade, para ser degustado por quem gosta de histórias e, principalmente, por quem não as conhece, porque uma história puxa a outra.

REFERÊNCIAS:

CASARIL, Carlos Casemiro. Formação sócio-espacial de Londrina-PR e seu processo precoce de verticalização urbana. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 32 - 53. Florianópolis, junho de 2011. Disponível em http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed07/n07_art02.pdf. Acesso em 06/10/2011.

CASTELNOU, Antonio. Arquitetura Art Decó em Londrina. Londrina: Atrito Art, 2002.

ICZUCA, Toshio. Colônia japonesa no início de Londrina. Disponível em <http://www.paranashimbun.com.br/Cadernos/cronicas-nikkei/1991-colonia-japonesa-no-inicio-de-londrina>. Acesso em 06/10/2011.

NOGUEIRA, Mayhara. Segredos da longevidade: vida e negócios que resistem ao tempo. Disponível em <http://www.paranashimbun.com.br/Cadernos/perfil/2033-segredos-da-longevidade>. Acesso em 06/10/2011.

PEDRIALI, José Antônio. Sete décadas: Sergipe, desde sempre o comércio. Disponível em <http://www.acil.com.br/jornal/109/7/9>. Acesso em 05/10/2011.

A RUA SERGIPE ATUAL: “UM OLHAR DE PERTO E DE DENTRO”¹

Diogo Pablos Florian
Rafael Antonio da Luz Sanches
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

A presente comunicação resulta de uma abordagem etnográfica realizada na Rua Sergipe, em Londrina, orientada pela perspectiva “de perto e de dentro”, na busca de como os seus frequentadores, entendidos como atores sociais que conferem densidade aos espaços da cidade, estabelecem redes de sociabilidade, configuram deslocamentos, enfim, conferem vida ao urbano. É o que permite a Antropologia Urbana orientada pelo método etnográfico. A análise busca identificar, na Sergipe, a existência de uma função preponderante relacionada ao comércio do centro histórico de Londrina e definidora da circulação de transeuntes. Possíveis pontos de sociabilidade com relações sociais mais duradouras, atividades culturais e até mesmo áreas que podem ser definidas como liminares. Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma descrição densa da Rua na atualidade, uma vez que a produção do passado referente ao patrimônio cultural urbano e à memória coletiva parte de condições do presente.

Palavras-chave: Etnografia; Sociabilidade; Memória.

INTRODUÇÃO

As abordagens mais corriqueiras sobre as cidades levam em conta o seu papel em relação ao capitalismo e aos processos de ocupação. A Sergipe não é diferente, nasce como parte do planejamento inicial da malha urbana elaborado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Com função comercial desde sua origem, sediou uma das portas de entrada, a Rodoviária. Partindo dessa premissa planejou-se uma metodologia de trabalho pela perspectiva antropológica de cultura, afastando-se das abordagens que veem a cidade dissociada dos seus atores sociais. (MAGNANI, 2002)

1 Entidade financiadora: PROPPG E PROEX Universidade Estadual de Londrina.

Em suma, a metodologia consiste num olhar etnográfico – observação e descrição densa – orientado por uma Antropologia Urbana na cidade, não da cidade. Envolvendo-se assim numa busca de apreensão do contexto cultural da Rua Sergipe, baseando-se na ideia de que o patrimônio enquanto constituinte de um “sistema classificatório e simbólico criado pelo homem permite que este organize sua vida em sociedade, internalizando os códigos culturais produzidos por todos eles, pois ‘todo homem produz cultura’”. (GEERTZ apud ALMEIDA et. al., 2003, p.37)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já mencionado a Rua é preponderantemente comercial, sua grande concentração de atores sociais, então, se dá nas “seções” em que a mancha comercial urbana na rua – sua extensão não é curta – é mais densa. Em observação fora constatado que tal “seção” com maior fluxo de pessoas durante o horário comercial é no “meio” da extensão da Rua onde se encontram lojas de varejo, shoppings populares e lanchonetes. Em horários não comerciais o fluxo diminui e o *trajeto* é preponderantemente transversal e não longitudinal como o é no horário comercial. (MAGNANI, 2002)

Durante os dias úteis a Rua não proporciona sentimentos de desconforto, medo, insegurança. Todavia, aos finais de semana ou durante o período noturno, há a constatação – tanto em observações como em depoimentos – de que a Rua provoca receio e insegurança, sendo preferida por sujeitos liminares, categorizando teoricamente um *pórtico* (MAGNANI, 2002). Ironicamente o principal ponto que provoca essas sensações é na altura da delegacia civil e militar que funciona anexa ao antigo “cadeião” da cidade.

Outra categoria utilizada para nos nortear em campo é a ideia de pedaço (MAGNANI, 2002) que consiste em um local onde há sociabilidade minimamente estruturada pelos sujeitos participantes, tornando, assim, possível o reconhecimento de integrantes dentro e fora do local comum de sociabilização. O Bar Selete é o possível local de sociabilidade minimamente estruturada onde as pessoas passam durante o dia (até 20h00) para tomar lanche e/ou descansar. Há frequentadores assíduos, e principalmente após o expediente, mesmo aos sábados, o local se mostra repleto de pessoas que aparentemente se conhecem e se encontram com certa regularidade. Ademais, moradores dos arredores costumam tomar o café da manhã no local e o lanche da tarde.

Há fortes indícios de que o MAL (Museu de Artes de Londrina) é parte integrante de um circuito cultural que escolas e outros grupos percorrem. Potencialmente esse circuito é amplo e perpassa uma extensão maior da cidade. Sabemos que o MAL junto com o Museu Histórico e o Planetário – ambos na Rua Benjamin Constant, logo abaixo a Sergipe – fazem parte desse circuito cultural. (MAGNANI, 2002)

Para reiterar o caráter comercial da Rua, nota-se durante a noite a materialização dos resíduos relativos à vida ativa da Rua, que se mostra pela quantidade de sacos de lixo possíveis de serem vistos nas calçadas ao longo de toda sua extensão comercial, entre a Av. Leste-Oeste e a Av. Higienópolis.

CONCLUSÕES

A interpretação da Sergipe “de perto e de dentro” revela que se trata de uma rua que ao longo do tempo vem se modificando em decorrência do processo de modernização de Londrina resultando numa fugacidade em sua paisagem na qual o tradicional e o moderno coexistem. Por conta da sua densidade sabemos que o até aqui desvendado é apenas uma das “Sergipes” visíveis, outras ainda podem ser descobertas, como sugere Calvino (1998, p.17-18),

“[...] a viagem conduz à cidade de Tamara. Penetra-se por ruas cheias de placas que pendem das paredes. Os olhos não vêem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tira-dentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda.[...] como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber.”

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.

ALMEIDA, A. M. C. et. al. *Os Caminhos do Café no Paraná: um Programa de Política Cultural In: Vinte Anos de SEURS*. Porto Alegre : Evangraf, 2002, v.1, p. 35-42.

A “ALMA ENCANTADORA” DA RUA SERGIPE: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS (OBJETO E FONTES)

Adriana Gomes
Universidade Estadual de Londrina- UEL

*“Há suor humano na argamassa do seu calçamento.”
“Oh! Sim, a rua faz o indivíduo, nós bem o sentimos.”*

João do Rio¹

RESUMO

A Rua Sergipe logradouro da cidade de Londrina\Paraná vem sendo objeto de estudo para diversas ciências. Esta comunicação irá estudá-la a partir do viés histórico. Tendo-se por objetivo construir a história da Rua Sergipe por meio da memória dos seus primeiros moradores, adotou-se o recorte temporal que contempla as décadas de 1930, momento em que a Rua Sergipe é planejada pela Companhia de Terras Norte do Paraná para ser a porta de entrada do seu empreendimento, e posteriormente nos anos de 1950 e 60, períodos em que o ideal de “modernidade” e “progresso” invadiu o imaginário das autoridades locais atuantes provocando modificações profundas na cidade e respectivamente na Rua Sergipe.

Para a construção metodológica dessa comunicação utilizaremos fontes impressas como uma das primeiras escrituras de compra e venda de lotes de terras e o código de postura do município de 1954.

Palavras-chave: Rua Sergipe, Memória, História.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta uma pesquisa que vem sendo realizada no âmbito do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina/IPAC-Lda, cuja pretensão é construir a história da Rua Sergipe, historicizando seus sentidos, a partir das memórias de seus moradores. Assim, é parte de um estudo mais amplo, do qual participam alunos e professores de História e

¹ João do Rio. A alma Encantadora das Ruas. Rio de Janeiro; secretaria Municipal de Cultura, 1995.

Ciências Sociais, que propõem olhares diversos sobre esse logradouro localizado no centro da cidade de Londrina/Pr, olhares que perscrutam desde seus primeiros anos de vida, recuperando as origens de seus primeiros ocupantes, até seu presente, a partir de uma visada etnográfica que busca desvendar seus usos e apropriações.

Parte desse conjunto de olhares, este estudo, ainda em sua fase inicial, busca analisar a espacialidade da rua na direção de identificar a dimensão da vida cotidiana presente em suas formas, uma vez que ela representa a espacialidade das relações sociais. Para alguns a rua é simplesmente passagem, enquanto outros vêem na rua mais que um itinerário. Por isso, para além dos paralelepípedos e das fachadas de seus estabelecimentos, a pesquisa se dedica a recuperar alguns fragmentos da história dessa artéria em conjunto com as histórias vividas pelas pessoas que nela habitaram.

O recorte temporal da investigação abarca dois momentos da vida dessa rua no século XX; em um primeiro plano, evidencia os anos trinta, momento em que se configura o seu primeiro desenho enquanto parte do quadrilátero inicial – formado pelas ruas Rio Grande do Norte, Uruguai, Espírito Santo e Belo Horizonte – do núcleo urbano projetado pela Companhia de Terras Norte do Paraná para se constituir na porta de entrada de seu empreendimento; depois, as décadas de 50 e 60, período de grandes transformações na vida urbana da cidade de Londrina, e conseqüentemente na Rua Sergipe, quando as idéias de “modernidade”, “progresso” e “desenvolvimento” apontam a possibilidade do poder municipal intervir racionalmente no social, buscando se desvencilhar de seu passado (e ainda presente) agrícola.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Toda cidade tem múltiplas histórias e nem sempre a historiografia tem percebido e reconhecido essa multiplicidade, submetendo a compreensão da história urbana a variáveis gerais e constantes que permeiam a cidade e a representam como unidade de elementos complementares, num tempo linear. Essa perspectiva acompanha uma tendência geral da historiografia do século XX, especialmente a consagrada no plano internacional a partir dos anos de 1950, ao optar por uma abordagem que destaca uma interpretação estrutural e de caráter abrangente da história, instalando-se, portanto, um contexto historiográfico de negação das particularidades das “pequenas histórias”.

Andar pelas ruas de uma cidade, encontrar um amigo distante, uma briga, as brincadeiras de infância... Quem não se lembra de algum acontecimento na sua vida que teve como palco as ruas da cidade? A rua é o cenário onde se cruzam e se aconchegam as histórias vividas pela cidade e pelas pessoas que nela habitam.

Para dar conta da história e das pequenas histórias vividas pela rua e pelas pessoas que nela habitaram, e em conexão direta com a temporalidade definida pela pesquisa, trabalhamos com dois grupos de fontes que se completam. Por um lado, as fontes impressas – documentos diversos, jornais, monografias, teses, dissertações, fotografias e revistas que, de alguma forma, apresentem alusões sobre essa histórica artéria da cidade de Londrina – tomando a liberdade de eleger, desta categoria, dois documentos-chave que se constituem nos eixos que permitem a construção dos cenários das duas épocas investigadas.

Para os anos 30, selecionamos uma das primeiras escrituras de compra e venda de lotes na Rua Sergipe², que traz em seu bojo o “primeiro código de posturas” da jovem cidade. Para as décadas de 50 e 60, o Código de Posturas do Município, de Janeiro de 1954, no qual, o funcionamento da nova Estação Rodoviária, porta de entrada da cidade localizada nessa artéria, símbolo da modernidade e do progresso, vai ser alvo de um controle implacável e intransigente. Por outro lado, o segundo grupo, aquele que leva às histórias vividas pela rua e pelas pessoas que nela habitavam, é constituído pelas fontes orais advindas de entrevistas que vem sendo realizadas com antigos moradores, que através de suas memórias nos desvendam a dimensão da vida cotidiana, das sociabilidades, enfim, das formas de vidas vividas naquela espacialidade.

CONCLUSÃO

Para concluir estas (ainda preliminares) reflexões acerca do objeto e das fontes da nossa pesquisa sobre a(s) história(s) da Rua Sergipe, deixemos que alguns de seus personagens apontem caminhos a serem seguidos:

2 Cujas partes envolvidas são a Companhia de Terras Norte do Paraná, representada pelo seu Diretor Técnico, Willie da Fonseca Brazon Davids, vendedora e Matheus Sinopoli e Amadeu Trevisan, como compradores, casados, lavradores, italiano e brasileiro, residentes em Londrina. Em 24. 06. 1936.

3 Massaki Fassuda Oba, 63 anos, comerciante, proprietário do Bazar Oba, em Londrina desde 1947.

4 Elvira Nailor S. Lopes Queiroz, 65 anos, professora aposentada, em Londrina desde 1.945.

“Muitas famílias japonesas tinham comércio: sapatarias, livrarias, quitandas, bares, mercadinhos, relojarias, e até peixarias já teve na Rua Sergipe. Para a colônia japonesa a Rua Sergipe era a referência para todas as compras. Em cada quarteirão havia pelo menos 4 lojas cujos proprietários eram famílias japonesas.

[...] Não havia sujeiras na rua, pois cada lojista as varria. Nem havia violência, pois a confiança tinha um valor inestimável.”³

“Minha vida na Rua Sergipe era muito boa e divertida na época. [...] Era uma rua super tranqüila, conviviam-se famílias, tinha prostituição demais ali naquela rua, mas não tinha uma briga, não tinha discussão, não tinha arma, não tinha nada, a gente andava tranqüila, então eu me lembro muita coisa boa ali daquele pedaço.”⁴

RUA SERGIPE: UMA PORTA DE CHEGADA.

Grazielle Maria Freire Yoshimoto
Raniery Parra Teixeira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

Esta comunicação diz respeito a uma pesquisa de natureza etnográfica sobre a Rua Sergipe, localizada no centro da cidade de Londrina- Pr. A descrição densa que resultará do trabalho etnográfico será fundamental para termos um ponto de partida do presente para a reconstituição da história e da memória do logradouro. A interpretação dos usos e apropriações atuais são fundamentais para a compreensão das redes de sociabilidades e de um modo de vida existentes no passado da Rua Sergipe.

Palavras-chave: Patrimônio, Memória, Usos e Apropriações.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a Rua Sergipe busca reconhecer a dimensão simbólica da memória coletiva sobre um espaço marcado por usos e apropriações que caracterizam este logradouro como local de comércio.

A investigação procura identificar os grupos sociais lá existentes, os significados por eles atribuídos à Rua, bem como redes de sociabilidades. Busca compreender os signos existentes nos bens materiais edificados naquele espaço.

Neste momento em que o poder público em Londrina propõe uma política de preservação do patrimônio e da memória referentes ao centro da cidade, analisar a Rua Sergipe constitui tarefa importante no bojo da discussão ora instaurada, pois trata-se de bens materiais que podem se transformar:

[...]em patrimoniais por acoplarem valores que transcendem sua materialidade e se sustentam em referenciais histórico-culturais, se não vivenciados, pelo menos sentidas. O bem patrimonial recriado faz com que os fatos a ele remetidos pareçam concordar com a história, tal como no presente é veiculada ou inventada. (KERSTEN, p.31, 2000).

A partir de uma descrição densa, própria do trabalho etnográfico, a intenção é mapear os usos e apropriações da Rua Sergipe atual, um ponto de partida para a reconstituição da história e da memória do logradouro. Tal reconstituição torna-se fundamental como referência do presente para a compreensão das redes de sociabilidades e de um modo de vida existentes no passado.

O recorte etnográfico compreende desde o antigo “cadeião” (10ª SDP) até à Av. Higienópolis, trecho da Sergipe no qual a função comercial é predominante.

DISCUSSÃO E RESULTADO

Partimos da metodologia proposta por Magnani (2002) “de perto e de dentro”, que propõe a análise das cidades contemporâneas, em que o olhar antropológico se dirige não apenas às estruturas urbanas, mas sobretudo aos atores sociais que atuam no interior das cidades.

A pesquisa foi orientada por cinco categorias formuladas por Magnani (2002): mancha, pedaço, circuito, trajeto, pórtico. Trataremos de duas delas: “Mancha” e “Trajeto”, na tentativa de perceber os cenários constituintes da rua e os diferentes tipos de uso e apropriação da mesma por parte dos atores sociais.

“Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. [...]” (MAGNANI, 2002).

Referente à *mancha* o autor conceitua que são os estabelecimentos aglutinados, que possuem a paisagem mais estável no sentido de referência física para o público permitindo um amplo acesso de usuários, oferecendo atividades e práticas que resultam em uma multiplicidade de relações.

O trabalho de observação participante oferece indícios de que a Sergipe se constitui uma mancha comercial. Os múltiplos serviços oferecidos, o modo como esse espaço se relaciona às diversas funções comerciais e terciárias do centro urbano, fazem dele uma referência na cidade.

A rua Sergipe neste período (anos 1950) já era uma rua comercial, desde a Rua Mato Grosso até a Rua Pernambuco era de paralelepípedo. [...] O trânsito (hoje) é intenso, a população cresceu, as lojas têm outro perfil, mas continua sendo a rua mais importante de Londrina” (OBA, Massaki, comerciante e antigo morador).

Por Trajeto, Magnani (2002) considera que são deslocamentos a partir de escolhas e alternativas que os indivíduos realizam em uma paisagem urbana. Tais escolhas não são feitas de modo aleatório, mas pelo contrário, possuem uma determinada lógica, e é nesse sentido que buscamos delimitar quais são as escolhas que a Rua Sergipe permite a seus usuários, se essas escolhas são comerciais, ou de outra natureza, e como estão delimitadas no interior da Rua.

As observações nos levam a considerar dois tipos de trajetos, o primeiro que decorre de escolhas e se dá no sentido longitudinal da rua, orientado pela necessidade do consumo. O segundo, no sentido transversal - não chega a ser escolha do transeunte - mas é determinado pela porta de chegada (terminal urbano), lugar por onde aportam aqueles que chegam dos bairros periféricos e se dirigem ao centro da cidade.

CONCLUSÕES

A rua enquanto mancha comercial é diversificada. Uma especificidade observa-se apenas no trecho próximo ao “cadeião” onde predomina o comércio de vendas por atacado, lojas de produtos de manufatura, e revendas de carros e oficinas. Outra singularidade é que a instalação do “camelódromo” gerou a existência de mais dois núcleos de comércio informal próximos a ele. No restante da mancha o comércio diversificado vem se mantendo, oferecendo diversos produtos e serviços: lojas de utilidades domésticas, farmácias, barbearias, armarinhos, relojoarias, óticas e etc.

A partir da av. Higienópolis a paisagem comercial da Sergipe esmaece e a função residencial dá um novo perfil à rua.

REFERÊNCIAS

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. Valor e Sentido, os Ritos do Patrimônio. In: Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e De Dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n. 49. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 13/10/2011.

A REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE LONDRINA - PR

Barbara Monteiro Bilmaia

Carla Rosiane Aguiar dos Santos

Érica Faustino de Oliveira Carvalho

Gabriella Perez de Souza

Alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro

Universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO

A partir do debate sobre a preservação do legado da colonização inglesa na Região Norte do Paraná, muitos edifícios vêm sendo reconhecidos, como patrimônio a ser preservado. As estações ferroviárias são exemplos de edifícios que contam a história das cidades novas desta região. Apesar da importância desses e outros edifícios como bens culturais, sua preservação tem encontrado algumas dificuldades. O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão da preservação de edifícios ferroviários, a partir da análise da estação ferroviária de Londrina-PR.

Palavras-chave: Patrimônio construído, Estações ferroviárias, Requalificação de edifícios.

INTRODUÇÃO

As diversas possibilidades da requalificação de edifícios antigos valorizam e preservam a identidade de uma comunidade, principalmente quando expressam as manifestações políticas, sociais, culturais e tecnológicas de um determinado período histórico.

A denominada ferrovia São Paulo-Paraná, configura-se como um importante elemento contribuinte para a estruturação socioeconômica da região do norte paranaense, caracterizado pela constituição de núcleos urbanos ao longo da linha ferroviária (LUZ; PERDÃO, 2009). Diante da degradação urbana no entorno do leito ferroviário, estas áreas passam a despertar interesses imobiliários, de empreendedores e planejadores que, utilizando determinados métodos de intervenção, procuram privilegiar algumas atividades em detrimento de outras,

normalmente intensificando as diferenças sociais existentes, preservando ou destruindo o patrimônio arquitetônico. As intervenções realizadas em prédios existentes podem ser restaurações, requalificações, reciclagens, entre outros (OLIVEIRA; SALCEDO, 2007).

As estações ferroviárias são estruturas arquitetônicas que representam um rico patrimônio histórico para as cidades novas do norte paranaense, especialmente construídas para receber a civilização e o progresso.

A primeira estação ferroviária de Londrina foi aberta em 1935 e logo após a Segunda Guerra Mundial foi iniciada a construção de uma nova estação (operacional nos anos 50). A nova estação teve seu projeto inspirado em uma mansão de estilo germânico, localizada no bairro Batel de Curitiba, ao contrário da crença difundida por décadas de ter sido inspirada na estação de Victória, em Londres. Com a desativação do trem de passageiros em 1981 e a construção da variante férrea em 1982 a estação ficou abandonada por alguns anos.

Em 1986 o edifício passou a ocupar o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, vinculado a Universidade Estadual de Londrina – UEL.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A estação ferroviária está localizada na Rua Benjamim Constant, 900 no centro de Londrina. O prédio situa-se em meio a um entroncamento de vias expressas e próximo ao terminal rodoviário urbano, Praça Rocha Pombo e ao Museu de Artes de Londrina João Batista Vilanova Artigas (antiga estação rodoviária).

O projeto arquitetônico possui estilo eclético (combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra sem com isso produzir novo estilo). O Eclétismo se constituiu numa prática arquitetônica de grande importância histórica e cultural, embora rejeitado por muitos arquitetos e historiadores.

O edifício foi construído no mesmo local da primeira estação, em dois pavimentos, compreendendo ambientes de atendimento ao público (por exemplo: bar, bagagem e encomendas, sala de espera, entre outros) no pavimento térreo e escritórios, serviços de rádio e telegrafo e instalações sanitárias no pavimento superior (CIA. FERROVIARIA SÃO PAULO-PARANÁ, 2011).

A construção foi realizada pela empresa THÁ e Filhos Ltda. de Curitiba, não obstante, problemas contratuais e políticos acabaram por prorrogar a inauguração da estação ferroviária para o início do ano de 1950. Segundo descrição do edifício os acabamentos e materiais seguiriam as seguintes recomendações:

Os pisos das salas de bagagem, encomendas e depósito de materiais serão de paralelepípedos aparelhados nas instalações sanitárias serão de ladrilhos hidráulicos juntamente com as sacadas, na sala de espera, bar, varanda, piso de ladrilhos cerâmicos São Caetano nas demais salas de tacos de madeira de Lei. As fachadas receberão barra de tijolos São Caetano e ornamentação de chapas de pedras rústicas e tijolos cerâmicos São Caetano. A armação de cobertura será de madeira de pinho e as telhas serão tipo chato São Caetano. Os forros serão de estuque, excetuando-se o da plataforma, que será de Eternit. A obra será executada com materiais de primeira qualidade e terá perfeito acabamento, inclusive instalações de luz elétrica e instalação de água e esgoto. (CIA. FERROVIARIA SÃO PAULO-PARANÁ, 2011).

Após a desativação da estação ferroviária o edifício foi transformado em Museu. A fachada da estação foi preservada e o seu interior adequado à nova função. Conceitualmente a proposta apresentada pode ser considerada como uma requalificação e não reciclagem, pois o termo reciclagem é utilizado no processo que adapta e remodela edifícios antigos para novos usos, tornando o edifício contemporâneo e relevante, reintegrando ao seu meio, este processo, no entanto, não está vinculado à fidelidade histórica (SHEPPARD, 1981 apud OLIVEIRA; SALCEDO, 2007).

CONCLUSÃO

O exemplo de intervenção no edifício da estação ferroviária de Londrina revela alguns problemas específicos em relação a sua preservação, como a dificuldade em se restaurar os materiais originais (que em certos casos são inadequados à nova função) e as interferências geradas pelo ambiente construído circundante. Além das questões técnicas, existem ainda problemas de ordem cultural que tornam complexa a preservação destes edifícios. Medidas de divulgação da história e da importância desses edifícios são imprescindíveis para que a preservação deixe de ser uma simples formalidade e passe a ser encarada pela comunidade como algo desejável.

REFERÊNCIAS

CIA. FERROVIARIA SAO PAULO - PARANA. Disponível em: <<http://www.uel.br/museu/complementares/cia.html>>. Acesso em 15 out. 2011.

LUZ, C. E. ; PERDAO, T. M. Ferrovia São Paulo-Paraná no Norte Pioneiro: rede, poder e território. In: I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, 2009, Curitiba, 2009. v. 1. p. 1-15.

OLIVEIRA, J. S.; SALCEDO, R. F. B. As múltiplas dimensões da reciclagem e requalificação do edifício Brigadeiro Tobias no centro histórico de São Paulo. In: 7º. SEMINÁRIO DOCOMOMO, 2007. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/065.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2011.

SHEPPARD, A. Rehabilitation and Recycling – two case studies in Montreal. In: CONGRÈS INTERNATIONAL: CONSERVATION, RÉHABILITATION, RECYCLAGE. Quebec: Les Presses de L'université Laval, 1981.

PRESERVAÇÃO DE EDÍFÍCIOS HISTÓRICOS: O CASO DO ANTIGO FÓRUM DA CIDADE DE ARAPONGAS - PR

Paulo Roberto Pereira Junior

Ricardo César Rodrigues

Stella Siqueira Ferreira

Thiago Henrique Bernardi

Alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do

Centro universitário Filadélfia – UniFil

RESUMO

O artigo trata da destruição e conservação do patrimônio edificado na cidade de Arapongas-PR, a partir da análise do edifício do antigo Fórum, construído na década de 50. Discute-se a preservação e a destruição dos edifícios históricos e o descaso na manutenção destas edificações, o que se relaciona com a ausência de políticas públicas de preservação do patrimônio construído no âmbito municipal. Por fim, mas não menos importante, verifica-se a falta de comunicação entre o mundo acadêmico e a população.

Palavras-chave: Patrimônio edificado, Fórum, Arapongas-PR.

INTRODUÇÃO

As cidades novas da Região Norte do Paraná, na sua maioria, foram fundadas a partir dos anos 30 do século passado, nesse sentido não há edifícios centenários, não obstante, a idade não pode ser considerada o único requisito para a preservação da história de uma comunidade. Identificar elementos significativos da cultura, economia, tecnologia e sua transformação são uma oportunidade que não deve ser desperdiçada para a preservação da história da cidade e de seus edifícios.

A preservação do patrimônio edificado tem papel relevante para a cultura de uma comunidade e deve fazer parte das prioridades do planejamento e gestão territorial. O patrimônio pode ser considerado [...] todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular [...] (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p.13). A valorização e manutenção dos edifícios com significado cultural, aqueles em que os valores atribuídos por grupos sociais a bens e lugares são distintos de

outros, devem ser motivo de preocupação de todos os agentes sociais, tornando o ato de preservar e manter o patrimônio um meio de salvaguardar a memória de um povo, cidade ou cultura. Deste modo, a decisão de manutenção do que manter a salvo deve ser decidido pela comunidade: cinemas, igrejas, museus e outros edifícios em que a sociedade se vê representada e há a vontade popular de mantê-lo protegido e longe de intervenções externas prejudiciais à sua memória (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008).

Este trabalho procura discutir a importância do edifício do antigo Fórum de Arapongas, construído na década de 50, como sendo um significativo referencial urbano e de memória da transformação na paisagem da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A necessidade de preservar a história das cidades novas, o diálogo entre o antigo e o novo, passa pela discussão de como a população se apropria do ambiente construído e entende a sua história.

[...] Preservar e conservar a 'imagem da cidade' como forma de respeito pela história urbana e social, pelo nosso passado, presente e futuro, implica considerar as dimensões construtivas, decorativas e estéticas, mas também os significados, sentidos e valores simbólicos, sociais e culturais inerentes a tais dimensões. Tendo em conta que tais preocupações devem ser tidas como centrais, procurou-se reunir a experiência de dois técnicos de áreas diferenciadas, de modo a articular um conjunto de dimensões e implicações sociais, construtivas, físicas, culturais, etc. que a nosso ver, deveriam ser levadas em consideração num processo de conservação e manutenção da imagem urbana. (MENEZES; TAVARES, 2003, p.1).

O antigo fórum da cidade de Arapongas, atualmente sede da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, está localizado na Praça Pio XII, centro da cidade, junto a diversos edifícios que também contam parte da história da cidade, entre eles: a antiga prefeitura, a agência dos correios e o santuário Nossa Senhora Aparecida. O edifício tem inspiração na arquitetura neoclássica, presente no frontão da fachada, as colunas que a sustentam, a simetria da edificação e os detalhes decorativos da construção.

O edifício foi construído na década de 50, no mesmo período que a igreja e a prefeitura, e sempre foi um ponto de referência para os cidadãos.

Na década de 80 foram realizadas obras para a restauração, principalmente por problemas relacionados à deterioração da construção (pintura da fachada e instalações elétricas e hidráulicas) causados pelo tempo em que o edifício ficou abandonado, após a transferência dos serviços do Fórum para outro edifício na cidade.

Atualmente o edifício é utilizado como sede dos departamentos de segurança da cidade. Entretanto a localização privilegiada faz com que a área seja cobiçada pelo mercado imobiliário, situação que poderá levar a demolição ou modificações que descaracterizem a arquitetura da edificação.

CONCLUSÃO

O cuidado com o patrimônio não tem sido uma prioridade das políticas públicas, principalmente no âmbito municipal. Edifícios que contam a história de uma comunidade e que possuem elementos arquitetônicos são deixados nas mãos do mercado imobiliário. Nesse contexto, a tarefa de lutar para preservar o patrimônio construído é particularmente complexa, mas que passa pela democratização da informação e a educação.

Deve-se buscar o conhecimento crítico sobre nosso patrimônio comum, identificando e difundindo as riquezas histórico-culturais do patrimônio construído de cada comunidade. Por fim, mas não menos importante, há uma falta de comunicação entre o mundo acadêmico e a população. Um bom exemplo disso é a demolição de inúmeros edifícios construídos, no período de fundação da cidade, sem que haja uma discussão ampla com a sociedade sobre a importância deste patrimônio como forma de preservação da memória urbana.

REFERÊNCIAS

- GIEDION, S. Espaço, Tempo e Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GHIRARDELLO, N.; SPISSO, B. Patrimônio Histórico: Como e Porque Preservar. São Paulo: CREA-SP, 2008.
- MENEZES, M.; TAVARES, M. A imagem da cidade como patrimônio vivo. In: Anais do terceiro simpósio de iniciação científica. ENCORE, LNEC, 3., 2003, Lisboa, Portugal.

REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA GASTRONÔMICA EM UMA CIDADE DE FORMAÇÃO RECENTE: INVESTIGAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Isadora Fernanda Rossi

Evelyn Nunomura

Gilberto Hildebrando

Kemmelin Marcela Soares

Sonia Maria de Oliveira Dantas

Alunos do Curso de Gastronomia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil

RESUMO

O artigo está inserido nas discussões realizadas pela equipe do projeto “Gastronomia e patrimônio cultural londrinense”, ainda em andamento, que visa reconhecer e explorar referências de memória gastronômica de imigrantes e seus descendentes no processo colonizador da cidade de Londrina. Firma-se como uma tentativa de aproximação com o conceito de Patrimônio Imaterial, segundo as premissas apresentadas pelo IPHAN, em especial na identificação de pratos e práticas culinárias que poderiam ser considerados na categoria de “bem cultural”. Tomou-se como critério a formação da cidade, nos anos de 30 a 50, no século passado, e sua constituição por diversos grupos étnicos, que a tornou conhecida como “Colônia Internacional”. A partir do processo investigativo, com o inventário dos chamados “pratos típicos” de Londrina, a equipe tem como objetivo a proposição de cursos práticos visando a elaboração dos pratos, bem como a compilação das receitas em um livro a ser publicado eletronicamente.

Palavras-chave: Patrimônio, Gastronomia, Londrina, Memória

Segundo a Unesco, Patrimônio Cultural Imaterial são as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial tem as tradições orais como fundamento para sua transmissão e recriação pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2010).

O projeto de pesquisa “Gastronomia e patrimônio cultural londrinense”, desenvolvido por estudantes e docentes do Curso de Gastronomia da UNIFIL, ainda em andamento, tem como objetivo fundamental diagnosticar experiências de memória da gastronomia em imigrantes e seus descendentes, num campo discursivo acerca dos pressupostos culturais que nortearam a formação histórica e social da cidade de Londrina. Além disso, a equipe do projeto pretende investigar práticas alimentares e pratos típicos que possam ser identificados a uma determinada etnia ou então de migrantes, realizando cursos práticos e publicações pertinentes. O período escolhido para a investigação corresponde às primeiras décadas da colonização (30 a 50, do século passado), desvelando contribuições específicas para a formação histórico/cultural da cidade de Londrina/PR.

Os diversos grupos sociais acumulam lembranças vividas entre os seus membros e nas relações que se estabelecem com os demais grupos. Este incrível arsenal de vivências constitui o que se convencionou chamar de memória, incorporando inclusive, os lapsos, os esquecimentos e as lacunas das experiências tornadas realidade a cada momento. Este grande depósito, na verdade, não armazena literalmente as experiências, dado que delas restam somente fragmentos e como tais, reorganizam-se continuamente no território ora seguro, ora turbulento das reminiscências (LE GOFF, 1994).

Lembranças dos antepassados são continuamente repassadas pelos filtros sempre atuantes de quem as recebeu e neste sentido, lembrar dos hábitos alimentares, dos sabores prediletos e dos aromas que sempre frequentavam as cozinhas de nossas avós é um ato de reviver uma memória que herdamos e da qual somos responsáveis por seu cultivo. Contudo, o que deixamos para nossos descendentes carrega um pouco de nós mesmos e de nossas experiências, ao lado (e quase sempre mescladas) daquelas que recebemos.

A equipe tem se pautado por entender a gastronomia como uma experiência coletiva de consolidação da mesma enquanto patrimônio. Dela fazem parte as referências e as lembranças herdadas dos antepassados, mas também a busca do novo, da experimentação e da mescla de aromas com outros grupos, particularmente na formação da cidade de Londrina, considerada uma cidade nova. Este patrimônio do qual se refere, quase sempre é compreendido enquanto manifestação subjetiva das experiências daqueles que nos antecederam.

A metodologia que vem sendo construída pelo grupo de pesquisa é composta por estudos teóricos acerca da temática patrimônio cultural, em sua dimensão imaterial, segundo linhas apontadas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela constante busca de apoio em estudos contemporâneos. Além deste arcabouço teórico, fontes de pesquisa na história local tem sido integradas com o intuito de reflexão sobre práticas culinárias e pratos que se firmaram, ao longo das décadas, como pilares da memória gastronômica da sociedade londrinense. Em um momento importante da metodologia, recriar os pratos em cursos voltados à comunidade tem propiciado excelente *feedback* à equipe, que se prepara para, no final do processo, publicar eletronicamente uma compilação das receitas inventariadas.

Documentos obtidos junto a órgãos de pesquisa, como o Museu Histórico, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, ambos vinculados à Universidade Estadual de Londrina, tem colaborado para a compreensão do contexto de formação da cidade de Londrina. Estes documentos tem possibilitado reconhecer as principais etnias que adquiriram lotes de terra na região e além disso, pelas entrevistas com imigrantes e seus descendentes, arquivadas nestes órgãos, múltiplos olhares tem se deslocado para as práticas sociais desenhadas nas cozinhas dos ranchos de palmito, moradias comuns que se multiplicavam pela terra vermelha que era desbravada, entre as décadas de 30 a 50, período eleito no projeto para a investigação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. Raízes e dados históricos - 1930-2004. Londrina, PR, 2004.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12308&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acessado em 01 de Outubro de 2010.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. O povo que fez e faz Londrina: Exposição Comemorativa 70 anos. Londrina, 2004.

YAMAKI, Humberto. Labirinto da memória: paisagens de Londrina. Londrina, PR: Humanidades, 2006.

“Se há alguns anos considerávamos como eterna a nossa batalha contra aqueles que concluíam que nossas jovens cidades não precisavam se preocupar com seus patrimônios em virtude de não possuírem “ainda” uma história que fizesse jus a esta ação; hoje já temos a certeza que o assunto ganhou destaque, eventos são realizados sob novas perspectivas, projetos são lançados visando o reconhecimento e a divulgação de nosso patrimônio cultural, tornando assim bem mais palatável esta matéria”.

Vanda de Moraes

Dir. de Patrim. Artístico e Histórico-Cultural
Secretaria de Cultura de Londrina

Patrocínio



Programa Municipal de Incentivo a Cultura

Realização



Apoio

